

DANIEL LOPES CINALLI

**O TRABALHO VAZIO DE SUBJETIVIDADE: REVOLUÇÃO
TECNOLÓGICA, RACIONALIDADE CAPITALISTA E
ALIENAÇÃO DO TRABALHADOR NA INDÚSTRIA
AUTOMOTIVA DO PARANÁ**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Sociologia,
Programa de Pós-graduação em
Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes,
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profa. Dra. Silvia
Maria de Araújo**

**CURITIBA
2005**

Ao meu herói e tio, Gilson, com muita saudade...

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial e sincero, daqueles que brota da alma, a todas as pessoas relacionadas abaixo. Como escreveu Fernando Pessoa, “ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos”, nem de expressá-los.

Gostaria de agradecer à minha mãe por ser a pessoa mais importante da minha vida, que sempre cuidou de mim. Consciente de todo seu esforço e dedicação, eu te amo muito e sempre mãe.

Agradeço à minha vó Esther por ser minha segunda mãe e ter me criado como a um filho. Também te amo muito e não esqueça a casa com quintal e piscina que um dia lhe prometi no auge de meus 6-7 anos.

Um agradecimento especial à minha professora, orientadora e amiga, Silvia. Obrigado pela paciência de ensinar, pela atenção e dedicação que a fazem única e a mim um aluno de sorte. Foi um prazer e uma honra. Aprendi não apenas sociologia, o que já é muita coisa, como também a respeitar e considerar todas as pessoas, sem exceção. A melhor professora que tive o privilégio de conhecer, encorajou-me sempre a enfrentar os desafios, o que estende seu ensinamento para além das fronteiras acadêmicas, muito obrigado.

Agradeço a meu pai (tio Paulo) por ser de fato o meu pai em todos os sentidos que a palavra carrega. Admiro-o muito e o repito em diversos momentos, te amo.

Agradeço minha irmã por ter agüentado os rituais de escalpo indígena em seus primeiros 12 anos. Também te amo muito.

Ao meu irmão Sperandio, gostaria de dizer que hoje sou uma pessoa melhor desde que ficamos irmãos, há uns 15 anos. Aprendi muito com você e tenho certeza que nunca vamos nos separar, te amo meu irmão.

Ao meu tio, pai e herói, Gilson, um agradecimento de filho. A pessoa de maior coração e bondade que já conheci. O mundo era mais doce com você nele, tenho muita saudade, mas te amo do mesmo jeito. Dedico essa dissertação a você.

Ao meu tio Gerson, também tio-pai e responsável por influenciar e contribuir na minha formação. Te amo muito.

Agradeço aos primos meio irmãos: Sarah, Débora, Priscila e Gersinho, que disputavam os presentes na véspera de natal, guerreavam pelo pedaço de pizza da minha vó e fugiam comigo das cócegas, sardinhas e lagartos do Gilson.

Aos tios, tias e primos que compõem minha família: Lucas, Estherzinha, Júlia, Vítor, Beth, Cláudia, Wilton, Renato e Cláudia (USA). Saibam que todos são importantes para mim.

Agradeço ao meu grande amigo Chiang, que me inspirou e incentivou. Tenho certeza que nossa amizade é para a vida toda.

Ao meu amigo Daniel Wollmann, antigo chefe, pelo companheirismo e confiança que sempre demonstrou comigo. Assim como agradeço por ajustar meus horários de trabalho e permitir que fizesse as aulas do mestrado.

Oscar, amigo que é o exemplo de profissional na área social e me deu a idéia de “fazer umas matérias como ouvinte na Humanas”. Olha no que deu!

Annie, minha namorada, pelo suporte e paciência nos últimos tempos.

Marli, pela amizade e carinho que nunca terminarão.

Babi, Danilo e Vicente, por serem amigos importantes e integrantes da família. É muito bom ser o tiozão do Vicente.

Melina, por ter me acompanhado no início desse estudo e ser minha grande amiga.

Melissa, minha amiga que emprestou livros da Agnes Heller e sua paciência para ler meus textos. Obrigado.

Veri, por ter me ajudado na revisão de um artigo e ser minha amiga.

Dona Alzira, Mônica, Marcelo e Rafael por fazerem parte da minha família também.

Paulo, amigo e companheiro de apartamento, ajudou a transcrever uma entrevista e me apoiou nesse último ano. Obrigado, tê-lo como amigo é muito bom.

Roxane, professora de espanhol, que sempre foi amiga e compartilha o gosto por boleros e escritores espanhóis.

Professora Benilde, pelas aulas de sociologia, seriedade e competência de estudiosa.

Um agradecimento especial para Ângela, companheira de turma e

amiga que me ajudou muito nesses 3 anos. Obrigado, conseguimos hein!

Professor Márcio, pelas aulas sensacionais de Sociologia dos Clássicos e respeito com que sempre me tratou.

Agradeço, especialmente, ao doutorando César Sanson e à professora doutora Marília Carvalho por integrarem minha banca de qualificação. Foi uma honra e satisfação. Obrigado.

Professora doutora Lúcia da Costa e doutora Marília Carvalho por aceitarem participar da banca final de mestrado. Muito obrigado.

Por fim, agradeço a todos os entrevistados, seus relatos foram fundamentais para a realização dessa pesquisa. Obrigado.

O capital foge do tumulto e das disputas, é tímido por natureza. Isso é uma grande verdade, mas não é, no entanto, toda a verdade. O capital abomina a ausência de lucro ou o lucro mínimo, tal como a natureza tem horror ao vácuo. Basta que o lucro seja conveniente para que o capital passe a ser corajoso; por 10% de benefícios, pode-se aplicá-lo em qualquer parte; por 20% ele se inflama; por 50% torna-se uma temeridade insana; por 100% pisa sob seus pés todas as leis humanas; por 300% não existe crime que ele não ouse cometer, mesmo correndo o risco da força. Quando a desordem e a discórdia dão lucro, ele encoraja as duas...

Karl Marx – O Capital

El director de entonces me citó en su oficina para pedirme que me pusiera a tono con las nuevas corrientes. De un modo solemne, como si acabara de inventarlo, me dijo: El mundo avanza. Sí, le dije, avanza, pero dando vueltas alrededor del Sol.

Gabriel García Marquez

RESUMO

O texto traz à luz o mundo do trabalho esvaído de suas ações na subjetividade humana. Sob o foco do avanço tecnológico aliado a forma capitalista de pensar e agir, a atual organização produtiva do trabalho transforma as relações sociais que preenchem a vida do trabalhador, dentre as quais, a subjetividade é o tema principal dessa pesquisa. Inicia-se com uma discussão sobre o papel do trabalho na sociedade, embutido no processo de modernização reflexiva e no modo de produção flexível. Apresenta, em seguida, uma análise sobre o desenvolvimento técnico-científico conduzido pela racionalidade capitalista e seus reflexos sobre o chamado mundo da vida. O avanço do mundo sistêmico é observado sob a ótica do paradigma habermasiano da razão comunicativa e do processo de subjetivação do ser humano, permitindo a crítica à razão instrumental e abrindo a questão: está-se diante de uma racionalidade ou irracionalidade capitalista? Ao final, tem-se a corporificação do mundo da vida *versus* o mundo do sistema, evidenciada pelas disparidades sócio-econômicas globais e nacionais. Imerso à lógica e às regras da produção capitalista está o indivíduo, com a constituição de seu ser social distanciada de um trabalho sujeito que atue em sua interioridade e comprometida pelos contrastes da vida social a sua volta.

Palavras-chaves: Subjetividade; tecnologia; racionalidade; alienação; mundo do trabalho; mundo da vida; ser social; capitalismo;

ABSTRACT

This text casts a light over the world of labor emptied of its actions in human subjectivity. Under a scenario characterized by an alliance between the advancement of technology and the capitalism way of acting and thinking, the current productive organization of labor transforms the social relations that fulfill the life of workers. One of these relations, subjectivity, constitutes the main topic of this research. The text begins with a discussion about the work role in society, set in the process of reflexive modernization process and in the flexible production method. Next, an analysis over the scientific and technical development conducted by the capitalism logic and its consequences over the so called world of life is presented. The advancement of the systemic world is examined following the optic of the habermasian paradigm and the subjectivization process of the human being, building up a critic to the instrumental right and opening the question of whether all this is the result of a rational or irrational capitalism. In the end, the global and national social and economical disparities evidence the confrontation of a world of life versus a world of the system. Embedded within the logic and the rules of the capitalist production model lies the individual, with the constitution of his own social being detached from the subject-work capable of acting on his interiority and committed with the social contrasts of his environment.

Key-Words: Subjectivity; technology; rationality; alienation; world of labor; world of life; social being; capitalism

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - A RELAÇÃO ENTRE EMPREGOS E PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL	34
TABELA 2 - QUANTIDADE DE VEÍCULOS PRODUZIDOS E EXPORTADOS PELA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL	36
TABELA 3 - TAXA PERCENTUAL DE DESEMPREGO NO BRASIL ENTRE O PERÍODO 2002 - 2004	36
TABELA 4 - PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA NA AMÉRICA LATINA (MILHÕES)	36
TABELA 5 - CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO SENAI-PR, EM 2005	62
TABELA 6 - RENDA DIÁRIA, TAXA DE DESEMPREGO E CONTRATAÇÃO DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS NO BRASIL	80
TABELA 7 - QUANTIDADE DE VEÍCULOS PRODUZIDOS NO BRASIL ENTRE 1999 - 2004	80
TABELA 8 - RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO OCUPADA E O RENDIMENTO MENSAL EM 2003	82
TABELA 9 - RELAÇÃO ENTRE O PREÇO DOS AUTOMÓVEIS E O SALÁRIO EM 2005	82
TABELA 10 - NÚMERO DE PESSOAS VIVENDO NA POBREZA (MILHÕES)	136
TABELA 11 - O CONTRASTE ENTRE AS EXPECTATIVAS DE VIDA (EM ANOS) - 2004	140
TABELA 12 - RANK DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2004	142
TABELA 13 - QUOCIENTE ENTRE RENDAS MÉDIAS, EM 1999	146
TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO DOS 10% MAIS RICOS NA RIQUEZA TOTAL BRASILEIRA (EM %)	147
TABELA 15 - TAXA DE DESEMPREGO MUNDIAL EM 2003 (%)	150
TABELA 16 - TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL, 2004	150
TABELA 17 - OS 100 MAIORES PRODUTOS E OU SERVIÇOS INDUSTRIAIS - BRASIL, EM 2002	153
TABELA 18 - PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E VENDA INTERNA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS (EM UNIDADES) - BRASIL	154
TABELA 19 - VALORES DE EXPORTAÇÃO (US\$ EM MILHÕES) - BRASIL	155
TABELA 20 - PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E VENDA INTERNA DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS PRODUZIDOS POR EMPRESAS COM SEDE OU FILIAL NO PARANÁ (EM UNIDADES) - BRASIL	156
TABELA 21 - CONTRATAÇÕES POR FAIXA SALARIAL - 1º SEMESTRE DE 2004 - BRASIL	158
TABELA 22 - POSTOS DE TRABALHO, PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO E VENDAS NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA - BRASIL	159
TABELA 23 - EMPRESAS E PESSOAL OCUPADO POR GRUPO DE ATIVIDADES - BRASIL	160

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS POSTOS DE TRABALHO E A PRODUÇÃO DE VEÍCULOS	94
FIGURA 2 – CONFIGURAÇÃO MUNDO DA VIDA-SISTEMA-TRABALHO	126
FIGURA 3 – CONTRAÇÃO MUNDO DA VIDA E TRABALHO	126
FIGURA 4 – CONFIGURAÇÃO DO MUNDO REAL	134
FIGURA 5 – EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL – ANO 2000	143
FIGURA 6 – EDUCAÇÃO NO BRASIL – ANO 2000	144
FIGURA 7 – POBREZA NO BRASIL – ANO 2000	145
FIGURA 8 – DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL – ANO 2000	145
FIGURA 9 – VIOLÊNCIA NO BRASIL – ANO 2000	145
FIGURA 10 – COMPORTAMENTO DAS FÁBRICAS DE AUTOMÓVEL COM SEDE NO PARANÁ	157
FIGURA 11 – RELAÇÃO ENTRE O PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO E DO PIB PER CAPITA	158
FIGURA 12 – TRÊS AMIGOS E UMA BRINCADEIRA	172
FIGURA 13 – RESPOSTA ERRADA	173

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

- ANFAVEA** – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos
BI – *Business Intelligence*
BSC – *Balanced Scorecard*
CRM – *Customer Relationship Management*
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
ERP – *Enterprise Resource Planning*
FIRJAM – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
ILO – *International Labour Office* (Escritório Internacional do Trabalho)
JIT – Just In Time
LAGHUR – Laboratório de Geografia Humana e Regional
OMC – Organização Mundial do Comércio
PIB – Produto Interno Bruto
PLR – Prêmio sobre Lucro e Resultados
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UN – *United Nations* (ONU)
UNDP – Programa de Desenvolvimento da ONU
UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1 Da ciência em mutação à mudança da realidade.....	17
2 O trabalho para além da sobrevivência	28
2.1 A modernidade e sua criatividade	29
2.2 O trabalho que constitui e constroi o ser	38
2.3 O trabalho que esvazia a subjetividade.....	49
3 Relações de trabalho e tecnologia na indústria automotiva	72
3.1 Ciência e técnica para a revolução tecnológica	73
3.2 A revolução tecnológica sobre o trabalhador da indústria automotiva.....	87
4 A racionalidade econômica prevalece.....	105
4.1 Uma racionalidade desde Weber	105
4.2 Uma crítica à racionalidade instrumental	111
4.3 Mundos da vida e do trabalho sob ameaça	120
5 Contrastes da alta produção e o sujeito (a)sujeitado	132
5.1 Um raio-x da pobreza.....	133
5.1.1 A pobreza mundial.....	135
5.1.2 O Brasil da desigualdade	141
5.2 O ser social e o ser do capital	162
Considerações finais.....	175
Referências citadas	180
Rol de entrevistas realizadas	189
Apêndices	192
Apêndice 1 – Roteiro para entrevista com trabalhadores	193

INTRODUÇÃO

A racionalidade técnica instrumental-capitalista, própria da modernidade, aliada aos modos da reestruturação produtiva flexível, sustenta um avanço tecnológico que incide sobre a organização do trabalho e transforma a apreensão dos seus sentidos pelos homens. Este documento tem o objetivo principal de analisar os aspectos de um trabalho que vem sendo esvaziado de subjetividade, sob o foco de um avanço tecnológico adjunto à forma capitalista de pensar e agir, neste começo de século XXI.

O texto se inicia com uma reflexão teórica-metodológica sobre a construção do objeto de estudo. Demonstra como a junção entre a teoria, coleta de dados empíricos e entrevistas com trabalhadores, expostos ao longo do texto, delinea a corporificação de uma problemática que possibilita uma visualização da realidade pesquisada e de um problema resolvido socialmente.

O capítulo 2 contextualiza o cenário no qual se estabelece o trabalho realizado hoje. Expõe um processo de “modernização reflexiva” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997), pelo qual a sociedade contemporânea tenta, ela mesma, a solução e a superação dos obstáculos colocados pelo próprio capitalismo, por meio da revolução dos instrumentos e técnicas de produção. Traz, no entanto, a desconstrução de um trabalho criador de interioridade e identificação humana, em razão da união entre um desenvolvimento tecnológico e uma racionalidade técnica que sobrecarregam e desumanizam o trabalhador. A constituição de um trabalho com ações cada vez mais restritas à subjetividade do ser humano é, portanto, a questão chave não apenas desse capítulo, como também é central neste documento.

O capítulo 3 trata sobre uma colaboração entre a ciência e a tecnologia, que se auto-influenciam e se desenvolvem com o apoio da racionalidade capitalista, desde os tempos da revolução industrial. As conseqüências desse “progresso” científico-tecnológico devem ser estudadas pelas ciências sociais,

porque a revolução tecnológica, em especial a revolução informacional vivida na atualidade, alterou os modos de produção e da organização do trabalho. Revolucionou, também, as relações sociais de produção e o papel do trabalho no processo de subjetivação do indivíduo.

A ciência e a tecnologia, conduzidas pela racionalidade capitalista, agem interativamente sobre o mundo do trabalho e da vida. Nesse sentido, o capítulo 4, levanta a questão: a vida e o comportamento cotidiano das organizações e dos indivíduos correm sobre uma base racional ou irracional? Para responder à pergunta, é necessário, em primeiro lugar, recuperar as idéias weberianas sobre racionalidade capitalista e suas intenções (WEBER, 2002). Em seguida, o conceito apresentado por Habermas (1988) sobre a inter-relação entre os mundos da vida, do trabalho e do sistema, na crítica à razão instrumental, é redesenhado e confrontado com o processo de subjetivação proposto por Touraine (1994), como possível reversão ao avanço do mundo sistêmico sobre o mundo da vida e trabalho “coisificado” na modernidade em composição.

No último capítulo (5) tem-se a corporificação da discussão apresentada no anterior. O mundo da vida *versus* o mundo do sistema produz um ambiente repleto de contrastes sociais, evidenciado por dados estatísticos sobre os fatores sócio-econômicos globais e nacionais. O aumento do número de vendas e produtividade de mercadorias coincide com a intensificação de trabalho, a diminuição da renda dos trabalhadores, o crescimento da taxa de desemprego, a massificação da miséria, a ampliação da exclusão social, o desequilíbrio entre rendas e o agravamento das condições indignas de vida. Revela-se, assim, o descompasso entre a alta produção e as promessas de benefício econômico-social global e coletivo.

A seção 5.2 traz a percepção desses contrastes como alavanca à subjetivação do indivíduo. A constituição do ser social consciente dos contrastes e do descompasso entre a alta produção e o bem-estar social é comprometida pela atual organização do trabalho e da produção flexíveis. Uma vez que a construção

do ser social depende do confronto entre as relações sociais de produção e as forças produtivas, pela definição da classe social a que pertence e por sua posição frente aos contrastes sociais. Esta seção traz uma crítica à essência do ser social formado na sociedade capitalista contemporânea.

Ao final, vencidas e debatidas as digressões propostas, conclui-se com um quadro geral que traça o perfil de um trabalho alheio ao ser humano, potencializado pela racionalidade e revolução tecnológica capitalistas.

1 DA CIÊNCIA EM MUTAÇÃO À MUDANÇA DA REALIDADE

A natureza das informações analisadas pelas ciências sociais é diferente das estudadas pelas ciências naturais, algo que lhe é intrínseco, único. Alexander (1999) afirma que os objetos das ciências naturais se encontram no mundo físico, exterior à interioridade da mente e, dessa maneira, seus referentes empíricos podem ser verificados de modo mais evidente. Nas ciências sociais, por outro lado, alguns objetos pairam em nossas consciências, nem sempre exigem um enfoque explícito em questões empíricas, ao contrário, utilizam-se das teorias para elucidar as dimensões não-empíricas do objeto de pesquisa. As ciências sociais exigem do estudioso uma argumentação “raciocinativa”, que não enfoca apenas a percepção da experiência imediata, da lógica empírica linear, mas também a utilização de teorias que constroem uma argumentação persuasiva, baseada “em qualidades como coerência lógica, amplitude de campo, visão interpretativa, relevância de valores, força retórica, beleza e textura” (Idem). Por isso, se diz que a sociologia desenvolve a reflexividade – a capacidade de pensar a si como ciência em elaboração histórica da junção sujeito/objeto.

Essa digressão raciocinativa permite, entretanto, diferentes quadros interpretativos e asserções teóricas sobre a realidade social humana. Segundo Demo (1981, p. 18), “a realidade é um todo complexo; não é sociológica, ou econômica, ou biológica. Cada uma destas disciplinas faz apenas um recorte” que tenta apreender uma parcela, uma aproximação do real, uma compreensão de fragmentos da realidade. Por esse motivo, a validação das interpretações sobre o mundo é o resultado de uma diversidade de teorias sociais, muitas vezes opostas entre si. É o caso do paradigma comunicativo de Habermas (1988), por exemplo, em oposição à compreensão marxiana de uma sociedade centrada no trabalho, ou à teoria weberiana de uma racionalidade técnica que controla o mundo. O suposto consenso que cerca a ciência natural não se faz presente na ciência social.

A falta de consenso não invalida a cientificidade das ciências sociais, ao contrário, alavanca o seu desenvolvimento polivalente, uma vez que através de suas discordâncias se faz um motor para a continuidade e diversificação da produção científica. O terreno desbravado pelos estudos de Weber (2002) sobre a racionalidade instrumental foi um ponto de partida para o incremento de novas teorias e paradigmas, o dissenso teórico proporcionou o nascimento, por assim dizer, da ação comunicativa proposta por Habermas (1988) e da subjetivação de Touraine (1994). Estas não vieram para anular por completo as idéias de Weber (2002), mas para acrescentar corpo e crítica àquela percepção de sociedade.

O dissenso presente na produção das ciências sociais permite, então, a constituição de um amálgama teórico capaz de absorver a diversidade de visões sobre o objeto de estudo e crescer em qualidade com essas diferenças. No bojo dessas teorias, mesmo que tenham conclusões opostas, complementam-se, interpenetram-se, porque a crítica é um viés alternativo de observação do objeto de estudo, igualmente verdadeira. Em caráter ilustrativo, o objeto científico repousa sobre um palco de 360°, exposto ao público para participação e concomitante interpretação. Sujeito e objeto superpõem-se e não se confundem, porque são postos sobre vigilância epistemológica constante (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). Cada pesquisador se posiciona frente ao objeto e focaliza uma de suas facetas com seu refletor, cada uma revela, então, uma percepção diferente do objeto. Giddens e Turner (1999, p.10) ressaltam e confirmam a falta de consenso nas ciências sociais, quando citam que “apenas numa sociedade totalitária poderia existir um único esquema incontestável de análise da conduta social humana.”. É dessa retro-alimentação de idéias contrárias e complementares que vem a riqueza analítica e histórica das ciências sociais.

A constituição de um trabalho com ações cada vez mais restritas à subjetividade do ser humano, devido à racionalidade técnica-instrumental capitalista, é o problema que se explora, analisa-se e se critica neste documento.

A importância de se estudar a subjetividade, segundo Prado Filho (2004), reside em dois pontos: na presença desse tema em todo o pensamento moderno e na contemporaneidade de questões práticas que envolvem a noção de sujeito. O pensamento moderno é a filosofia do sujeito porque o coloca como produtor do saber, no centro do conhecimento. Ao mesmo tempo, posiciona-o no lado oposto como objeto de conhecimento e observação. Essa ambigüidade que envolve o sujeito produtor de conhecimento e, simultaneamente, foco do pensamento moderno mantém a importância da subjetividade como questão teórica até hoje.

A contemporaneidade de questões práticas relativas à subjetividade é o segundo ponto que articula seu mérito à posição de destaque nos estudos atuais sobre o trabalho. Ao transformar as relações de trabalho, o capitalismo e sua racionalidade técnica instrumental atingem os modos de ser e viver do trabalhador. Sua subjetividade não apenas é exposta a essas transformações, mas é influenciada por elas. São objetivos deste documento: destacar a exposição da subjetividade ao modo de produção capitalista flexível e denunciar seu despreendimento à construção do sujeito.

Para o cumprimento dessa pesquisa, o presente texto apóia-se em estudiosos que defendem a centralidade e a criação da subjetividade pelo trabalho – Marx (1974), Engels (1975), Lukács (1989), Antunes (1995), Lessa (2002) -, mas também se baseia em autores que negam a posição organizadora central do trabalho na sociedade e no pensamento, que vêem a criação da subjetividade humana pelo trabalho de uma percepção muitas vezes oposta ao primeiro grupo de autores. É o caso de Gorz (1982), Habermas (1988) e Offe (1989). Esse contraste não compromete a metodologia de pesquisa, uma vez que são posicionados frente ao objeto e limitados quanto à sua abrangência. Sobre a crítica constrói-se a categoria de análise que melhor expressa essa transformação no e do trabalho na sociedade contemporânea.

O confronto de teorias não invalida os objetivos deste trabalho. A união entre teorias complementares e adversas, carentes de consenso, mas não de

coerência pela ação crítica, acrescidas da conversa entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, possibilita a criação de um complexo teórico próprio e característico desta pesquisa. A conversa entre o pesquisador e os autores escolhidos para formar a sua teoria é particular e diferente de qualquer outra perspectiva teórica sobre o objeto. Além disso, a análise dos dados estatísticos e das entrevistas com trabalhadores empresta vida à teoria, expõe um viés real e concreto sobre o problema de pesquisa, ou seja, defronta-se com o processo de trabalho alheio à constituição da subjetividade humana.

Autores clássicos da sociologia pretenderam realizar uma sociologia descolada de juízos de valor. Durkheim (2002, p. 54), por exemplo, imbuído da inspiração positivista, escreveu um colorário metodológico: “Devemos afastar sistematicamente todas as prenoções”. Devido ao paradigma dominante da época (final do século XIX), pensava-se que ao alcançar esse afastamento se afirmaria uma análise científica sobre a ideológica. Seria o primado da objetividade da ciência, pela neutralidade do observador. Max Weber (apud. ARON, 1999, p. 451) acreditava que a legitimidade universal da ciência exigia a separação completa de seus juízos de valor, “a validade universal da ciência exige que o cientista não projete seus próprios juízos de valor na investigação em que está empenhado, isto é, que não a contamine com suas preferências estéticas ou políticas”. De acordo com suas idéias, os juízos de valor só poderiam intervir no momento da escolha e construção do objeto, mas em seguida seria possível estudá-lo de maneira objetiva, tornando paralelos o acontecer e o perceber de uma realidade.

Hoje, chegou-se à conclusão que a subjetividade, presente ao longo do trajeto das ciências sociais, delineia os traços gerais de sua objetividade científica, de tal forma que a construção de teorias, conceitos e práticas não conseguiriam se desfazer dos interesses, prenoções e racionalidades residentes no interior de seus autores. “O sujeito das ciências sociais não é neutro”, afirma Minayo (2000, p. 35), pois ao utilizar métodos e técnicas para a composição da

realidade, suas emoções e percepções do mundo se vêem imbricadas e comprometidas, até certo grau, em sua análise do real. Segundo Santos (2002, p. 52), “o objeto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento científico é autoconhecimento”. Tem-se o sujeito como ponto de partida para a ciência e essa tem nele, sujeito do conhecimento e da ação, o seu ponto de chegada.

A influência subjetiva do pesquisador no objeto de pesquisa, entretanto, não está livre de limites. É fundamental o controle dos efeitos ideológicos, pois ao mesmo tempo em que oferece condições de produção do conhecimento, também proporciona, pelo seu excesso, a impossibilidade de se alcançar a cientificidade requerida nas ciências sociais. É necessário regular, então, a permeabilidade das incursões subjetivas nas teorias e conceitos, a fim de evitar a confusão entre o sujeito e o objeto pesquisado, de modo que o estudo social garanta a configuração de um processo científico verdadeiro. “O trabalho de pesquisa científica (...) exige do pesquisador, não a renúncia de toda a ideologia, mas que faça todos os esforços de que é capaz para subordiná-la, no decorrer de seu trabalho, à realidade dos fatos estudados” (GOLDMANN, 1972, p. 19). As diferentes técnicas de pesquisa e metodologias são responsáveis pela regulação dessa permeabilidade e pela supremacia do científico sobre o ideológico, assegurando à sociologia o caráter de ciência em condições de obter uma compreensão profunda e de valor sobre seus objetos de estudo.

É nesse sentido, onde o discurso revela a riqueza teórica das ciências sociais, que este documento constrói e desenvolve a pesquisa sobre a erosão da subjetividade no processo atual de trabalho. O capítulo 2 – O trabalho para além da sobrevivência – utiliza Marx (1974; 2002), Engels (1975), e Touraine (1994) para resgatar a importância do trabalho na construção da subjetividade do ser humano, mas também referencia Foucault (1991) e Gorz (1982) para descrever o seu processo de assujeitamento ao atual processo de trabalho, cada vez mais alienador do homem pelo modo de organização flexível da produção e trabalho.

Marx (1974) promove a centralidade do trabalho na formação da natureza humana e do caráter peculiar histórico da sociedade, enquanto Gorz (1982) observa a sociedade por um viés onde o trabalho já não tem mais espaço definido para ser seu elemento estruturante. São estudiosos com idéias contrárias. Nesse momento, o pesquisador se posiciona, intercede e limita a abrangência teórica de Gorz sobre Marx, por exemplo. Esse é o diálogo do pesquisador com os autores, a sua própria manifestação de dissenso que se ativa e transforma sua pesquisa em mais uma maneira de perceber o problema, igualmente válida e única. Por conta desse cuidado metodológico, os autores de linhas teóricas distintas se cruzam e ajudam a compreender os limites e possibilidades do objeto aqui construído.

A crítica ao trabalho de hoje é uma delimitação temporal metodológica. Quando se analisa e questiona as conseqüências da organização do trabalho no começo do século XXI não significa, por exemplo, que a subjetividade dos trabalhadores no período anterior era preenchida. Pensar o trabalho de hoje é um corte temporal e metodológico.

Na construção do capítulo 3 são utilizados autores como Castells (2002), Harvey (2002), Granger (1994), Tauile (2001), Habermas (1975), Gounet (1999), entre outros, para tratar da colaboração entre a ciência e a tecnologia, a ponto de se manifestarem em uma revolução tecnológica-informacional que atinge os modos de produção, a organização do trabalho, as relações sociais e o papel do trabalho no processo de subjetivação do indivíduo.

O capítulo 4 descreve e critica a racionalidade instrumental capitalista que sustenta a revolução tecnológica, conduz sua argumentação por autores como Weber (2002), Habermas (1988) e Touraine (1994). No capítulo 5, traz-se a discussão e a constatação de um mundo da vida repleto de contrastes sociais que interferem na constituição da essência do ser social que a sociedade capitalista contemporânea produz. Este último capítulo se serve de autores como Pochmann (2003), Dupas (1999), Marx (1974), Lessa (2002), Lukács (1989) e Gorz (1982).

Indissociável à teoria que ilumina, como uma luz de fundo, aspectos e

fragmentos da realidade, encontra-se a metodologia. Entende-se por metodologia a utilização de concepções teóricas aliadas ao conjunto de técnicas e instrumentos de pesquisa, capazes de facilitar e padronizar o trabalho científico. Existe uma diversidade de abordagens ao pensamento teórico, a variedade de correntes epistemológicas, o fecundo “*pool*” de teorias e práticas científicas, transformam-se em grande vantagem para o desenvolvimento da amplitude e da profundidade nas ciências sociais.

Dentre as diversas correntes de pensamento sociológico, o método dialético e o materialismo histórico concentram técnicas de abordagem e de análise adequadas à problemática das relações de trabalho (como analisadas no capítulo 2) frente à revolução informacional (observada no capítulo 3) e ao racionalismo capitalista (explorado no capítulo 4) ainda presente no começo do século XXI. Em oposição ao positivismo e suas leis que procuram o “funcionamento da vida social, econômica, política e cultural” (MINAYO, 2000, p. 39), a lógica dialética apresenta a realidade disposta em uma unidade de contradição, acredita que a sociedade se movimenta por meio dessas diferenças sem perda do sentido de totalidade em suas relações. Pela visão dialética, a transitoriedade das idéias, das relações, das instituições e do poder comanda a passagem da sociedade no processo histórico, como um contínuo de transformação. Não significa, entretanto, que as transições e os novos estados de ser desta sociedade sejam melhores que os anteriores. Não há um determinismo evolucionário na concepção dialética.

Esse fluxo dinâmico de renovação e formação societal, enfatiza os elementos históricos residentes na sua composição. Segundo Goldmann (1993, p. 17), “todo fato social é um fato histórico e inversamente”, porque a brevidade do presente encerra sinais do passado e se prepara para o futuro, contém em si o duelo constante entre o que está dado e o porvir. Enraizado na sociedade de nossos dias estão os traços herdados e desenvolvidos nas sociedades passadas. Uma vez que a vida social é inerente aos homens de todos os tempos e lugares, o

fato social que age sobre a comunidade é, por isso, um fato histórico e guarda individualidade, ao que o autor arremata:

Para o racionalismo, o passado não é senão um erro cujo conhecimento é útil para iluminar o progresso da razão; para o empirismo, consiste numa massa de fatos reais que são, como tais, exatos em relação a um futuro conjectural; só a atitude dialética pode realizar a síntese compreendendo o passado como etapa e caminho necessário e válido para a ação comum dos homens numa mesma classe no presente, a fim de realizar uma comunidade autêntica e universal no futuro. (GOLDMANN, 1993, p. 22)

O resgate histórico nas ciências sociais é o caminho teórico e dialético para a compreensão da realidade, proporciona a apreensão do objeto de conhecimento por meio de suas mediações, correlações e relativizações no tempo e no espaço. Por isso, a pesquisa qualitativa e a quantitativa são instrumentos de dupla dimensão empírica que persegue a aproximação da teoria com os dados coletados na vida real. O alcance teórico e científico deste estudo não se baseia apenas no aprofundamento indagativo sobre a problemática, nem na reciprocidade dos métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos combinados, mas dá substância à discussão da problemática.

Este trabalho caracteriza-se como teórico-empírico, onde as pesquisas qualitativas e quantitativas fazem um *mix* e estão pulverizadas no texto, de modo que a teoria encontra respaldo nas pesquisas e vice-versa, ou seja, as pesquisas descobrem a sua fala pelas teorias dispostas no documento.

A composição entre as pesquisas diminui o risco de simplificação da vida social através de números e estatísticas e, ao mesmo tempo, reduz o domínio subjetivo da realidade social pelo cientista. As entrevistas que compõem o método qualitativo de pesquisa, por exemplo, não são “simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (MINAYO, 2000, pg. 114). Por

isso, a partir da mútua supervisão de um método sobre outro e do seu encaixe com a teoria, pretende-se eliminar qualquer superdeterminação teórica ou subdeterminação empírica que reduzem a vida social a números ou dêem ensejo a projeções subjetivas do autor sobre a realidade.

Neste estudo, o processo de pesquisa quantitativo revela dados globais e sobre o Brasil principalmente, os quais denunciam os contrastes entre uma sociedade capitalista em pleno avanço tecnológico-produtivo e um mundo da vida-trabalho cada vez mais ausente de sujeitos conscientes. O levantamento de dados foi realizado sobre organizações e institutos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o *World Bank*, o *International Labour Office* (ILO), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAM), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA), além de consulta a sites e visitas às empresas montadoras de veículos no Paraná. Revistas e jornais que circulam no país foram fontes de informação atualizadas e checadas.

No que se refere ao processo qualitativo, foi aplicado um questionário não-diretivo para a problemática de pesquisa, cuja temática tende a uma tradução das hipóteses na forma interrogativa, como proposto por Thiollent (1981). O roteiro de entrevistas está subdividido em 6 partes (vide apêndices), cujo objetivo é definir os contornos do objeto de estudo e dar solidez à teoria: I) dados pessoais; II) do trabalho e sua intensidade; III) tecnologia; IV) polivalência; V) relações de trabalho; VI) subjetividade. Foram realizadas 17 entrevistas, algumas delas desempenhadas em conjunto com pesquisadores da equipe do projeto

integrado sobre indústria automobilística na UFPR¹. As entrevistas foram aplicadas, principalmente, junto a trabalhadores das empresas automotivas empregadoras no Paraná - Renault, Volvo e Volkswagen-Audi, embora algumas tenham sido realizadas com trabalhadores de empresas fornecedoras. Todos os entrevistados foram referenciados no gênero masculino. A intenção não foi invisibilizar o trabalho das mulheres na indústria automobilística, mas preservar o anonimato dos entrevistados, visto que é menor o número de mulheres trabalhando nesse setor.

Escolheu-se a indústria automotiva como foco de observação desta pesquisa por dois motivos. O primeiro deles é metodológico, ao definir um local mais específico para comprovação e exposição da teoria é possível compreender o comportamento da racionalidade instrumental capitalista que impulsiona o avanço tecnológico para benefício do próprio capitalismo, tendo como consequência a erosão do mundo da vida e trabalho. “Quanto mais se restringe o campo [de estudo], melhor e com mais segurança se trabalha” (ECO, 2002, p.10). Ao se estudar um conjunto menor local como as indústrias localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, é possível fazer inferências e considerações sobre o contexto global de transformações.

A segunda razão para a escolha da indústria automotiva como campo da pesquisa deve-se à sua importância estratégica no desenvolvimento do capitalismo (GOUNET, 1999). O capítulo 5 evidencia a capacidade produtiva da indústria automobilística no cenário nacional. Mas, a fabricação de veículos não se destaca apenas em questões produtivas, também é pioneira e difusora de técnicas de organização da produção e do trabalho. Ela criou o chamado fordismo, elaborou e desenvolveu os chamados métodos flexíveis de produção (o Toyotismo), sendo o setor automobilístico o difusor para a maior parte da

¹ Esta pesquisa faz parte do projeto integrado “Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades” desenvolvido pelas equipes do GETS – Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade/UFPR e LAGHUR – Laboratório de Geografia Humana e Regional/UFPR (2003-2005).

indústria. A indústria automotiva soube disseminar e aproveitar os avanços da microeletrônica e da tecnologia, “foi a primeira usuária de robôs industriais (exceto no Japão, onde foi a indústria eletrônica), a primeira consumidora de sistemas de concepção/fabricação assistidos por computadores” (GOUNET, p. 16). A montadora Volkswagen-Audi na Região Metropolitana de Curitiba, por exemplo, é considerada a empresa com maior tecnologia na linha de produção em comparação com as outras empresas do grupo no mundo. Esses fatores justificam a legitimidade do setor automotivo como campo relevante para a investigação.

Ao final, pretende-se retornar as descobertas científicas deste estudo às pessoas e entidades que contribuíram para a sua realização. É importante que o presente trabalho ultrapasse o perímetro da universidade e se estenda ao maior número possível de pessoas, a fim de construir uma percepção distinta e crítica da realidade social.

As ciências sociais estão em mutação constante devido o dissenso teórico dos estudiosos, que acontece pela percepção de uma rápida mudança da realidade, pela volatilidade dos valores e das relações sociais, pela transformação ininterrupta da ciência e tecnologia que afeta os modos de produção, enfim, pela percepção diversificada da realidade de uma sociedade moderna, reflexiva, que tenta resolver os problemas que colocou a si própria. Uma única teoria abrangente ou uma ciência engessada não seriam capazes de apreender a dinamicidade da sociedade, ao contrário, é preciso uma ciência em mutação para dar conta das mudanças que ocorrem.

2 O TRABALHO PARA ALÉM DA SOBREVIVÊNCIA

Este capítulo demonstra e analisa o cenário por onde se estabelece o trabalho de hoje. Traz à luz um problema experimentado pela maioria de trabalhadores no mundo: o trabalho que tem uma ação cada vez mais restrita à subjetividade do ser humano. As relações sociais suscitadas por trabalhadores, empregadores, ciência e tecnologia aplicadas à organização do trabalho transformam o sentido do trabalho.

Inicia-se com uma discussão sobre a modernidade. A revolução dos instrumentos e técnicas de produção no cerne da modernização capitalista lhe confere um grau reflexivo que vem denominar os tempos atuais de “modernização reflexiva” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997). Essa capacidade de destruir-se criativamente, a fim de resolver problemas estruturais imersos no próprio capitalismo, causa a exaltação de uma vitória capitalista, a ser questionada nessa seção.

Na seção seguinte (2.2), é ressaltado o papel exercido pelo trabalho nos séculos XVIII e XIX, sob as visões de Adam Smith e Karl Marx. Revelam-se as primeiras impressões de um trabalho criador de valor e interioridade humana. A penetração e atuação do trabalho na esfera interior do homem e seus reflexos na vida cotidiana social garantiram ao trabalho, a capacidade de constituir a própria identidade do indivíduo e de se consagrar elemento estruturante do homem e da sociedade.

A última seção (2.3) trata desse trabalho que se estabelece no mundo e deixa de ser sujeito que atua na subjetividade do ser humano. Diante da organização do trabalho nos moldes capitalistas, perde-se a característica identitária e consciente do homem. Com a colaboração de um desenvolvimento tecnológico e de uma racionalidade técnica que intensifica o trabalho e sobrecarrega o trabalhador, a impessoalidade do trabalho e sua redução à atividade assalariada é a questão central desse capítulo.

2.1 A MODERNIDADE E SUA CRIATIVIDADE

Em fins do século XVIII, a busca por uma maior produtividade, competitividade e qualidade de produtos fez nascer a modernização de técnicas, métodos e instrumentos de trabalho que sustentassem o desenvolvimento do capitalismo. Naquela época, o capitalismo incorporava novos conceitos de gestão da produção e do trabalho, utilizava novas máquinas desenvolvidas no vértice de uma revolução tecno-científica (vide capítulo 3) e seguia uma lógica de funcionamento baseada na razão instrumental (vide capítulo 4) que conduzia não apenas o mundo econômico, mas também a vida social dos homens.

Esse processo de modernização tem continuidade até hoje e se reflete sobre as mais diversas áreas que compõem a vida, como as relações de trabalho, a organização social, as ciências, os campos das idéias, filosofia, artes, música, arquitetura, literatura e outras. Dentre as principais influências e conseqüências da modernização, a revolução constante dos instrumentos e técnicas de produção pode ser considerada uma das mais importantes.

Desde os tempos da revolução industrial, ocorre um melhoramento tecnológico contínuo de instrumentos e de métodos de organização produtiva. A máquina a vapor, os teares mecânicos, as esteiras de produção ao estilo fordista e os micro-computadores de última geração demonstram o histórico vínculo entre a modernização e o aperfeiçoamento de aparatos eletros-mecânico e micro-eletrônicos de aplicação direta na produção. Jornadas de trabalho de 18 horas por dia em fábricas insalubres, o método de produção em série e a mundialização contemporânea dos modelos flexíveis de produção evidenciam momentos do desenvolvimento de diferentes técnicas na organização da produção nos últimos três séculos.

Essa “revolução tecnológica” (vide capítulo 3) causa efeitos sobre as relações sociais de produção, como a erosão do processo de construção da subjetividade pelo trabalho, problema tratado nesta pesquisa. Isso posto, é

fundamental compreender que tipo de modernização existe hoje.

A modernização ocorrida nos séculos XVII, XVIII e XIX se caracterizava, por um lado, pelo abandono do mercantilismo e feudalismo e, por outro, pela adoção de formas sociais e industriais inéditas naquele tempo. Nos séculos XX e XXI, pode-se dizer que a modernização assume um caráter reflexivo (BECK; GIDDENS; LASH, 1997), ou seja, não ocorre uma transformação que parte do modelo industrial para um conceito totalmente diferente de produção; ao contrário, há um desenvolvimento no próprio cerne da modernização. As configurações industriais de hoje são liberadas e planejadas sob um novo desenho industrial.

Em 1913, Henry Ford lançou o fordismo como um modelo de organização da produção e trabalho. Seus métodos e técnicas foram aplicados na indústria automobilística. Em poucos anos, consagrou-se como um sistema de produção robusto e se espalhou por outros ramos industriais. O fordismo tinha como estratégia a racionalização e o parcelamento das tarefas operárias, a redução da porosidade do trabalho e a padronização de peças intercambiáveis (TAUILE, 2001).

Na década de 1970, a superação do sistema produtivo fordista pelo toyotista ilustra o processo da modernização reflexiva². A alternativa encontrada para a crise do fordismo fez do toyotismo uma verdadeira reviravolta técnica e científica no seio da própria modernização industrial. Para fugir do problema relativo à diversificação de produtos e de demanda no fordismo, surgiu o toyotismo nas empresas automobilísticas japonesas, com sua organização flexível de produção e trabalho para atender as variações do mercado e alavancar a lucratividade. O toyotismo “é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e exige, portanto, uma

² O capítulo 3 faz análise mais detalhada sobre o toyotismo e suas consequências tecnológicas no mundo dos homens e do trabalho.

organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (GOUNET, 1999). A alternativa encontrada para a crise do fordismo fez do toyotismo uma verdadeira reviravolta técnica e científica no seio da própria modernização industrial.

Em meados do século XIX, Marx e Engels (2003) já haviam percebido o caráter reflexivo da modernização, quando ressaltaram a constante revolução das forças produtivas e suas conseqüências sobre as relações sociais, referindo-se ao fato de

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida , suas relações recíprocas. (MARX;ENGELS, 2003, p. 48)

Assim, fazer parte da modernidade é viver um mimetismo permanente, é estar compreendido numa unidade dialética paradoxal, “num redemoinho de perpétua desintegração e renovação“, na opinião de Harvey (2002, p. 22). Junto com a modernização de técnicas e métodos de organização da produção e trabalho capitalista, a modernidade traz, também, a insegurança de se pertencer a um mundo em constante transição, onde nada pode ser dado como definitivo ou permanente. Santos (2002, p.5) chega a afirmar que “vivemos num tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro, que ora

pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser”.

A modernidade é historicamente marcada por essa transitoriedade. Desde o capitalismo no século XVIII até hoje, existe uma constante revolução das ciências, das técnicas, dos métodos, dos movimentos artísticos e intelectuais encerradas no âmago da própria modernidade. A modernização reflexiva significa o estado de impermanência, é a encarnação de uma “(auto) destruição criativa” dentro de sua própria organização, onde “o sujeito dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 13).

Contudo, os termos “destruição criativa” e “vitória da modernização” devem ser analisados com mais critério. Que tipo de criatividade está sendo exaltada e pronunciada? Quem se beneficia com ela? “Vitória da modernização”, que espécie de triunfo seria esse? Quem é o vencedor, de fato? E, talvez mais importante, quem sai perdendo?

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que essa destruição criativa moderna segue à risca o processo racional de perseguição do lucro máximo, indissociável da civilização capitalista. Em outras palavras, por uma questão de prioridade, existe espaço para diligências criativas que buscam alternativas de maior produção ou possíveis soluções para as crises do mercado econômico, enquanto propostas voltadas à recomposição de um mundo da vida fragmentado e um mundo do trabalho assujeitado ao racionalismo instrumental são relegadas a uma posição marginal (vide seção 4.2). Por exemplo, cursos de alfabetização e educação para adultos ou um projeto para reintegração social de crianças carentes por meio dos esportes ou artes são medidas de inserção social que ficam em segundo plano pela lógica racional instrumental que rege a sociedade.

Outro exemplo, é o toyotismo, técnica de organização produtiva desenvolvida no Japão e transplantada para as indústrias automobilísticas norte-americanas, nos anos 1970; caracterizou-se como uma saída “criativa” para transpor a crise de produção em larga escala fordista. Atualmente, o toyotismo e

suas formas derivadas são adotados não apenas na indústria automotiva, mas por todas as demais. Ele próprio é o produto da reflexividade moderna, porque essa sociedade descobriu em si mesma uma forma alternativa de produção.

A solidificação do toyotismo, entretanto, causou uma percepção distinta entre empresários e trabalhadores, fazendo-os provar resultados diferentes. Pelo lado dos empresários, desencadeou um empenho para garantir a instituição de inovações tecnológicas e organizacionais que flexibilizaram os sistemas de produção. Da parte dos trabalhadores, houve uma maior intensificação e sobrecarga do trabalho, o aparecimento de novas exigências qualificativas e a propagação da terceirização (GOUNET, 1999), que diminui o salário e suprime os benefícios sociais de um emprego formal - décimo terceiro, aviso prévio, férias e previdência – antes garantidos pelo Estado-providência, forma organizativa política compatível com o fordismo.

Ao sucesso do primeiro grupo, o empresariado, as corporações desfrutam crescimento, as vendas aumentam e a lucratividade prolifera. Aos trabalhadores, homens e mulheres, cabe manter o seu emprego e continuar o sustento de sua família. Os benefícios absorvidos por capitalistas e empregados em meio à “destruição criativa” da modernização, ou mesmo da “vitória da modernização” são diferentes para uns e outros e denunciam o controle capitalista dessa criatividade. Dessa maneira, ao se analisarem os favorecidos com essa criatividade e proclamá-la como uma “vitória” da vida moderna e do capitalismo, revela-se um espírito despreocupado com a totalidade. O chamado “sucesso do capitalismo” não significa o sucesso da humanidade, porque, se por um lado, a destruição criativa representa uma conquista para as estratégias industriais e empresariais, devido sua dinâmica e tenacidade de perseguição ao lucro máximo, por outro, o trabalhador sai perdendo.

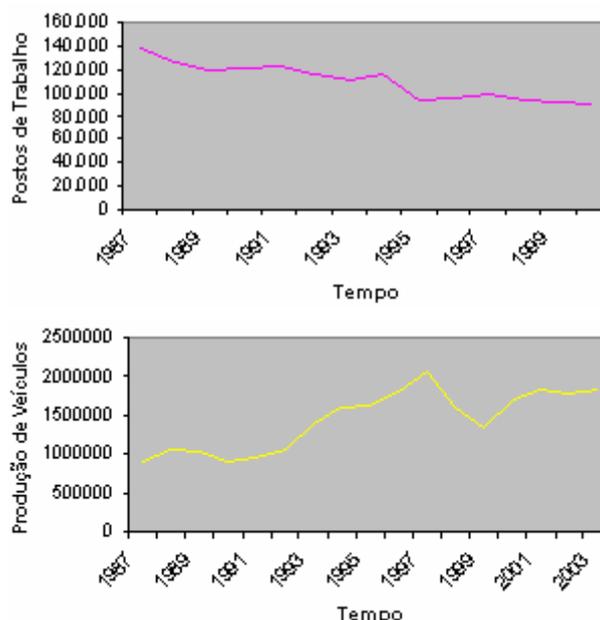
Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA) ilustram a oposição entre os resultados capitalistas e as conseqüências sobre o trabalhador. Conforme a tabela abaixo, a produção de

veículos pela indústria automobilística quase dobrou, com um aumento de 98% entre os anos de 1987 e 2003, enquanto o número de postos de trabalho diminuiu em 36% no mesmo período, considerando-se que metade desse tempo já foi marcado pela flexibilização.

Tabela 1 – A relação entre empregos e produção da indústria automobilística no Brasil

Ano	Empregos	Produção
1987	141.408	920.071
1988	-	1.068.756
1989	-	1.013.252
1990	138.374	914.466
1991	124.859	960.219
1992	119.292	1.073.861
1993	120.635	1.391.435
1994	122.153	1.581.389
1995	115.212	1.629.008
1996	111.460	1.804.328
1997	115.349	2.069.703
1998	93.135	1.586.291
1999	94.472	1.356.714
2000	98.614	1.691.240
2001	94.055	1.817.116
2002	91.533	1.791.530
2003	90.807	1.827.038

Fonte: ANFAVEA (2004)



Por volta de 1987, as máquinas de alta tecnologia, os computadores e os robôs foram aplicados sobre as indústrias automobilísticas brasileiras, reestruturando plantas do setor que chegaram ao ABC Paulista nos anos 1950. Provocaram um ritmo diferente de trabalho e o aumento de produção. A “destruição criativa” da modernidade é vitoriosa quando atinge ou excede a produção planejada pelas estratégias do capitalismo, mas pode ser considerada uma derrotada ao suprimir 36% dos postos de trabalho.

Com o auxílio do Estado, a “criatividade” do capitalista implantou a terceirização e o contrato temporário de trabalho, partes integrantes da reestruturação produtiva, que diminuíram os custos com os benefícios e encargos salariais para a empresa, mas ao mesmo tempo em que enfraqueceram o vínculo empregado-empregador e furtaram os direitos do trabalhador. Os contratos de

trabalho por tempo determinado são disseminados em todos os setores econômicos, alcançam tanto os funcionários de empresas prestadoras de serviço quanto trabalhadores da indústria automobilística matriz, espalhando-se por sua cadeia produtiva. Um dirigente sindical entrevistado relata que parte das contratações nas montadoras é por tempo determinado por seis meses, renovável por mais seis meses; portanto, em relação às garantias do trabalhador, essas são mais instáveis:

Nós tínhamos uma discussão com a empresa que todos os contratos por tempo determinado, eles tinham que ter os mesmos benefícios que os que tinham contrato por tempo indeterminado, ou seja, se no final dos seis meses a empresa não renovasse o contrato dele, a empresa tinha que pagar décimo terceiro proporcional, o aviso prévio, todos os encargos, a PLR também proporcional a tempo de trabalho. (...) esses que foram contratados agora [2004] não tem essas vantagens, não tem (ARAÚJO, 2002a. Entrevista n° 3 com Dirigente Sindical, jul. 2004).

Além da supressão de benefícios sentida pelo trabalhador, seu trabalho se tornou mais controlado, intenso e repleto de exigências para aproveitar o tempo de produção possível e toda a força de trabalho. Conforme depoimento de um funcionário de uma indústria automobilística situada na RMC: “Exigência, a gente sempre foi muito exigido e eu acabei ganhando mais responsabilidade. Eu fui mostrando o meu trabalho e fui ganhando mais responsabilidade e com mais responsabilidade a gente é mais cobrado, porque a gente tem mais braços pra cuidar da fábrica, mais fornecedores, mais peças...” (CINALLI, 2003. Entrevista n° 1 com Analista de Logística, fev. 2005).

De certa forma, a modernização foi criativa porque encontrou seu próprio desenvolvimento técnico-científico e racional-capitalista desde o século XVIII. Beneficiou o capital ao potencializar sua capacidade produtiva, mas quanto aos trabalhadores, a modernização reflexiva demonstra não ter sido tão vitoriosa. Abaixo, alguns dados evidenciam o contraste entre o desenvolvimento produtivo da indústria automotiva brasileira e o subdesenvolvimento da

população³, em termos de produção, exportação e de desemprego no país.

Tabela 2 – Quantidade de veículos produzidos e exportados pela indústria automobilística no Brasil

Ano	Produção	Exportação
1999	1.356.714	274.799
2000	1.691.240	371.299
2001	1.817.116	398.782
2002	1.791.530	416.145
2003	1.827.038	503.315
2004	2.210.741	649.568

Fonte: ANFAVEA (2004)

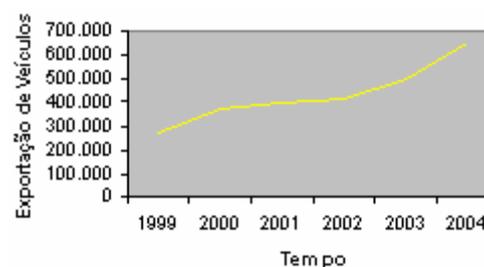
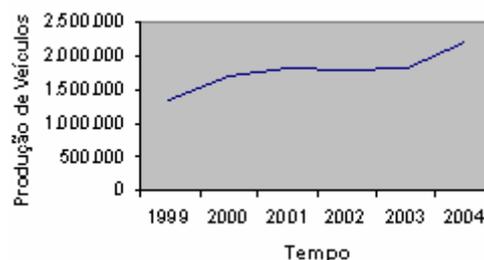


Tabela 3 – Taxa percentual de desemprego no Brasil entre os anos de 2002 - 2004

Ano	Taxa de Desemprego
2002	11,7
2003	12,3
2004	11,5

Fonte: IBGE (2005).

Tabela 4 – Pessoas abaixo da linha de pobreza na América Latina (milhões)

Ano	Menos de \$1/dia	Menos de \$2/dia
1990	48	121
2004	56	136
% de Aumento	16,6	12,3

Fonte: World Bank (2004).

Conforme os dados acima, no período de 1999 a 2004, o aumento de 62,9% na produção e de 136,6% na exportação de veículos automotivos no Brasil não correspondeu a um avanço nos indicadores sociais da população brasileira e

³ O capítulo 5 expõe dados estatísticos de fatores sócio-econômicos globais e nacionais. Os contrastes entre um mundo de progresso científico-tecnológico produtivo e um mundo dos homens repleto de problemas sociais serão analisados com mais rigor.

latino-americana. A Tabela 3 mostra uma taxa de desemprego alta, que variou pouco nos últimos 4 anos. Na América Latina, o número de pessoas sob rendimento menor que um dólar⁴ ao dia aumentou em 16,6% desde 1990 (ver Tabela 4), ou seja, são 56 milhões de pessoas buscando a sobrevivência com uma renda mensal inferior a 85 reais, em 2004. No Brasil, 33 milhões de pessoas auferem renda mensal *per capita* inferior a 100 reais.

Os índices de desigualdade social, taxa de desemprego e pobreza denunciam uma condição de vida imprópria para parte significativa da população, contrariando a afirmação capitalista de que quanto maior o desenvolvimento científico-tecnológico e o progresso produtivo, mais altas as possibilidades de condições de uma vida digna e justa para todos (vide capítulo 3 e 4). Em verdade, está em jogo a concentração e distribuição desigual do que é produzido e apropriado⁵.

Imerso no desenvolvimento da modernidade está o trabalho e suas relações sociais. No rastro de uma racionalidade instrumental capitalista amparada por uma tecnologia fiel aos ideais do capital, o trabalho é banalizado e precarizado, a ponto de se deixar desfalecer uma de suas principais características: a produção do sujeito. O trabalho simplificado, na forma de uma atividade lucrativa de produção, perde sua refletividade sobre o indivíduo e sabota, por assim dizer, a natureza humana.

A poluição do ar, do solo, da água, o militarismo e suas guerras globalizadas, a fome e a pobreza espalhadas pelo mundo são algumas contribuições avessas que deitam por terra a idéia de uma vitória globalizada a favor da humanidade. “As certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial (...)

⁴ Um dólar equivale a 2,73 reais, segundo cotação do dia 19 de abril de 2005 (Banco do Brasil, 2005).

⁵ Sobre relação de apropriação, ver seção 5.2 no capítulo 5.

cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças” (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 16). Não se consegue um avanço econômico e social bem escorado que se sustente no abuso e desrespeito ao meio-ambiente e aos seres que o constituem, afirma Corrêa (apud. CATTANI, 1997, p. 210).

2.2 O TRABALHO QUE CONSTITUI E CONSTROI O SER

A revolução industrial do século XVIII provocou uma reavaliação do papel exercido pelo trabalho na sociedade. Por meio de um processo de valorização lenta, este conquistou uma posição de destaque no eixo da organização social e possibilitou a concretização de uma sociedade centrada no trabalho, ainda remanescente.

Mas, nem sempre foi percebido assim. Os gregos e os romanos não valorizavam o trabalho, este era tido como indigno do cidadão. Por ter de sujeitar-se à necessidade, trabalhar era serviço de escravo. A Bíblia no antigo testamento condena o trabalho ao sinônimo de fadiga e esforço: “comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias da tua vida (...) No suor do rosto comerás o teu pão” (1993, p. 5). As sociedades pré-históricas caracterizadas pela caça, coleta e busca de comida trabalhavam menos, suas atividades eram intermitentes, possuíam descanso abundante e mais tempo livre para o lazer. Tinha-se uma média de 4 a 5 horas diárias de trabalho (SAHLINS, 1978).

A equiparação hierárquica entre as atividades de lazer da aristocracia e o trabalho relegado aos plebeus começou na Idade Média com as idéias de Santo Agostinho. Foi apenas na reforma cristã, com a apresentação do trabalho como vocação e meio de exaltar a Deus, que Lutero inverteu a hierarquia e o trabalho sagrou-se como atividade digna do ser humano (VANDENBERGHE, 2004).

Por meio da revolução industrial do século XVIII, entretanto, o trabalho expôs de forma explícita sua tendência à posição central da sociedade. Ao

transferir a fonte da riqueza para o trabalho e suas mercadorias, a economia política de Adam Smith veio reforçar essa tendência. Contrariava, assim, a visão mercantilista da época, quando se acreditava que a riqueza de uma nação se faria apenas pelo comércio exterior (CERQUEIRA, 2000) e pela posse de metais preciosos. Nessa mesma linha, Marx, em *O Capital*, define o trabalho como “substância criadora de valor” (2002, p. 62), de mercadorias produzidas para a troca ou objetos de uso. Em sua explanação sobre a mercadoria, assinala que esta possui a propriedade fundamental de ser produto da força de trabalho humano despendido e trocado no mercado de equivalentes.

Em uma primeira impressão, observa-se a crescente importância dada à categoria trabalho tanto em seu âmbito sócio-econômico quanto teórico-intelectual, visto que esta aparece como essência formadora de riqueza, de mercadorias, de objetos para o consumo e, além disso, absorve o interesse de muitos intelectuais e estudiosos daquele período. Também Weber e Durkheim, clássicos da sociologia, produziram obras sobre o trabalho na sociedade: “A ética protestante e o espírito capitalista” (2002) e “Da divisão do trabalho social” (1999), respectivamente.

A segunda impressão que se pôde desvendar sobre a categoria trabalho foi sua aproximação à construção do homem e da sociedade em si. Em sua obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (1974) caminha além das perspectivas de Adam Smith, quando afirma ser o trabalho a essência subjetiva da propriedade privada e recupera essa propriedade privada de uma esfera exterior, ao trazê-la ao próprio interior do ser humano.

A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade em si mesma, como sujeito, como pessoa, é o trabalho. (...) também a riqueza extrínseca ao homem e dele independente (só podendo, pois, ser adquirida e conservada de fora) é anulada. Isso quer dizer, sua objetividade externa e indiferente é anulada pelo fato de a propriedade privada ser incorporada ao próprio homem, e de ser o próprio homem reconhecido como sua essência. (MARX, 1974, p. 9).

Entende-se, assim, que o trabalho, transubstanciando-se em valor, não apenas agrega valor às “coisas”, tornando-as mercadorias, mas também transfere ao próprio homem a incumbência de ser ele a “essência tensa da propriedade privada” (Idem, p. 10), a condição de sua existência.

Mas, que tensão criada pelo trabalho capitalista é essa?

A idéia de propriedade, que “originalmente significava a relação do sujeito que trabalha com as condições de sua produção ou reprodução enquanto pertencentes a ele” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611), é subvertida pelo capital quando separa o trabalhador de suas ferramentas (meios de produção), de seu produto e faz escapar de suas mãos as condições de sua produção e reprodução. É a propriedade privada das empresas e do capital que está na origem da procura desenfreada do lucro pelos capitalistas e da exploração em massa dos trabalhadores em busca de um salário. Deixa-se transparecer a “tensão” dita por Marx, o trabalho que faz o homem não se encontrar com o seu produto, nem com uma forma de reprodução social que esteja livre do trabalho submetido pelo modo capitalista. Faz o homem se estranhar e se confundir como sujeito que não mais trabalha para si. “O que era anteriormente um fenômeno de ser extrínseco a si mesmo, uma manifestação extrínseca real do homem, transformou-se, agora no ato de objetivação, de alienação.” (MARX, 1974, p. 10).

É sobre essa penetração e atuação do trabalho na esfera interior e exterior do indivíduo que este documento se aprofunda. De certa forma, o ser humano é condenado a lidar com essa tensão de origem interna, mas de reflexo e cristalização nas relações de sua vida cotidiana e social, em sua externalidade. O trabalho que é, em si, um ato subjetivo deixa de ser apenas capacidade criativa de produtos de valor, emprego de força, dispêndio de energia e passa a constituir e construir a sua própria identidade. Dessa maneira, o trabalho atua no processo de subjetivação do indivíduo, quando este se transforma em sujeito consciente das ameaças do racionalismo capitalista em seu mundo, dos contrastes sociais e tem a oportunidade de conduzir e transformar as relações sociais.

Desde que o trabalho foi assimilado na interioridade humana, percebeu-se também seu efeito sobre o círculo exterior, a sociedade. Pelo trabalho, o ser humano é produto e produz a sociedade (ARAÚJO, 2004). A vida social se faz condicionada pelo modo de produção da vida material, isto é, por seu trabalho. As relações de produção, o mercado, o salário, a satisfação orgânica e espiritual, o poder do dinheiro, entre outros tentam compreender em suas mãos, as forças produtivas que, por sua vez, são acionadas para romper e se estender além dessas barreiras.

Como conseqüência desse duelo, as relações de produção e forças produtivas transformam-se na unidade dialética que delinea a sociedade moderna. Cria-se uma unidade conflituosa que, motivada pela tarefa de superar suas diferenças internas, move o motor da sociedade (LEFBVRE, 1979). É nesta medida que a crítica de Marx e Engels à filosofia hegeliana se faz coerente, quando aponta que a tomada de “consciência do homem depende de sua existência” (MARX, 1977, p. 24), de suas condições materiais e de seu papel protagonizado nessa unidade dialética sobredeterminada pelo trabalho.

A subjetividade do ser humano, então, mantém relação com sua sociabilidade. O ser social⁶ é inseparável da essência do homem. O indivíduo, escreve Heller (1972, p. 20), “é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”, seus sentimentos, suas memórias, seus pensamentos e seu trabalho, por mais individuais que sejam, não conseguem se desprender do meio social, porque o indivíduo é um ser social, inserido em sua sociabilidade não consegue se desligar totalmente dela. Marx (1977) não explicitou a subjetividade como hoje é entendida, mas compreendeu a relação entre o ser subjetivo e o ser social, ao pronunciar que as condições da vida material do ser social determinam e constroem a sua consciência. Dessa maneira, a subjetividade cria um vínculo e uma mescla espessa com a exterioridade, ou seja, ela se concretiza a partir do

⁶ A seção 5.2 entra em detalhes sobre a produção do ser social na teoria de Marx (1977).

meio social, do contato com o outro. A subjetividade não é um elemento isolado (SMITH, 1999), ela revela a condição humana social. Não é algo intrínseco e passivo, mas uma relação socialmente construída.

Segundo Touraine (1994, p. 222), subjetivação é “a penetração do sujeito no indivíduo”. A partir do momento em que o indivíduo toma consciência de si, de sua natureza e de seu papel nessa unidade dialética, o processo de subjetivação transforma-o em sujeito. Ao afirmar a sua presença no mundo como sujeito incorporado da capacidade de imprimir e perceber significado em suas ações, o indivíduo torna-se capaz de encarnar o papel de ator social e, ao invés de ser conduzido e assujeitado, tem ele o poder de conduzir e transformar as relações sociais. Em certa sincronia com as idéias de Marx (1974), Touraine (1994) promove a tomada de consciência do indivíduo para o equilíbrio de sua convivência com a racionalidade moderna. Marx chama a atenção para o controle das forças produtivas, o papel da luta operária e a possibilidade do fim da alienação dos homens. Ambos vêem o aparecimento do sujeito sobre o indivíduo e sua transformação em ator social, capaz de interagir com o mundo racional moderno mediante sua consciência, liberdade e criatividade.

Por meio da subjetivação tem-se a consciência de se pertencer a uma realidade onde a racionalidade instrumental capitalista domina o mundo da vida. “A modernidade é a criação permanente do mundo por um ser humano que desfruta do seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens, ao mesmo tempo em que se defende contra as suas criações desde o momento em que elas se voltam contra ele”, argumenta Touraine (1994, p. 243). Ao negar sua existência em um universo estranho para si e para os outros, o homem acaba por negar também sua sujeição e controle à lógica racional instrumentalizada para o capital.

Como visto anteriormente, o trabalho deixa de ser apenas capacidade criativa de produtos de valor e passa a constituir e construir a identidade do ser humano. Em outras palavras, o trabalho colabora para a transformação do

homem em sujeito. “O que **eles [indivíduos] são coincide**, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto também **com o como produzem** [grifo meu]. Portanto, o que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção” (MARX, apud. MAGALHÃES, s.d., p. 142).

O trabalho é parte agregada à subjetivação e vice-versa, ou seja, do mesmo modo que o trabalho compõe a produção do sujeito, a subjetivação leva a perceber e a reagir sobre as ameaças ao mundo do trabalho. Assim, a categoria trabalho penetra nos círculos individuais (produtor sujeito de subjetividade do homem) e sociais (eixo da organização social). Pelo trabalho, o homem produz a história, autoproduz-se, altera sua visão do mundo e de si mesmo.

A criação do sujeito pelo trabalho em meio aos processos conflituosos da alienação *versus* desalienação, repressão *versus* liberdade, exploração *versus* autonomia é vista por Foucault (1991) sob uma base impregnada de características humanistas, o que não o impede de citar Marx como uma das linhas centrais de pensamento para a concepção do sujeito: “homem produz homem. É tudo uma questão de como você olha para isso” (Idem, 1991, p. 121). Não significa produzir um homem idêntico a si mesmo nem requer a busca do ser ou de sua essência, mas significa a criação de algo novo, ainda inexistente, “que nós não podemos saber como e o que isso será” (Idem, p. 121). Por não considerar a criação do sujeito como um resgate da essência humana em um sistema de repressão e de exploração, mas uma inovação completa e original do ser, Foucault pensa se distinguir da maioria dos pensadores marxistas e frankfurtianos que apelam ao reencontro do ser humano consigo mesmo.

Inspirado nas palavras de Foucault - “é tudo uma questão de como você olha para isso” – esta pesquisa tem o compromisso de evidenciar o problema da subjetividade ameaçada pela atual organização do trabalho em meio à racionalidade capitalista, novas tecnologias e às técnicas de produção flexível. Pensa a subjetivação do ser como a retomada humana, como a conscientização de seu papel social frente à realidade e o reencontro do homem consigo mesmo pelo

trabalho que preenche sua subjetividade. De fato, Foucault (1991) traz uma visão crítica sobre a formação do ser humano integrado às condições materiais e econômicas, não se esquivando de pensar em um novo ser humano. Este documento promove o aparecimento de um novo homem, diferente dos que existiram até o momento e, por isso, original, não faz alusão a um período em que a humanidade ofereceria a consciência invejada aos dias de hoje. Apesar de toda a crítica desse trabalho incidir sobre o capitalismo, não vai à procura desse homem-sujeito no passado. Acredita sim, que as possibilidades de transfigurar a realidade e o indivíduo são históricas e o acompanham desde o seu surgimento como ser social. O novo homem produzido pelo homem não é senão o resultado do desenvolvimento de sua subjetividade, em interação contínua com o meio social e sua forma de produzir. A originalidade do novo ser reside no interior do próprio homem.

O domínio da natureza pela força do trabalho foi também um fator significativo para o desenvolvimento físico e social do ser humano. “É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas”, afirma Lessa (2002, p. 27). Em *Sobre o papel do trabalho na transformação do homem*, Engels (1975) faz um resgate da humanidade desde os tempos primitivos e indica o trabalho como grande responsável pela evolução do homem. A palavra articulada (linguagem), a adaptação de suas mãos e o desenvolvimento de seu cérebro foram levados pela ação do trabalho e pela vida em sociedade que precisa trabalhar e produzir para obter seu sustento. Não apenas sua forma física se transforma, também a vida social se fortalece e suas atividades se diversificam. A caça, a pesca, a agricultura e depois a fiação, a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria, a navegação, as tecnologias da comunicação e informação são exemplos do alargamento dos horizontes humanos determinado pelo trabalho.

Logo, o trabalho se consagra como elemento estruturante da sociedade e do ser humano, atividade pela qual este se apropria e modifica a natureza

exterior, além de sua própria natureza. Nesses quesitos, modificação consciente da natureza interior e exterior, é que o homem se faz homem e marca sua distinção com os outros animais. Nas palavras de Engels, a pergunta: Que “voltamos a encontrar como sinal distintivo entre a manada de macacos e a sociedade humana? Outra vez, **o trabalho** [grifo do próprio autor]” (ENGELS, 1975, p. 67). Fortifica-se a tese apresentada por Marx (1977) de que a sociedade se dá conforme a relação entre a atividade humana e suas obras.

Antes de se analisar o processo de simplificação e reducionismo do trabalho em atividade assalariada e o descolamento do trabalhador como ator na subjetividade do ser humano, é necessário dissolver a generalidade guardada na palavra “trabalho” e assim garantir a compreensão sobre qual base, qual(ais) tipo(s) de trabalho, está sendo armada a teoria. Qual “trabalho” está sendo levado em consideração para o desenvolvimento do tema: trabalho abstrato, concreto ou ambos? Quais desses “trabalhos” têm sua ação cada vez mais restrita à subjetividade do homem?

Como já mencionado, a questão “trabalho” engloba diferentes significados. Lessa (2002) distingue trabalho abstrato, de trabalho propriamente dito, quando indica ser o primeiro, produtor de mais valia que possibilita a auto-reprodução do capital e, o segundo, como atividade pela qual o ser humano constrói sua natureza (essência) e a totalidade social. Trabalho abstrato é produtor de mais-valia, corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, reprodução do capital. Trabalho é “atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe” (Idem, p. 28). Assim, entre os dois tipos de trabalho e suas funções há uma nítida separação conceitual que permitiu, entre outras elucubrações, o aparecimento de um paradoxo no mundo do trabalho.

Offe (1989) apresentou o cenário paradoxal onde se tem cada vez menos trabalho abstrato e cada vez mais dependentes assalariados desse trabalho para a sobrevivência. Agregado a esse paradoxo existe mais um componente, o

fato de que quase todo trabalho atual corresponde a trabalho abstrato, mesmo aqueles que estão enquadrados no setor de serviços, precarizados pela terceirização e pela informalidade, que também atinge a indústria. Logo, ao mesmo tempo em que se realça o trabalho abstrato como a tendência mais provável de um único e homogêneo tipo de trabalho, muitos estudiosos colocam em xeque o papel do trabalho hoje como produtor sujeito de subjetividade do homem, por duas razões principais. A primeira delas, por se perceber o encolhimento do trabalho concreto frente o trabalho abstrato produtor de mais-valia. A segunda delas, por se observar simultaneamente um número menor de postos de trabalho disponíveis e uma necessidade crescente de colocação profissional.

Contudo, pouco se percebe que Lessa (2002), com base em Lukács, separou a função entre os dois tipos de trabalhos, mas que isso não implica uma estrita separação entre trabalho abstrato e trabalho. Ocorre uma permeabilidade de um trabalho sobre o outro, há trabalho concreto no trabalho abstrato, seja no quesito referente ao seu processo com a natureza ou no de construção interior do indivíduo. Dessa maneira, o trabalho abstrato contém não apenas características de atividade produtora de mais valia, mas também de produtor de subjetividade.

Por esse motivo, torna-se coerente acusar o trabalho atual de abandono à autogeração do trabalhador, mesmo sendo ele preenchido em sua maior parte por trabalho abstrato, produtor de mercadoria. O aspecto construtor de interioridade do ser humano é subtraído de ambos os trabalhos, seja no pouco que se permeia no trabalho abstrato, seja na própria diminuição do trabalho frente ao trabalho abstrato. Este desprendimento da ação que atinge a subjetividade do indivíduo é, então, peculiar aos dois tipos de trabalho e colabora para um visível processo de “coisificação” do trabalho. O retorno financeiro do trabalho como a única compensação decorrente dessa atividade é um exemplo de “coisificação” do trabalho, pensado pelo próprio trabalhador e ambientalizado pelo capitalismo, como pode ser observado pelo relato de dois trabalhadores da indústria

automotiva: “... eu tenho energia agora, eles vão consumir a minha energia agora e eu vou deixar. E vou ganhar o meu dinheiro enquanto isso.” (CINALLI, 2003. Entrevista n° 1 com Analista de Logística, fev. 2005), “... é igual eu falo, funcionário quer dia 15 e dia 30 [dias de pagamento]. A empresa quer produção. No final acaba nisso.” (PAIXÃO, 2003, Entrevista n° 4 com Trabalhador da Indústria, set. 2004).

Ao reduzir o trabalho ao salário, o ser humano abre mão das potencialidades à subjetividade e de sua identificação pelo trabalho. Hoje, os produtos e as mercadorias parecem conferir maior satisfação pessoal e auto-afirmação que a atividade do trabalho. A identificação pelo consumo ganha espaço e torna-se uma meta para cada indivíduo. Em verdade, a oportunidade de consumo é um dos elementos que conferem ao indivíduo a coragem e disposição para agüentar um trabalho de sobrecarga e de *stress*, conforme indica um entrevistado: “Eu tenho amigos que falam: Eu não gosto de trabalhar aqui. Eu trabalho porque o meu salário é bom e se eu sair daqui não vou conseguir ganhar o mesmo” (CIMBALISTA, 2005. Entrevista n° 14 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005). Não é a sua atividade que importa, mas o seu salário, o que se pode fazer com ele e, principalmente, o que se pode conseguir por meio dele.

Apenas como comparação histórica, vale notar que a identificação pelo consumo coincide com os tempos onde não se tem abundância de meios materiais. Na pré-história, junto aos homens caçadores e coletores, havia fartura de materiais e a sociedade era afluyente, ou seja, conseguia satisfazer as vontades materiais das pessoas, mesmo que seus desejos fossem de baixa exigência (SAHLINS, 1978). A sociedade capitalista contemporânea, por outro lado, não consegue conter os desbalanceamento do mundo, quando 1,1 bilhões de pessoas lutam para sobreviver com uma renda diária menor ou igual a um dólar (WORLD BANK, 2004). O objetivo não é comparar épocas históricas, visto que seus componentes são complexos e diferentes entre si, mas realçar a contradição existente no capitalismo. A lógica do capitalismo impõe o consumo. É uma

sociedade que produz excedentes, precisa de consumo para funcionar. Porém, ao necessitar do consumo, o capitalismo institui a escassez: os meios materiais se extinguindo com a destruição da natureza, o empresariado frente ao capital finito, o trabalhador diante do desemprego e o consumidor cara-a-cara com a impossibilidade financeira de consumir. “A desgraça é que, nesse jogo de livre escolha do consumidor, toda aquisição é simultaneamente uma privação, pois toda a compra de alguma coisa é a falta de alguma outra” (SAHLINS, 1978, p. 10). A identificação pelo consumo não reflete uma satisfação plena, é uma satisfação aparente, pois o desejo de consumir não tem fim, até mesmo porque não é este o desejo do capitalismo. O trabalho para financiar essa insatisfação constante do consumismo, apreendido como sua única função, é uma redução de seus sentidos.

Percebe-se, então, a redução de potencialidade do trabalho ao tratá-lo como atividade que retorna um salário e esvazia a subjetividade. A evaporação gradativa do trabalho concreto sobre a predominância do trabalho abstrato e a indistinção de suas funções causou a relativização do trabalho como posição chave da identidade pessoal e social. Discussões sobre a centralidade do trabalho ganharam terreno. Em *Trabalho como categoria sociológica fundamental?*, por exemplo, Offe (1989) defende a tese de que o trabalho tende a ser central a uma parcela cada vez menor dos indivíduos em sociedade e questiona seu papel como eixo da organização da sociedade. Alça dúvidas como a consagração de um “... declínio no poder objetivo de determinação do trabalho, da produção e do consumo sobre as condições e o desenvolvimento social como um todo” (Idem, p. 8). Habermas (1988) por sua vez propõe a substituição do paradigma do trabalho pelo paradigma da comunicação (vide seção 4.2).

Entretanto, desde a revolução industrial aos dias de hoje ocorreu uma diminuição da força de trabalho e do tempo socialmente necessário para a reprodução da base material. Este comportamento foi identificado por Marx como uma tendência própria do capitalismo, isto é, a ampliação do trabalho

morto sobre o vivo (ANTUNES, 1995). Em outras palavras, uma vez que não é possível eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, articula-se uma maneira de intensificar as formas de extração de sobretrabalho em um menor espaço de tempo (MARX, 2002). Esta tendência histórica de extração da mais-valia relativa é confundida como sinônimo de perda da centralidade do trabalho por muitos autores. Por certo, o trabalho está cada vez mais rarefeito e subordinado à máquina capitalista e ao avanço tecnológico do trabalho morto, mas não está desaparecendo ou deixando sua força estruturadora e socializadora da sociedade e do ser humano. Por intermédio do trabalho o homem continua a se autoproduzir, como também a construir historicamente o fenômeno da sociedade. O trabalho ainda é essencial para a reprodução social.

Uma vez compreendidas as diferenças funcionais entre os tipos de trabalho - trabalho e trabalho abstrato - e a permanente função chave do mesmo na sociedade, este texto leva adiante a discussão sobre a atuação, restrita e diminuída, do trabalho na subjetividade do indivíduo.

2.3 O TRABALHO QUE ESVAZIA A SUBJETIVIDADE

O trabalhador não se identifica com o seu trabalho. Desde o início do capitalismo aos dias atuais, vem se desprendendo continuamente uma das características principais do trabalho: a ação intrínseca no ser humano, a produção do sujeito.

O trabalho integrado e assimilado à interioridade humana, discutido na seção anterior, vem sofrendo ao longo do tempo um enfraquecimento de suas ações na criação da subjetividade e identidade humanas. A tecnologia e os novos métodos de organização da produção e do trabalho, amparados por uma racionalidade instrumental-capitalista, contribuem para a transformação de um trabalho misturado à vida e à interioridade do indivíduo (orgânico), em um trabalho cada vez mais inorgânico, externo e alheio, cujo ritmo intensificado é

marca da era toyotista.

As sensações, a imaginação, o estado de consciência, as emoções, as memórias, o pensamento e os sentimentos são elementos constituintes da subjetividade. Como visto, a subjetividade não se constrói apenas pela individualidade humana, isolada de sua exterioridade, mas também a partir do meio social, do contato de uns com outros. Uma vez que a influência de sua formação por meio de elementos externos foi entendida, aparece o trabalho como atividade social responsável por um dos vetores na composição da subjetividade humana. Assimilado às esferas exterior e interior do indivíduo, o trabalho e a subjetividade se juntam. Dessa união surge a coerência em se pensar a relação trabalho-subjetividade.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que a presente pesquisa não parte do pressuposto de que o trabalho é o único processo que cria a subjetividade humana. A interação familiar, a educação, os acontecimentos do cotidiano, a comunicação e o convívio com outros são exemplos dos muitos processos responsáveis pela formação da subjetividade. O trabalho é mais um vetor em sua constituição. Também não se acredita em um período histórico anterior repleto de sujeitos conscientes, dotados de subjetividade plena. Esta pesquisa denuncia a erosão da subjetividade diante da organização flexível do trabalho, da revolução tecnológica e da racionalidade capitalista, o foco é o desfalecimento da subjetividade nesse começo de século XXI.

Do outro lado, autores como Rosa (2002) não crêem em um total assujeitamento do indivíduo. A tentativa de transformar o trabalhador em uma força dócil e útil para a produção não se completa, porque “o trabalhador jamais é reduzido de modo absoluto a estas forças (...) Há sempre, nas situações e práticas conflituosas, a indocilidade dos indivíduos” (Idem, p. 4). Exemplos das insubmissões levadas a cabo pelos trabalhadores, revelam a subjetividade nessas insubordinações: as brincadeiras e o divertimento casual entre os companheiros de trabalho durante o expediente como forma da não-disciplina e não-

regularidade da ação; a operação tartaruga⁷ em épocas de crise como resposta ao poder tecnológico e político do taylorismo; a omissão de erros cometidos pelos desenhistas técnicos para que o projeto seja refeito e, com isso, se perca tempo de produção.

As insubordinações observadas por Rosa (2002) assemelham-se mais a uma tomada de fôlego em meio ao processo produtivo do que a uma consolidação da subjetividade proveniente do trabalho ou, mesmo, uma conscientização de classe em luta por seus direitos e desejos. Ao insubmeter-se, reconhece-se a existência de alguma subjetividade no trabalhador, daí não ser possível o assujeitamento em moldes absolutos. Mas, não é por meio dessas insubordinações que se vai transformar o indivíduo em sujeito. A descontração e rebeldia apresentadas pelos trabalhadores se aproximam de retaliações ou barganhas de baixas aspirações, não deriva de uma atitude embebida na conscientização de sua posição diante da produção, frente aos contrastes sociais e concreta para transfiguração de um ser sujeito.

A subjetividade exposta por Rosa (2002) não escapa da “cultura do contentamento” imposta pelas empresas (SELIGMANN-SILVA, 2004, p. 54). A valorização do funcionário veloz, alegre e entusiasmado em detrimento daquele que reclama e assume sofrer o desgaste de suas energias faz o trabalhador maquiagem as aparências, investir-se de uma fachada e manipular sua apresentação em relação aos papéis socialmente estruturados. Segundo Goffman (1975, p. 29), fachada é o “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”; serve como uma blindagem à total submissão. A barganha por melhores condições de trabalho ou reivindicatória por contingência é uma forma de expressão da consciência insatisfeita, mas pode estar distante de uma visão ampla e esperançosa de um futuro diferente, por não romper com a ideologia das relações

⁷ Os trabalhadores reduzem o padrão da velocidade de produção, dispendendo mais tempo na confecção das peças e na utilização das ferramentas. (ROSA, 2002, p. 174).

de poder contidas na relação do trabalho capitalista.

Apesar de demonstrar certa subjetividade ao insubmeter-se a algumas ordens e decisões empresárias, o corpo do trabalhador permanece disciplinado para a produção. A disciplina produz o corpo dócil, marca e dirige os gestos que podem aquiescer ao interesse do capitalista, “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1996, p. 29). De um lado, o capital pede a força do corpo capaz de produzir, por outro lado, requer um enfraquecimento de sua subjetividade ao exigir a obediência. O poder manifestado não apenas recai sobre o indivíduo trabalhador, atinge pontos mais profundos, ele “os investe, passa por eles e através deles” (Idem, p. 29).

O que antes parecia conscientização e autonomia revela-se como uma subjetividade rarefeita. Tal subjetividade não é a mesma que se acusa neste documento de ter se distanciado do ser humano. O indivíduo assujeitado e alienado, à deriva na racionalidade capitalista não é o mesmo “homem que produz homem” (MARX apud. FOUCAULT, 1991, p. 121), discutido na seção anterior. Em resumo, não é qualquer subjetividade que esta se esvaziando pelo trabalho embutido na organização produtiva flexível, mas a subjetividade que cria o sujeito consciente, capaz de transfigurar-se em ator social, conduzir e transformar a realidade e as suas relações sociais.

Baseado no paradoxo apresentado por Offe (1989), na seção anterior, foi discutido um cenário de incoerência que se constituía de três componentes, principalmente: o rareamento de trabalho abstrato no mundo, uma dependência cada vez maior desse trabalho para a sobrevivência dos homens e a constatação de que quase todo trabalho tornou-se trabalho abstrato. No entanto, é possível trazer mais uma observação crítica a essa paisagem incongruente. Se, por um lado, ocorre uma maior dependência dos homens pelo trabalho abstrato assalariado, ao mesmo tempo, acende-se uma forte busca pelo mesmo. E como resultado, uma parcela cada vez maior da população procura a garantia de sobrevivência no trabalho assalariado. Na opinião de um trabalhador da indústria

automotiva, sua primeira impressão sobre o trabalho é financeira: “Bom, hoje em dia, claro que tem que levar mais pro lado de, financeiramente [sic]. Hoje em dia você não vive se você não trabalhar, você não vai ter nada.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005).

Trabalhadores como esse “interiorizam seu despojamento para afirmar sua dependência total e pedir que se assuma totalmente a responsabilidade por ele (...). Em lugar de abolição do assalariamento, o proletário exige abolição de todo trabalho não assalariado”, afirma Gorz (1982, p. 51). O problema é que tal dependência e aumento quantitativo dos homens em relação ao trabalho abstrato coincidem com o momento onde o trabalho registra uma participação cada vez menor na vida dos indivíduos. Outras dimensões têm ocupado a atenção do trabalhador, criando um círculo vicioso entre trabalho e consumo, onde esse último demanda o outro, para ter supremacia. Logo, agrava-se o quadro paradoxal apresentado, ao se constatar que a dependência crescente de milhares de pessoas do trabalho causa preocupação, não somente pela diminuição de postos de trabalhos no mercado e pela transformação contemporânea na forma de trabalhar: versatilidade, qualificação, polivalência, criatividade. Mas, sobretudo, por oferecer um trabalho de retorno exclusivamente financeiro, ainda que mal remunerado, sem a pretensão de manifestar e/ou usufruir uma subjetividade ou identidade construída a partir dele. Enfim, desprovido de intenção de resgatar minimamente aquilo que responde pela natureza humana.

A visão estritamente econômica e materialista do trabalho acaba por transportá-lo para a margem da biografia humana. Isso porque quando observado apenas como uma atividade assalariada, despido de suas ações na interioridade do indivíduo, o trabalho abre mão forçosamente de toda sua capacidade de construir e se constituir na própria identidade do trabalhador e o predispõe, então, a um processo de alienação do indivíduo frente à sua atividade diária de produção. Pela alienação, o homem estranha a si próprio e não percebe o intento de suas ações. Aliena de si seus produtos, os outros indivíduos (alheamento do

ser), a natureza na qual vive e sua natureza interna (alheamento de si) (PETROVIC apud. BOTTOMORE, 2001). Assim, a alienação resulta em um reducionismo do trabalho e de suas possibilidades subjetivas, que acaba por reduzir também o trabalhador a um fragmento de pessoa, uma vez que este se encontra desprovido de um sentido maior para seu trabalho, que não o financeiro.

Por sua vez, o trabalhador atinge seu grau máximo de alienação quando lhe parece inconcebível acreditar que sua “atividade possa ter outra finalidade que não a do salário e possa se fundar sobre outras relações que não as mercantis”, alerta Gorz (1982, p. 51). O ser humano inserido na organização capitalista sabota a si mesmo quando se resigna nessa condição produtivista, a ponto de normalizá-la. Escapa-lhe a oportunidade de realizar suas possibilidades humanas por meio de sua própria atividade. Pela alienação, ele vive dentro de uma “casca de noz” (SHAKESPEARE, 1976) e por mais que se julgue “rei de espaço ilimitado”, não é mais que sua compreensão precária dos efeitos da alienação. Marx (1974, p. 18) também realiza uma analogia que ilustra o vão entre a percepção dos sentidos e a suas reais possibilidades: “... para o ouvido não musical a mais bela música não tem sentido algum, (...) porque o sentido do objeto para mim chega justamente até onde chega meu sentido (...), o homem necessitado, carregado de preocupações não tem senso para o mais belo espetáculo”.

A própria visão do trabalho humano como mercadoria, não apenas por seu comprador, o capitalista, mas por seu vendedor, o trabalhador, é fruto de um processo de reificação que faz do trabalho apenas um fator de produção, uma atividade independente do homem como qualquer outro objeto de consumo fabricado. A reificação do trabalho pelo capitalismo encobre os sentidos subjetivos do trabalho sobre o homem. Trabalhadores e capitalistas naturalizam a idéia de que o trabalho é e sempre foi produtor de mercadorias. Essa concepção, partilhada por ambos, legitima o comportamento de capitalistas e trabalhadores. Garante ao capitalista a máxima exploração da força de trabalho comprada, tal

como o uso exacerbado de uma de suas máquinas de produção; e ao trabalhador, garante a venda alienada de sua energia ao melhor salário.

Cria-se uma arena de lutas. A idéia reificada e alienada do trabalho como mercadoria é compartilhada por trabalhadores e empregadores em sua concepção, mas sua execução revela a oposição de suas intenções. Uma vez que a força de trabalho é trocada por dinheiro e comercializada como “coisa”, encontra-se, de um lado, o capitalista que tenta explorar a quantidade máxima de trabalho e, de outro, o trabalhador que procura resistir à intensificação de seu trabalho. Porém, nenhum dos dois dá sentido às suas experiências de trabalho, pelo contrário, enquanto o capitalista tenta vencer seus concorrentes para obter mais capital, o trabalhador encara sua tarefa com um único propósito: um meio para sua existência. Ao passo que o capitalismo avança e se entranha na sociedade, tanto a reificação como a impessoalidade do trabalho se fortalecem.

Segundo Corrêa (apud. CATTANI, p. 203), “poder-se-ia, assim, definir o trabalho humano como a ação que o homem (parte) exerce sobre a natureza (todo), tendo como pressuposto a consciência (conhecimento) (...). Nessa perspectiva, as relações entre natureza, sociedade, ciência e técnica são permanentemente construídas“. Destacam-se, no entanto, algumas questões: como são construídas tais relações, se o pressuposto da consciência no ser humano a vê comprometida pela alienação? Essas relações hoje são saudáveis aos seres humanos como um todo ou benéficas a um grupo específico?

Em *Adeus ao Proletariado*, Gorz (1982) assinala o modelo atual dos processos de produção como um dos responsáveis pela perda do caráter pessoal no trabalho. A divisão do trabalho, a padronização de instrumentos, de tarefas e de conhecimento são elementos cada vez mais presentes e normalizados entre as atividades dos trabalhadores. Por causa da competição acirrada do mercado, os capitalistas são obrigados a dinamizar as mudanças tecnológicas e organizacionais, investir na gestão da força trabalhadora e em inovações dos processos produtivos que melhorem seus superávits.

Dessa maneira, condiciona-se toda uma classe de empregados com uma forma de trabalho mecanizado sem sentido pessoal, onde a importância reside apenas no pagamento por sua hora despendida na fábrica ou no escritório, por seu desgaste físico e mental. A realização pessoal do trabalhador se perde com o desenvolvimento da tecnologia para os modos de produção e da sede capitalista orquestrada pelas classes dominantes.

O trabalhador fica em condições de (a)sujeitamento às regras da organização produtiva e às ações da racionalidade capitalista. O termo **(a)sujeitamento** significa a aliança de duas características plantadas na constituição do trabalhador de hoje: assujeitamento e abandono da subjetividade. A naturalização de uma condição de trabalho que exige versatilidade, qualificação educacional e profissional, polivalência, criatividade e energia para lidar com tarefas intensas, traduz-se em assujeitamento do indivíduo à lógica capitalista flexível de produzir mais com menos gastos logísticos, operacionais e, também, salariais. A partir do momento em que se concebe com naturalidade a existência de todas essas exigências para se manter ou conseguir um emprego, morre, ao mesmo tempo, o senso crítico e a conscientização capazes de relativizar a situação como vantajosa apenas para o lado capitalista. A conformação do desequilíbrio dessa relação capital-trabalho (vide seção 5.2) não é outra coisa senão assujeitamento.

A segunda característica, o abandono da subjetividade, evidencia-se com a simplificação do processo de trabalho à atividade assalariada, onde a importância está no pagamento por sua força de trabalho. Nessa concepção, nada mais se pode tirar do ato de produção, além de compensação financeira. Essa idéia contradiz as potencialidades de subjetivação do indivíduo pela atividade trabalho. O indivíduo abandona a possibilidade de tornar-se sujeito consciente e tentar o equilíbrio do mundo vivido frente ao mundo da razão e do capital (TOURAINÉ, 1994), sujeita sua autonomia e a si mesmo. Como esse é o cenário predominante no ambiente de trabalho, provado pelos depoimentos dos

entrevistados da indústria automotiva, fica caracterizado que o trabalhador internaliza, sofre e reproduz o seu (a)sujeitamento ao trabalho coordenado pela racionalidade instrumental capitalista, neste começo de século XXI.

Desde o final da década de 1970, há uma tendência no mundo do trabalho voltada à redefinição do perfil profissional dos trabalhadores (ROIO, 2003). As tecnologias de ponta, automatizações e automações de processos, utilização de robôs e computadores são requisitos de uma reestruturação produtiva vigente que projeta a atenção na demanda flexível do mercado consumidor e se sustenta nos padrões de produto, consumo e processos de trabalho. Por consequência, observa-se o aparecimento de novos setores de produção, mercado, fornecimento de serviços, núcleos de desenvolvimento tecnológico, comercial e organizacional. Tais transformações pedem um trabalhador polivalente, super qualificado, que tenha assimilado essas metamorfoses e esteja pronto para os desafios postos por essas novas formas de produzir. Como assinala um gerente de relacionamento da indústria automotiva, é dado valor à flexibilidade do trabalhador nesse processo em que medir resultados são metas a serem alcançadas:

Agora, o que acontece dentro desse time é exatamente a versatilidade. Nós temos o que nós chamamos de carta de versatilidade. Quer dizer, um empregado nosso, desde o momento em que ele entra na empresa ao longo dos próximos três anos em que ele está conosco, ele tem uma carta de versatilidade que ele precisa conhecer cada uma das operações daquele time e, eventualmente, (...) também conhecer as atividades dos outros times. (...) Uma pessoa na linha de produção hoje, ela tem que saber ler uma tela de computador sobre o resultado do que foi medido no carro. (ARAÚJO, 2002a. Entrevista n° 5 com Gerente de Relacionamento, out. 2004)

As empresas de recursos humanos também estão atentas às exigências do perfil profissional que atualmente é demandado pelas empresas. Seus serviços de consultoria tentam medir, antes da contratação, se o candidato tem conhecimento, potencial, motivação e disposição para o cargo ofertado. Caliper,

por exemplo, é uma empresa norte-americana especializada em contratações de funcionários e desenvolvimento de times de trabalho dentro das companhias. Possui uma rede de filiais que abrange 14 países, inclusive o Brasil, e dispõe de uma volumosa carteira de clientes como: Boticário, Avis, FedEx, BMW, entre outros. Descobrir o perfil profissional que cada um de seus clientes precisa é o segredo de seu sucesso. Versatilidade e disposição para um trabalho intenso que exceda oito horas diárias e não se intimide com as barreiras físicas da fábrica ou escritório, são os requisitos mais procurados no aluguel da subjetividade do trabalhador para as 24 horas do dia:

Quando o jogo muda, você precisa de funcionários que são flexíveis o suficiente para mudar com ele. (...) há quatro atributos principais compartilhados por um funcionário versátil: eles são brilhantes, flexíveis, competentes e seguros. (...) Empresas precisam de funcionários que possam pensar sobre seus pés, assim como em seu chuveiro, no caminho para o trabalho e durante seu sono. Seja conscientemente ou inconscientemente, os funcionários mais valorosos estão sempre pensando sobre novos e melhores caminhos para resolver problemas, aperfeiçoar métodos e atingir metas. (CALIPER, 2004, p. 6)

Na posição de vendedor da sua capacidade de produzir, a mercadoria é a força de trabalho e a firma empregadora o freguês. O “freguês sempre tem razão, (...) acostumados a ser bajulados e seduzidos porque os ofertantes [trabalhadores] precisam deles mais que o contrário” (SINGER, 1997, p. 12), visto que a concorrência pelo emprego e pelo atingimento das qualificações exigidas é grande. A polivalência e a intensificação das atividades são exigências fortalecidas nas relações de trabalho e definem o trabalhador adequado à atual organização produtiva. Mas, será que essas características causariam de fato o enriquecimento das tarefas para os trabalhadores? A atual dinamicidade desse trabalho criaria um sentimento menos desfragmentado entre suas próprias funções e realizações? Os avanços da modernização reflexiva sobre as técnicas de produção estariam humanizando as relações de trabalho? Pela visão do

capitalismo, há muitos benefícios para a classe trabalhadora⁸ nessas mudanças, embora teóricos críticos da modernidade exacerbada demonstrem a fluidez dessa versatilidade. Em seu livro, Harvey (2002) apresenta a ideologia da humanização do trabalho, proferida pela indústria capitalista moderna:

... a ‘variação do trabalho, fluência de função, mobilidade universal do trabalhador’ exigidas pela indústria moderna têm um potencial de substituir o trabalhador fragmentado pelo indivíduo plenamente desenvolvido, apto para uma variedade de trabalhos, pronto para enfrentar qualquer mudança da produção e para quem as diferentes funções realizadas são modalidades que dão livre curso aos seus próprios poderes naturais e adquiridos. (HARVEY, 2002, p. 105)

A observação da realidade parece caminhar na contramão dessa humanização das relações de produção. O aumento indiscriminado de horas extras e responsabilidades do trabalhador, a precarização do trabalho com suas estratégias de terceirização e a rotatividade da mão-de-obra são alguns exemplos que revelam o caráter contraditório entre as forças produtivas e a ideologia da humanização do trabalho vigente no meio administrativo.

O acúmulo exagerado de horas extras e sobrecarga de trabalho comprometem a vida pessoal do trabalhador. O tempo destinado à reposição de sua energia, ao lazer e à dedicação familiar é encurtado, quando não extinto, pela organização do trabalho neste século: “Praticamente todo dia. (...) na semana, no mínimo três vezes na semana acontece [hora extra].” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005), “Nossa! Desde que eu fui pro terceiro [turno], vai fazer dois meses que eu fui pro terceiro, se eu folguei um domingo, foi muito” (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 7 com Trabalhador da Indústria, ago. 2004), “Os caras colocam uma meta de 215 carros por turno (...) tem que cumprir as metas, senão (...) eles aumentam a velocidade [da esteira de

⁸ Classe trabalhadora é composta por todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, produtivos ou improdutivos. No capítulo 5, seção 5.2, discute-se o conceito marxiano de classe social e sua aplicabilidade à sociedade atual.

produção], os caras têm que dar ripa.” (Idem).

Doenças físicas e psicológicas, devido à rotina e pressão no trabalho, acompanham o trabalhador durante suas horas na fábrica e suas horas de descanso longe dela: “Eu estou com tendinite, bursite e seqüela no ombro direito. E bursite no pulso. (...) Continuo trabalhando” (Idem), “Ele [seu companheiro de sala] estava estressado demais (...) então ele teve um ataque cardíaco e no hospital, só pra você ter uma idéia do nível de estresse dele, ele estava com o celular, ligando pro fornecedor pedindo mais peça” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005).

... na hora que você está soldando, ele solta uma fumaça. Fumaça de queima do ferro, né! Então, essa fumaça você respira. Tem a máscara, mas eu não posso trabalhar com a máscara, me dá alergia. Tem muita gente que não pode trabalhar com a máscara. Então, o exaustor (...) vai ligar o ar e vai puxar essa fumaça. Já faz 2 anos e não está ligado ainda, eu estou respirando essa fumaça todo o dia. Tipo, quando você limpa o nariz assim. (...) Passa a toalha assim e fica tudo preto. Fica tudo preto. Imagina o pulmão como deve estar. (CIMBALISTA, 2005. Entrevista nº 14 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005).

Esses exemplos evidenciam uma desumanização do trabalho, ao contrário de uma humanização das relações de trabalho. Adaptar-se às insalubridades diversas e ao esgotamento físico-emocional do trabalho traduz o embate entre o sofrimento e o não-sofrimento diante das organizações produtivas, nas palavras de um trabalhador da indústria automotiva: “É como eu falei pra você: agüentei bastante coisa, mas tudo em nome de eu conseguir alguma coisa melhor, de esperar por alguma coisa melhor, um reconhecimento” (CIMBALISTA, 2005, Entrevista nº 17 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005). Há um *stress* físico, mental, emocional e, para isso, a palavra *burnout*, proveniente do inglês, significa “queimação interna”, um conceito criado por psicólogos sociais norte-americanos para definir a negatividade da auto-imagem (NEVES; SELIGMANN-SILVA; ATHAYDE, 2004). Síndrome da

insensibilidade, desafetação, alexitimia e embotamento do desejo são outras denominações para o sentimento de desgaste presente no ambiente de trabalho apontadas por Seligmann-Silva (2004). Todas essas enunciações iluminam o embrutecimento causado pelo modo de produzir, lançam a indiferença e o conformismo integrados ao indivíduo. O resultado é a construção de “trabalhadores sem trabalhadores”, na expressão de Arendt (apud. VANDENBERGHE, 2004, p. 108), seres humanos que impelem sua energia e força no trabalho, mas são esvaziados de sua subjetividade, alienados em suas atividades e afastados do sentido social e construtor do trabalho.

No entanto, o trabalhador prefere ser alienado e explorado que enfrentar a situação de desempregado. “Acho que 70% que trabalham ali na área de produção suportam [as pressões do trabalho] por vários fatores: primeiro o salário que a gente ganha ali, (...) sabem que é bem mais vantajoso do que se estiver fora” (CIMBALISTA, 2005, Entrevista nº 16 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005). O desemprego marca a exclusão do indivíduo em uma sociedade do trabalho, além de limitar e arriscar sua existência ao não permitir que se cumpra com a satisfação de suas necessidades básicas. É nesse contexto que surge o desejo de ser explorado e ser submetido às conseqüências da alienação, pois a situação inversa, desempregado e competindo com uma massa de trabalhadores docilizados pela falta de emprego, não é desejada por nenhum deles. A luta pela sobrevivência fala mais alto. A questão aqui, entretanto, não julga a batalha dos trabalhadores pela vida, mas mostra que o capitalismo usa desse artifício para seu próprio proveito, descortinando seu descomprometimento com a humanização e o bem-estar de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Sob a permanente ameaça do desemprego, o trabalhador enfrenta mais um obstáculo para se adaptar ao mercado de trabalho, a corrida por uma qualificação que lhe é indiferente às reais condições de especialização da classe trabalhadora. Os empregos intelectualizam-se ignorando as possibilidades intelectuais de seus empregados, afirma Gorz (1982). Sólidos conhecimentos de

internet, boas noções de *softwares* (Windows, Word, Excel, Powerpoint, entre outros), domínio de idiomas estrangeiros são exemplos de pré-requisitos em muitos anúncios de emprego no Brasil, em jornais da grande imprensa.

A tabela abaixo mostra todos os cursos técnicos promovidos pelo SENAI-PR (2005), em Curitiba e Região Metropolitana, no ano de 2005, evidenciando a demanda industrial, ou seja, o seu direcionamento.

Tabela 5 – Cursos técnicos oferecidos pelo SENAI-PR, em 2005

CURSOS TÉCNICOS	Aplicáveis à Indústria Automotiva
Automobilística	x
Celulose e Papel	
Confecção Industrial	
Edificações	
Eletromecânica	x
Eletromecânica de Manutenção	x
Eletrônica	x
Eletrotécnica	x
Estilismo e Confecção Industrial	
Gás Natural	
Gestão de Processos Industriais	x
Gestão de Processos Industriais - Madeira e Mobiliário	
Gestão de Processos Industriais - Produção Mecânica	x
Gestão e Produção de Alimentos	
Informática	x
Instrumentação Industrial	x
Meio Ambiente	
Mecânica	x
Mecânica e inspeção Veicular	x
Mecânica Industrial	x
Mecatrônica	x
Saneamento	
Segurança no Trabalho	x
Turismo e Hospitalidade	

Fonte: SENAI (2005).

Dos 24 cursos técnicos oferecidos pelo SENAI-PR para o ano de 2005, 14 podem ser aplicados de forma direta à indústria automotiva. Isso mostra a influência dessas indústrias sobre os padrões de qualificação da mão-de-obra trabalhadora na região onde se instalam. Além desses cursos, previamente planejados, turmas especiais de mecânica diesel, de montagem de motor, de soldagem, de freio e de montagem de chassi são organizadas de acordo com a necessidade das montadoras e demonstram a infinidade de treinamentos necessários para uma indústria automotiva de grande porte funcionar.

O mercado de trabalho tornou-se seletivo na busca de profissionais

capacitados (ARAÚJO, 2002b), aquele trabalhador que não se encontra qualificado nem se submete à série de treinamentos e constante reciclagem profissional é expurgado do mercado como uma sobra de matéria-prima no processo de produção ou permanece impossibilitado de concorrer a um grande conjunto de empregos. O descompasso criado entre a evolução do nível cultural e o tipo de qualificação exigida pela maioria dos empregos é perverso e constitui-se em mais um ingrediente para a falta de satisfação ou realização pessoal no trabalho.

Nos países industrializados, observa-se que a transmissão do capital cultural tende a substituir a do capital econômico e da propriedade dos meios de produção. Ou seja, as classes sociais de maior poder aquisitivo têm condições de educar seus filhos, prepará-los para a exigência do mercado de modo a garantir os privilégios à geração futura, comprova pesquisa de Bourdieu (1974). Cria-se, assim, uma perpetuação de postos garantidos a uma minoria e uma corrida desumana por educação e qualificação para a maioria dos indivíduos dependentes de salário. Educação e qualificação profissional tornam-se a esperança para a conquista ou a garantia de emprego.

Em busca da qualificação, entretanto, o trabalhador compete com suas condições materiais e físicas para obter uma qualificação exigida por seu trabalho, ou pela continuidade de seu trabalho ou, ainda, pela concretização de um sonho profissional. Um dos entrevistados revelou ter feito um curso específico da sua profissão com seu próprio dinheiro a fim de buscar uma melhor colocação dentro da empresa. “O curso de mecânica diesel que eu fiz foi no SENAI, curso que eu paguei do meu bolso pra tentar uma área melhor. (...) Benefício pra mim, claro, você nunca sabe, hoje eu posso estar lá [na empresa], amanhã eu posso não estar. É **pensar**: você **dentro da empresa**, você **fora da empresa** [grifo meu]” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005). Lidar com a instabilidade e a intensificação de seu trabalho nos moldes da organização flexível, conviver com a impermanência de seu

sustento pela ameaça do desemprego e buscar uma qualificação além de suas forças físicas e financeiras são tarefas atribuídas pela racionalidade capitalista e internalizadas pelo profissional deste começo de século XXI. Por isso, ao invés de reivindicar por melhores condições e garantias de trabalho, esse mesmo entrevistado lamenta não ter energia, nem condições materiais de arcar com uma faculdade de engenharia e, com isso, desenvolver seu futuro profissional: “Tenho vontade de fazer uma faculdade. (...) Não dá para parar, não. (...) Queria fazer uma faculdade de engenharia, mas é complicado. (...) Eu já tentei fazer vestibular na Federal [UFPR], mas é complicado (...) Você trabalha o dia inteiro, serviço pesado, chega a noite você vai pra aula, chegava 22:30 h, nem isso, 21:30 h, já estava que não agüenta. É muito puxado”. (Idem, 2005)

Esta nova forma de produzir caracteriza-se pela demanda flexível do mercado consumidor, padronização de instrumentos e tarefas, controle da força de trabalho e exigência de saberes. A qualificação não é requisitada apenas para uma atuação correspondente às atividades em aparatos tecnológicos de última geração, mas também para uma padronização do perfil de trabalhador, que possa ser utilizado e substituído como uma peça de máquina. Foi o próprio capitalismo que quis fazê-lo como uma “roldana impulsionada pelo vizinho da esquerda e que impulsiona o vizinho da direita” (GORZ, 1982, p. 50), situação própria dos grupos ou times de trabalho na indústria automotiva. A intercambialidade das peças de máquina é estendida ao homem, um profissional formatado que passa a ser encarado como um componente de certa forma descartável quando não se adequar ao serviço ordenado.

Na indústria Volvo do Brasil, por exemplo, existe o cargo de “absenteísta”. Este é um profissional com forte conhecimento dos processos de trabalho e da utilização de equipamentos em uma determinada seção. Sua atribuição consiste em substituir a folga ou ausência de algum funcionário, assim como ajudá-lo, caso sua tarefa venha a atrasar a linha de produção. Enquanto a equipe de manutenção se preocupa com as engrenagens mecânicas da máquina, o

“absenteísta” se inquieta com as “engrenagens humanas”. Pronto para substituí-las por si mesmo a qualquer momento, conforme relata um entrevistado, há uma compensação imediata para qualquer ausência na linha: “Ele vai chegar e dar uma força pra não atrasar o resto da linha. (...) Vai suprir a falta e vai acelerar o trabalho. (...) Então, ele que vai dar o ritmo ali, acelerar para não parar...” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005).

O revezamento de funções dentro de uma mesma seção de montagem auxilia a prevenção de Lesões causadas por Esforço Repetitivo (LER), mas também coincide com um grande interesse da empresa: a polivalência de seus funcionários. O conhecimento da maioria dos postos da linha de montagem condiz com o desejo empresarial de versatilidade do trabalhador. Quanto mais versáteis ou polivalentes se tornarem seus funcionários, maiores as possibilidades de inter-substituições das funções e sobrecarga de trabalho dentro da empresa, fato comprovado na fala de um entrevistado:

... eu não parava no setor. Eu trabalhava no horário normal no [meu] setor, e final de semana eu estava na montagem. (...) Eles faziam o remanejamento. Ou você estava trabalhando, a tua produção já estava adiantada suficientemente para o dia, eles te tiravam dali e te encaminhavam para a pintura, para a montagem, para o retrabalho, qualquer outro setor que estivesse carente de mais pessoas... (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 6 com Trabalhador da Indústria, jan. 2004).

Pode-se concluir que estes realizam uma perseguição inglória pela qualificação. Porque diante de todas as dificuldades, buscam um grau de conhecimento necessário e estabelecido pela lógica de produção, uma super qualificação para, ao final, tornarem-se comuns, sensíveis e vulneráveis a uma substituição, como acontece com um fusível que se queima ou um torno que se rompe. Hoje se trivializa o profissional super qualificado ao pressupor suas qualidades como inerentes a qualquer trabalhador. Almeja-se a qualificação para ao final se integrar ao grupo homogêneo de trabalhadores substituíveis.

O horizonte para esses trabalhadores é nebuloso, seu valor para a empresa vem sendo diminuído e, o que é pior, diminui o seu valor perante si mesmo. O esforço brutal em acolher os requisitos do mercado de trabalho para em seguida constatar que sua atividade é apenas mais uma na empresa, resume o trabalhador descartável na *lean production* a mais uma “engrenagem da máquina”. O próprio profissional se desmerece como executor de um bom trabalho, distancia-se de qualquer realização pessoal e se desvincula do benefício que seu trabalho produziria em prol de sua subjetividade e saúde.

Nesse ambiente sombrio, pode ser encontrada uma coerência para o desapego entre o ser humano e sua realização pessoal pelo trabalho. A racionalidade capitalista que determinou a separação física entre o ambiente de trabalho e o ambiente doméstico-familiar na revolução industrial do século XVIII, posta agora diante da organização do trabalho flexível, impõe de forma mais violenta que antes a separação entre o trabalhador e o cidadão, entre o supervisor e o pai de família, entre o membro da equipe e o amigo de futebol, entre o ser humano e o ser produzido pelo trabalho. Essa separação solapa de forma declarada a pretensão de uma subjetividade colocada no trabalho.

O êxito profissional pede, no interior das grandes organizações, a vontade de ser bem sucedido conforme os critérios de eficácia puramente técnica das funções que se ocupa, qualquer que seja seu conteúdo. Exige um espírito de competição, de oportunismo (...) [É assim que] o amável colecionador de objetos de arte e protetor dos pássaros trabalhará indiferentemente na fabricação de pesticidas ou de armas químicas (GORZ, 2003, p. 43).

Uma vez que não ocorre a cisão completa entre a vida profissional e a vida privada, mas uma interação mútua, as exigências profissionais se refletem sobre os sentimentos do homem. O esvaziamento da subjetividade dado pelo modo de produção flexível vem acompanhado, segundo Sennett (1999), do enfraquecimento do caráter. Valores como a lealdade, a confiança, a fraternidade,

a igualdade, o compromisso e justiça são formados nas relações com os outros e com o mundo, são sociais e, por isso, influenciados pela brevidade e pela ordem de curto prazo estabelecida na flexibilização da produção. Utilizando o trecho de Gorz (2003) citado, o homem competitivo e oportunista do mundo dos negócios acaba por deixar escapar irradiações desse comportamento sobre sua vida privada. O caráter que é item constitutivo da subjetividade amarga junto com estas conseqüências do capitalismo.

O desejo ilimitado de poder, glória e possessão constituem o mundo do sentimento burguês (HELLER, 1993). O trabalho capitalista é desenhado e organizado para dar vazão a esses sentimentos. Não se pode pedir ao trabalhador uma devoção ou coincidência frente a um trabalho que se apresenta cúmplice da satisfação de um sentimento que não é propriamente dele e promove a despersonalização, a externalização e o distanciamento do ser com sua atividade diária. O trabalho alienado que causa estranheza ao indivíduo é por si só um obstáculo para a compreensão entre o indivíduo e o seu trabalho social (GORZ, 1982).

O trabalho pelo salário é a corporificação de um desses obstáculos construídos pela alienação. A venda da força de trabalho que visa apenas um salário ao final do mês é um componente da alienação que suprime o *élan* do trabalho como criador e autogerador do ser humano. A razão dessa alienação se deve não apenas à ideologia permeada pelo mundo do trabalho, mas também ao próprio sistema capitalista que torna o dinheiro imprescindível para a subsistência do ser. Assim, diante da alienação do sentido de seu trabalho, em seu (a)sujeitamento, o trabalhador busca ou é levado a buscar a sua sobrevivência material no mundo e desconhece os benefícios internos de seu trabalho, enquanto ser em transformação.

O salário consiste em uma remuneração financeira sobre as horas e energia de trabalho despendidas na empresa. Não é pretensão dessa pesquisa determinar o percentual de importância ideal do salário na vida dos trabalhadores

e daqueles desprovidos de trabalho remunerado, imersos no sistema econômico capitalista. Entretanto, enquadra-se em um de seus objetivos analisar o grau de importância e as conseqüências que acarretam essa percepção na vida do trabalhador, ao se defrontar com a substituição imediata, a não valorização do que faz e o incremento de máquinas computadorizadas no processo de trabalho. Segundo entrevistas realizadas com os trabalhadores automotivos da RMC, a grande maioria responde que o salário tem uma importância maior ou igual a cinquenta por cento em suas vidas, quando comparado com outras variáveis como lazer, dedicação à família, educação, entre outras.

O salário ao final do mês é alvo de perseguição do trabalhador. Como visto no depoimento, não se pode fazer muita coisa sem a garantia do salário. Não se questiona a importância do salário na sociedade ou na vida das pessoas, mas se indaga: a supervalorização do salário contribui com o descolamento da subjetividade como sujeito construtor do homem?

Em primeiro lugar, qual seria o maior medo enfrentado hoje pelos trabalhadores? Nas indústrias automobilísticas situadas ao redor de Curitiba, segundo as entrevistas realizadas, os trabalhadores convivem com o medo do desemprego. Lamentam, antes de mais nada, a perda da renda mensal auferida e não a supressão do trabalho em si. Todos os entrevistados responderam que seu maior medo é a demissão.

O trabalho que satisfaz e delinea a autogeração do ser humano não tem espaço para o trabalho que paga mensalmente uma determinada quantia a seus “colaboradores”, para se utilizar a linguagem das empresas. A reificação do trabalho é demonstrada e internalizada quando o trabalhador compra seu salário, ao deixar que explorem suas energias e não obtém outra gratificação dessa relação. O trabalho torna-se de fato uma atividade independente do homem e alienada, porque o faz desistir do fator que constrói sua natureza interna.

Dessa maneira, o homem rivaliza com o trabalho pela conquista do salário. Os problemas do trabalho são enfrentados e administrados pela promessa

de pagamento ao final do mês. Polivalência, sobrecarga de trabalho, horas extras, desgastes físicos e psicológicos são, por um lado, naturalizados e acolhidos pelo trabalhador como inerentes ao desenvolvimento da organização produtiva e, por outro, são aceitos como única alternativa de se manter o emprego e, por consequência, conservar a sobrevivência e seu lugar no mercado e no mundo. O indivíduo legitima seu (a)sujeitamento ao conformar-se com as ações estipuladas pela racionalidade capitalista e aplicadas sobre a organização da produção e do trabalho. Mas, também, comprova seu (a)sujeitamento quando atesta o total despreendimento da formação do sujeito pelo trabalho. Qualquer benefício de natureza interna é retirado das funções que o trabalho pode proporcionar.

Esse ambiente funciona como uma auto-proteção do capital que se preserva de qualquer interferência que ameace sua lógica racional produtiva. Para o capital, o importante não é produzir a qualquer custo e, sim, produzir a um custo cada vez menor sem outras preocupações que não a potencialidade dos lucros. Essa ideologia é transferida para o trabalhador que, de mãos atadas pela sua dependência das condições materiais, resigna-se a essa situação e absorve a lógica capitalista. O processo de subjetivação fica interrompido e permite a vitória da racionalidade técnica-instrumental sobre o homem e sobre o trabalho.

Entretanto, quando um trabalhador é retirado desse ambiente e é transportado para um cenário imaginário livre de pressões, privado de liberdade e possibilidades de realização, nesse momento, ele se permite trabalhar no que realmente gosta e receber do trabalho mais do que seu salário. Nas entrevistas realizadas é pedido que cada trabalhador escolha, dentre todas as profissões existentes, aquela que gostaria de atuar e despender sua força de trabalho. As variações de resposta denotam a ambição necessária para viver e poder sonhar: “Engenheiro industrial. (...) Porque é uma coisa que eu gosto.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005). “Trabalhar na área comercial, (...) a parte comercial [da empresa montadora de carros]...” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005), “já faz

anos que estou sonhando (...) trabalhar por conta, como conselheiro [na área de auditoria]. (...) a minha idéia é essa, criar uma empresa” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 11 com Aferidor de Equipamentos, jan. 2005).

Os trabalhadores afirmam que esse “trabalho dos sonhos”, por assim dizer, seria aceito sob as mesmas condições de remuneração do trabalho em exercício, mesmo que exista insatisfação com o salário atual. Por exemplo, um dos entrevistados, quando perguntado se seu salário condiz com o tanto de esforço e energia gastos durante um mês, responde: “Não. (...) exige bastante! Exige bastante de mim e não é reconhecido lá dentro” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 11 com Aferidor de Equipamentos, jan. 2005). O mesmo entrevistado, quando perguntado se trocaria o trabalho atual pelo “trabalho dos sonhos” com o mesmo valor de remuneração, responde: “Aceito. Aceitaria porque eu estaria satisfeito com o que estou fazendo” (Idem).

Diante de um mundo imaginário, os entrevistados conceberam a possibilidade de um trabalho com o qual se identificassem mais, que lhes trouxesse maior satisfação e com menor importância endereçada ao salário. Como se estivessem em um mundo onde o trabalho fosse mais do que capacidade criativa de produtos e passasse a ser capacidade criativa de sujeitos e só fosse palpável em um mundo dos sonhos, impalpável e irreal.

Na verdade, o contra-exemplo de um mundo irreal, mas desejável pelos trabalhadores, serve para demonstrar a carência pela qual passa o trabalho de hoje. Inserido nessa nova forma de produzir, recheada de novas tecnologias e amparado pela racionalidade instrumental capitalista, o trabalho se apresenta cada vez mais distante do indivíduo, mais reificado e “coisificado”, realmente como uma relação entre coisas. O indivíduo se apresenta desconexo do mundo do trabalho e, contraditoriamente, cada vez mais dependente dele e imerso em um número maior de horas e preocupações advindas do trabalho. O trabalhador está ainda mais alienado em suas atividades. Em estado latente existe, porém, o desejo de um trabalho integrado à sua subjetividade, um fazer mais próximo de

sua condição humana de trabalhador, menos alienado.

Nas entrevistas mencionadas, nenhuma pessoa disse que o trabalho de seus sonhos era aquele com o qual estava trabalhando no momento. Entretanto, foi visto que todos têm a demissão como seu maior medo pela falta que o salário faria em suas vidas. Isso mostra que na vida real, o mundo do trabalho não dá chances ao trabalho que possa agir na subjetividade humana, elevando-a. A tecnologia usada para obter maior lucratividade, dentro de uma estratégia racional-instrumental-capitalista, não desenvolve as potencialidades libertadoras ou criativas do trabalho, ao contrário, intensifica-o e aprofunda cada vez mais o trabalhador na alienação e em sua dependência pelas condições materiais favoráveis para a subsistência.

Desse modo, o mundo do trabalho real se assemelha à interpretação de Gorz (1982, p. 10): “Tem-se um bom ou mau trabalho antes de mais nada conforme o que se ganhe; só depois é que se pensa na natureza das tarefas e nas condições de sua realização“. O trabalho transforma-se unicamente em arma na luta contra a penúria. O trabalhador, por sua vez, assimila-o, (a)sujeita-se e guarda em si que trabalhar é não mais que fornecer trabalho geral abstrato. Assim, o trabalho abandona uma característica essencial para a sociedade e para o indivíduo: de produtor sujeito de subjetividade do ser humano.

3 RELAÇÕES DE TRABALHO E TECNOLOGIA NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

Desde a revolução industrial do século XVIII, a ciência e a técnica modernas exercem um papel fundamental e co-participante nas transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade. O contínuo desenvolvimento de instrumentos e máquinas é capaz de aumentar a produtividade, de diversificar as mercadorias, de reestruturar a organização e a forma do trabalho. A constatação e absorção dessas transformações pelo trabalhador confirmam a circulação do binômio ciência-técnica sobre os planos político, econômico e social.

A movimentação da ciência e da técnica por esses planos será explorada em duas etapas neste documento, cada uma delas apreende um aspecto distinto da relação entre o desenvolvimento técnico-científico e a consolidação de um trabalho esvaziado em sua subjetividade. A primeira etapa é realizada pelo presente capítulo e aborda, de forma direta, não apenas a constituição e a utilização da ciência/técnica a serviço do capital, mas também expõe suas conseqüências sobre o trabalhador e a organização do trabalho. A seção 3.2 apresenta a ciência, a técnica e a sua inter-relação como os elementos primários da revolução tecnológica e informacional. Em um segundo momento, o capítulo 4 analisa o agente catalisador e condutor dessa expansão científico-tecnológica, a racionalidade técnica instrumental capitalista. Esses dois capítulos conseguem, então, identificar algumas razões dos problemas apresentados no capítulo 2, pois juntos traçam um caminho histórico-explicativo da formação de um trabalho com ações cada vez mais restritas à subjetividade do ser humano.

A revolução tecnológica e informacional é orientada pela racionalidade instrumental capitalista que conduz a um avanço do mundo sistêmico sobre o mundo da vida e trabalho. Por isso, antes de uma análise da racionalidade técnica e da lógica capitalista que se movimentam sobre o domínio do mundo da vida, é fundamental compreender os seus instrumentos de ação: a ciência e a técnica.

3.1 CIÊNCIA E TÉCNICA PARA A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A ciência se constitui no conhecimento da realidade por meio de teorias, enquanto a técnica media a relação homem-natureza com a aplicação do conhecimento científico ou não, quando desprovida desse aparato media aquela relação em um proto-estágio, como arte (GRANGER, 1994). Se, por um lado, a ciência detém o conhecimento do real e dos princípios que subjazem aos fenômenos naturais, por outro, a técnica contém a instrumentalização desse conhecimento para a transformação do real. Ela é quem dá vida e ação à ciência.

Para o entendimento dos efeitos causados pela combinação ciência-técnica é preciso compreender o entrelaçamento que as envolve. Ciência, técnica e tecnologia são partes em interação, é preciso destrinchar cada uma das partes para fazer se sobressair a mútua influência exercida entre elas e suas conseqüências para o mundo e seres humanos.

Em primeiro lugar, a ciência. O que é a ciência? Segundo Morais (1997, p. 44), “a ciência, antes de tudo mais, procura o *logos universal* – ou seja – a razão da inteligibilidade dos fatos e dados do mundo”. É a busca do entendimento e do conhecimento da realidade por meio de critérios de validação, onde estes permitam a verificação e, em alguns casos, a reprodução de suas condições. A ciência persegue a compreensão da natureza para descrevê-la e explicá-la, mas não é ela responsável por atuar ou agir em algumas de suas descobertas.

A técnica, por outro lado, transforma conhecimento científico em realizações no cotidiano. Com base nas ciências que compreendem a realidade, a técnica instrumentaliza a ciência para controlar a natureza em benefício dos seres humanos, ou da lógica econômica dominante no mundo, o capitalismo, como será visto em seguida. Por exemplo, técnicas de fertilidade do solo para a agricultura e para o pasto, métodos medicinais para o tratamento de doenças e técnicas de organização do trabalho para uma melhor produção material

oferecem a operacionalidade do conhecimento, a execução e o “como fazer”, enquanto a ciência explica a razão e o porquê das coisas.

A ciência e a técnica, entretanto, não são tão dissociáveis entre si como mostra a teoria. Hoje, a fronteira entre elas é embaralhada. O progresso técnico apóia-se sobre conhecimentos científicos, da mesma forma que uma descoberta científica não pode prescindir de técnicas desenvolvidas para a sua concepção e maturação. Utiliza-se de ciência para se criar técnica e esta, por sua vez, influencia o andamento da ciência. A ciência produz técnica e, simultaneamente, é produzida por ela. Nesse jogo imbricado e reflexivo, por se tratar de invenções e reinvenções baseadas em experiências e conhecimentos acumulados, a retroalimentação entre ciência e técnica cria um ambiente propício a benefícios recíprocos e avanços nesse campo.

A tecnologia, por sua vez, é a aplicação da ciência sobre a técnica. Como diz Bastos (1998a, p. 32), “é a simbiose entre o saber teórico da ciência com a técnica, em busca de uma verdade útil”. Numa primeira visão geral e superficial, a tecnologia recebe um significado instrumental, apreendida como a fabricação de instrumentos e equipamentos impregnados de conhecimento científico para a solução de problemas sob processos tecnicamente comprovados.

Os estudos sociológicos têm dado pouca atenção à técnica em geral, concentrando-se sobre a tecnologia moderna, entendida como aplicação da ciência à técnica de produção, organização industrial e de projeto de produtos, cuja expressão pode ser ilustrada pela automação. Essa interpretação, onde se enxerga um vínculo único e direto da tecnologia com a organização da produção, deve ser cuidadosa para não resvalar em um reducionismo de seu conceito.

A tecnologia não pode se resumir a “um conjunto de técnicas presentes nos equipamento e máquinas necessários à produção, ou simplesmente como artefatos que representam a materialização do conhecimento tecnológico”, segundo Carvalho (2003, p. 19), mas deve ser percebida também em seu caráter sócio-cultural. A tecnologia não é um fator exógeno que se relaciona e interage

com a sociedade, seus problemas e seus objetivos sem levar em conta seus fatores históricos, sociais, políticos e culturais (SALOMON; SAGASTI; SACHS-JEANTET). É a sociedade quem determina a si mesma seus objetivos e escolhe as tecnologias que deseja empregar e desenvolver. Se a utilização das tecnologias é capaz de mudar o percurso da economia e traçar um novo caminho da história, isso acontece porque a sociedade assim o quis e permitiu. A tecnologia iniciada com a revolução industrial recebe influências da manifestação social, cultural e política sob o foco da racionalidade capitalista. A fim de evitar uma visão reducionista e instrumental da tecnologia, é preciso compreendê-la como uma expressão cultural e social que transforma a natureza e as relações entre os seres humanos.

Assim, a tecnologia perpassa todas as formações sociais porque na produção das condições materiais de vida, necessárias a qualquer sociedade, é imprescindível a criação, apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos, constituintes da concretude da existência social. Deste ponto de vista, tecnologia está intrinsecamente presente tanto numa enxada quanto num computador. (CARVALHO; FEITOSA; ARAÚJO, 2005, p. 2).

O fato da tecnologia, hoje, estar mais alinhada aos interesses capitalistas do que às necessidades sociais, não faz dela uma forma de ação comprometida apenas com os avanços capitalistas desde a sua gênese. Até mesmo porque a cooperação entre a ciência e a técnica para a produção da tecnologia foi empregada já na Antiguidade, antes do surgimento do capitalismo. A engenharia hidráulica com os primeiros sistemas de aquedutos e irrigação, por exemplo, foram construídos por volta de 2.300 a.C., as técnicas de guerra e navegação, a construção dos barcos a vela, dos sistemas de pontes e estradas, dos sistemas de esgoto são obras de uma tecnologia descomprometida dos objetivos capitalistas (ROHDEN, 2005).

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento tecnológico da

revolução industrial aplicado sobre a organização da produção, o capital colocou a abrangência social da tecnologia sob os termos e interesses da racionalidade capitalista. A tecnologia que antes era composta de métodos científicos a fim de resolver problemas práticos apresentados à sociedade e ao homem foi subvertida pelo capital, que colocou a técnica respondendo às suas necessidades e demandas. Este capítulo expõe e critica o desvio de sentido conferido à tecnologia pelo capital, bem como a dominação da natureza pelo ser humano subverteu-se em dominação do homem pelo homem. O olhar crítico, nesse momento, incide sobre a aplicação da tecnologia conforme os objetivos capitalistas, não sobre sua essência propriamente dita.

A tecnologia não é autônoma, mas um produto da sociedade. Existe uma “construção social da tecnologia”, para Rogers (1995, p. 139). Vive-se em uma sociedade capitalista, então, é o próprio capitalismo que modera e molda as bases de criação e difusão da tecnologia de acordo com seus objetivos e necessidades. O vínculo entre ciência, técnica, política e economia influencia na avaliação de tecnologias úteis à sociedade, uma vez que “pode ser uma [tecnologia] que ofereça grandes lucros às corporações; e não [ser] a tecnologia que traga mais vantagens aos consumidores” (Idem). A relação entre a lógica racional capitalista, controladora dos procedimentos sistêmicos, e as necessidades sociais e individuais dos habitantes do mundo da vida é conflituosa e ideológica; pode ser comprovada pelo contraste de uma produção abundante, que promete o bem-estar a alguns e uma exclusão social que preenche o cotidiano da maioria da população brasileira e mundial (vide capítulo 5).

Nas sociedades modernas, o modo de produção capitalista tem como fundamento de legitimação, num primeiro momento, a promessa de equivalência das relações de troca. As formas de legitimações que se pretendem científicas retiram das consciências públicas as relações de violência inerentes às relações de troca no sistema capitalista. E, desse modo, constituem-se em ideologias. Entende-se a ideologia como um conjunto de idéias que se atêm às aparências da

realidade, com a pretensão de conferir legitimidade ao aparente sobre o real (ARAÚJO, 2000, p. 160-161). É um fenômeno que esfuma a imparcialidade e os fatos verdadeiros ao impor a percepção do real pelo entendimento de quem estabelece a ideologia. A racionalização institucionalizada da ciência e da técnica constitui um dos elementos que legaliza a dominação econômica e política, na medida em que a submissão dos homens a um aparato técnico e científico é apresentada de maneira ideológico-capitalista como necessária à promoção do bem-estar da população, apesar de perpetuadora de um modo de produção que restringe a liberdade dos próprios homens (vide capítulo 2 e seção 5.2).

A força da ideologia e o poder de dominação capitalista são os fios condutores do desenvolvimento científico-tecnológico. A interdependência entre pesquisa e técnica fez da ciência não somente uma força produtiva que transformou a razão do mundo, mas também numa arma de colonização do mundo da vida, argumenta Habermas (1975). Os padrões de ação instrumental não limitam sua atuação aos ambientes administrativos, produtivos e de serviços, mas operam em outros domínios sociais de caráter íntimo dos indivíduos, seja na padronização do desejo de consumir, na urbanização dos modos de viver, nas formas de comunicação, instituindo um estilo moderno de viver.

Da convivência existente entre ciência e tecnologia em favor do capital surgem interferências na subjetividade do indivíduo e no mundo do trabalho. Ou seja, o ambiente exterior aos seres humanos não é o único a ser modificado, seu ambiente interior também sofre influências. Muniz (1995) critica a maneira de produzir mercadorias e a relação homem-natureza como atividades alienadas e desprovidas de racionalidade própria. Alega que a ciência, a tecnologia e o capital aliados têm o poder de criar uma consciência alienada ou falsa, de modo que favorecem a transmutação de um mundo de relações sociais complexas e pessoais para um sistema mecânico de relações impessoais adaptável ao capitalismo. Esse mundo tem-se constituído com o apoio de uma racionalidade técnica que procura suprimir a consciência do sujeito, tornando-o volúvel à força

das coisas, ao poder material sobre a subjetividade (ARAÚJO, 2000). Conforme verificado em entrevista com um analista de desenvolvimento, a naturalização da ideologia e das condições de trabalho faz parte do cotidiano do trabalhador, como no relato:

... quando não se entende que esse é o jogo, que esse é o desafio. Então, as pessoas que enxergam isso como um problema de dimensão grande, então ele é realmente um grande problema. Agora, para quem já entende que aquilo ali é basicamente um jogo, que é para o benefício de todos e com isso vai se conseguir uma qualidade [de vida] melhor; vai se conseguir até atingir um 14^o no ano [alusão à PLR]. Então, aí se vai atrás disso olhando positivamente e não negativamente. (...) Você vê os resultados e os resultados são bons. (KAFROUNI, 2003, Entrevista n^o 10 com Analista de desenvolvimento, nov. 2004).

Essa naturalização não apenas faz parte da vida dos trabalhadores em exercício, mas também é reproduzida aos novos pela lógica capitalista e pelos próprios colegas de trabalho que já assimilaram o funcionamento do processo produtivo da empresa, conforme revela a entrevista com um monitor de equipe de montagem da indústria automotiva: “Tem que ter rapidez, qualidade, organização, tudo, sabe? Tem que ensinar o pessoal isso aí. Trabalhamos assim, com rapidez e qualidade” (PAIXÃO, Entrevista n^o 9 com Monitor da Indústria, set. 2004).

Ao desconstruir a consciência e a auto-superação do sujeito pela impessoalidade e desumanização das relações sociais do trabalho, a racionalidade capitalista cria uma segunda natureza de relações e percepções que sobrepuja a histórica relação homem-natureza. Hoje, as necessidades e objetivos humanos, o conhecimento científico, as formas de trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas estão respaldadas pela forma e conteúdo encontrados nessa segunda natureza, afirma Muniz (1995). Esta se resume a uma racionalidade que valoriza o conhecimento, a informação, a ciência e sua aplicação (a técnica) a serviço do capital, de modo que essa composição produz uma maquiagem ideológica à

sociedade capitalista e de consumo, convencendo-a de ser esta uma formação societária natural, singular e benéfica para a maioria dos indivíduos. Assim, a integração social na segunda natureza é uma alienação dos sentidos, embaça as intenções capitalistas e “não-sociais”, encobre alternativas de uma sociedade justa e de um mundo do trabalho integrado ao espírito humano, produtor sujeito de subjetividade.

O problema se sobressai quando o sentimento de “pertencer” a essa sociedade subtrai dos indivíduos a capacidade crítica de vislumbrar algo diferente, num processo que naturaliza uma situação historicamente construída pelo capitalismo. “O resultado disso é um acostumar-se às situações agressivas, às condições sub-humanas de vida, à exploração do trabalho, que vai, pouco a pouco, apagando a sensibilidade e paralisando as reações de incorfomismo” (ARAÚJO, 2000, p. 160). O aumento dos contrastes sociais, apresentados no capítulo 5, não apenas corporifica a colonização do mundo vivido pelo mundo do sistema, mas também evidencia o fim das energias utópicas clássicas de uma vida digna e de um trabalho emancipador, em razão da resignação e do conformismo alimentados pela ideologia e pelas ações capitalistas, como declarou Habermas (1987).

Conforme dados apresentados nas tabelas a seguir, a ciência e a tecnologia, como suportes dessa segunda natureza e instrumentos de manobra da racionalidade capitalista, não conseguiram manter seu véu ideológico e deixaram transparecer suas conseqüências adversas à natureza e à igualdade sócia entre os seres humanos. Estima-se que a população do Brasil seja de 181.586.030, aproximadamente, neste início de milênio (IBGE, 2005). Os dados apresentados na Tabela 6 indicam que 31% dos brasileiros recebem renda mensal menor ou igual a R\$ 100 reais. Essa quantia representa um terço do salário mínimo, que hoje vale R\$ 300, 00 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005). A

realidade de uma baixa remuneração auferida pela classe trabalhadora⁹ é coexistente com o crescimento produtivo do país, uma vez que o PIB, em 2004, foi de US\$ 498.426.000 (FIESP, 2004).

Tabela 6 – Renda diária, taxa de desemprego e contratação de até dois salários mínimos no Brasil

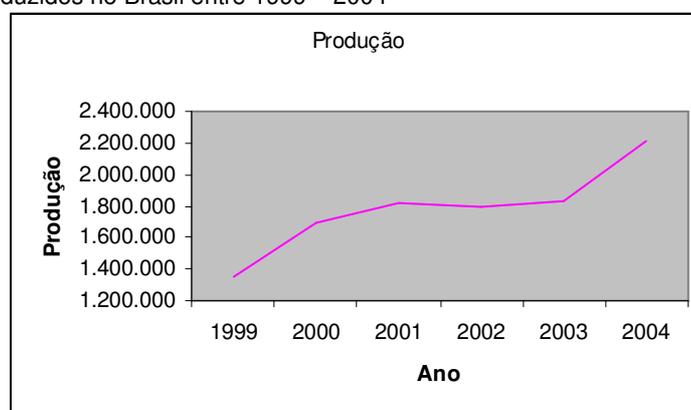
Região	Número de pessoas com renda mensal abaixo de R\$ 100, em 2004	Média de desemprego (%)	
		2003	2004
Brasil	56 milhões	12,3	11,5

Fonte: IBGE (2005), Diário ONLINE (2004b).

Tabela 7 – Quantidade de veículos produzidos no Brasil entre 1999 – 2004

Ano	Produção
1999	1.356.714
2000	1.691.240
2001	1.817.116
2002	1.791.530
2003	1.827.038
2004	2.210.741

Fonte: ANFAVEA (2005).



No caso da indústria automotiva, no Brasil, cujas mercadorias são destinadas também ao mercado externo, a produção cresceu 140,2%, em relação a 1987, superaram-se as vendas em 45% e se exportou 136,6% a mais que em 1999 (vide Tabela 22, na seção 5.1). A produção, exportação e venda de automóveis segue um ritmo acelerado. Os investimentos tecnológico e administrativo aplicados sobre uma fábrica montadora já ultrapassam a ordem dos milhões de dólares e alcançam a casa dos bilhões. É o caso de uma das montadoras situada na Região Metropolitana de Curitiba. O parque industrial da Volkswagen-Audi é reconhecido como um dos mais modernos do mundo e recebeu investimento superior a 1 bilhão de dólares para se tornar uma fábrica de destaque pelo aparato tecnológico com produção diária de 810 veículos por dia,

⁹ Sobre classe social e classe trabalhadora, ver capítulo 5, seção 5.2.

conforme dados coletados em visita guiada à planta, em São José dos Pinhais, 2005.

Os avanços produtivos e tecno-científicos neste e em outros setores da economia, entretanto, parecem não reverter o quadro de desigualdade social no Brasil. O resultado entre a relação da renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres (razão 10/40) coloca o Brasil como o país mais desigual dentre os outros do mundo (vide Tabela 13, na seção 5.1). A lógica da produção flexível, analisada em detalhes na próxima seção, com sua meta de produzir mais com menos custos, não se restringe ao setor industrial e reproduz, no mundo do trabalho, as condições precárias de emprego e de nivelamento salarial por baixo, provocadas pelas subcontratações, no processo ampliado de terceirização. Segundo estudos do Dieese (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004) no primeiro semestre de 2004, 38,7% das contratações realizadas no período variaram entre 1 e 1,5 salários mínimos; 22,5% entre 1,5 e 2; 17,4% entre 2 e 3. Ou seja, 61,2% das contratações no período não ultrapassaram 2 salários mínimos.

As tendências exibidas nos quadros de contratação somadas à realidade de 31% dos brasileiros com renda mensal inferior a R\$ 100,00 (vide Tabela 6) configuram um cenário que dificulta as perspectivas de vida do trabalhador. As potencialidades de uma existência digna, de um trabalho construtor do sujeito e emancipador do homem caem por terra. Além das críticas apresentadas no capítulo anterior sobre um trabalho manipulado pela racionalidade capitalista e instrumentalizado pela tecnologia - que se esvazia em suas ações de produção da subjetividade no ser humano e posiciona o salário como a única compensação dessa atividade - o trabalho de hoje se contradiz e solapa a própria ideologia capitalista disseminada, pois não consegue cumprir nem mesmo com as necessidades materiais de seus participantes, os trabalhadores.

O piso salarial dos funcionários das montadoras instaladas na RMC estava pouco acima de 3 salários mínimos em 2004: “Hoje o nosso piso de contratação é de R\$ 955 (...) no fundo, o nosso salário é muito parecido com o

que o mercado pratica”, revela o entrevistado (ARAÚJO, 2002a. Entrevista n° 5 com Gerente de Relacionamento, out. 2004). Ou seja, esse valor é generalizado na região e, se comparado ao que auferem 56 milhões de brasileiros que recebem menos da metade de um salário mínimo ao mês, pode ser considerado um “privilegio” (vide Tabela 6). Em 2003, pesquisa do IBGE (2004) revelou que 66,8% da população ocupada recebiam menos que 3 salários mínimos mensais (vide Tabela 8) e apenas 10,2% recebiam entre 3 e 5 salários, intervalo que compreende o piso salarial dos trabalhadores da indústria automobilística de hoje.

Tabela 8 – Relação entre a população ocupada e o rendimento mensal em 2003

Região	População ocupada						
	Total	Rendimento médio mensal de todos os trabalhos em salário mínimo (%)					Mais de 5
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	
Brasil	79.233.543,00	10,00	17,80	26,00	13,00	10,20	10,30

Fonte: IBGE (2004).

Para comparação, a Tabela 9 apresenta o veículo de menor preço para o mercado brasileiro, referente às três montadoras automotivas instaladas no Paraná. Um trabalhador desse setor que recebe o piso salarial de R\$ 955 por mês precisaria poupar a quantidade referente a 23 salários para adquirir o produto que ajudou a produzir.

Tabela 9 – Relação entre o preço dos automóveis e o salário em 2005

Valor do Veículo (em R\$)	Relação entre o valor do veículo e o salário (%)				
	1 salário	2 salários	3 salários	3,18 salários	
Empresa A	21.990,00	73,3	36,65	24,43	23
Empresa B	27.150,00	90,5	45,25	30,16	28,5
Empresa C	185.000,00	616,66	308,3	205,55	194

Fonte: Volvo (2005), Renault (2005), Volkswagen (2005) e Autoz (2005).

Um trabalhador tem 13 salários por ano garantidos por lei. Numa situação hipotética onde ele não gastasse seu salário e pudesse poupar todo o

dinheiro que recebe, ainda assim, ele precisaria despende sua energia durante oito horas por dia, no mínimo, durante quase dois anos para comprar o carro mais barato apresentado na Tabela 9. São quase dois anos de trabalho sem gastar um centavo de seu salário para comprar um carro que ele montou com sua força de trabalho. A empresa que o paga produz em média 815 carros por dia, ao se dividir a média de 815 carros diários por 24 horas, seriam 34 carros por hora ou 1 carro a cada dois minutos. Ou seja, 2 anos de trabalho para adquirir 2 minutos de produção. Isso se o trabalhador não usasse o seu salário durante esse tempo para sustentar a si e sua família, alimentar-se, vestir-se, divertir-se, entre outras obrigações e atividades pessoais.

A situação piora ao se projetar essa comparação com os demais trabalhadores da cadeia automotiva, sobretudo das empresas fornecedoras de “segunda” e “terceira” linhas, que vão se afastando do núcleo das montadoras e com os 56 milhões de brasileiros que recebem menos de R\$ 100 por mês (vide Tabela 6) ou aos 66,8% da população ativa (vide Tabela 8) que recebiam menos de 3 salários mensais, em 2003.

Não é à toa que o trabalho de hoje se apresenta com grandes fatores de alienação. O capítulo anterior analisou um trabalho alienado que foge de suas atribuições na subjetividade do indivíduo. Um dos componentes da alienação é o estranhamento de seus produtos. Naquela situação hipotética, dois anos de seu trabalho para 2 minutos de produção constrói um estranhamento de tal proporção que só pode ser aplacado com a força da ideologia hegemônica, que ameniza a situação e naturaliza a relação de apropriação do capital sobre o trabalhador (sobre a relação de apropriação, ver seção 5.2). Um dirigente sindical e trabalhador da indústria automotiva ilustra a situação descrita, quando questionado sobre a possibilidade de adquirir um dos produtos que ele e seus companheiros de trabalho produzem: “É isso que frustra um pouco. A [empresa montadora] mandou uma carta pra cada funcionário dizendo que se alguém queria comprar um carro tinha lá um desconto, um financiamento. Pô [sic], a

prestação era de 600 e poucos reais. Isso é um absurdo! O trabalhador pagar isso!” (ARAÚJO, 2002a. Entrevista nº 3 com Dirigente Sindical, jul. 2004). O trabalho amoldado a essa forma de sobrevivência material necessária foge, entre outros sintomas, de suas atribuições à subjetividade, ainda que o discurso enfatize *ad nauseam* o sujeito.

Dessa maneira, as “forças produtivas que se transformam em forças destrutivas” espalham seus efeitos nos diferentes campos da vida e constituem para Habermas (1987, p. 105), o término de sua ingenuidade e inocência. Em verdade, o mundo da vida se encolhe frente a essa racionalidade a serviço do capital (assunto explorado no próximo capítulo), que usufrui de uma série de inovações tecnológicas para realização de seus objetivos e necessidades. Segundo Rogers (1995, p. 11), a inovação é “uma idéia, prática ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou outra unidade de adoção”. A ciência e a técnica em constante interação produzem inovação, o resultado dessa retroalimentação lança uma prática, um objeto ou uma nova idéia, mesmo que estas sejam desenvolvidas com base em técnicas ou conhecimentos científicos já conhecidos e dominados. A tecnologia é a aplicação da ciência sobre a técnica; é, portanto, o instrumento prático de uma inovação tecno-científica.

Agregado à inovação técnica e tecnológica está a sua difusão, caso contrário ela não se faz conhecida e perde o seu espaço no mundo. A difusão de uma inovação é realizada por indivíduos ou grupos com interesses e poderes para divulgá-la sobre os mais diversos contextos sociais. A difusão é “o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais pelo tempo entre os membros do sistema social”, afirma Rogers (1995, p. 11), cumprindo a concepção weberiana de que poder é a oportunidade existente em uma relação social de permitir a sobreposição da vontade de um sobre o outro, mesmo contra resistência (WEBER, 1978).

A difusão tecnológica é, por consequência, a propagação da tecnologia pelo mundo da vida, do trabalho e do sistema. Ela acontece pelos moldes da

racionalidade capitalista, da mesma forma que o desenvolvimento tecnológico é conduzido pelo interesse do capital. É a racionalidade capitalista que difunde as inovações tecnológicas ao aplicá-las sobre as máquinas de produção, a organização produtiva e o modo de trabalho. A revolução tecnológica é, então, a difusão e a aquiescência de inovações tecnológicas contínuas sobre diversos setores da vida social, em especial o setor produtivo comandado pelo capitalismo. Mas, como afirma Lojkine (1999, p. 14), “uma revolução tecnológica de conjunto não se reduz à revolução do instrumento de trabalho, ainda que esta seja essencial”, pois também transforma o ambiente e as relações sociais vividas e experimentadas pelo homem.

Uma “revolução tecnológica” pode ser entendida como um conjunto de novos conhecimentos, procedimentos, instrumentos e técnicas afins que se introduzem e difundem pelas sociedades em determinadas épocas e que impregnam a transformação dessas sociedades em direção a outros estágios, qualitativamente distintos, de seu desenvolvimento econômico e sociocultural, segundo Tauile (2001). A revolução tecnológica vista como uma difusão de inovações produz mudanças sociais. Algumas delas já exploradas neste documento, como é o caso da subjetivação do ser humano pelo trabalho, enfraquecida pelo modo de produção flexível eivado de técnicas de controle e intensificação dos processos de produção. Outras mudanças sociais são identificadas na fragmentação do mundo da vida e trabalho pelo mundo do sistema, reproduzindo a racionalidade técnica instrumental e os contrastes sociais que comprometem a criação do ser social e caminham na contramão da própria ideologia capitalista difundida. É importante ressaltar que essas mudanças de origem tecnológica atingem as relações pessoais, culturais e do trabalho, cujas alterações são a precipitação de um determinismo tecnológico que nasceu com o desenvolvimento das técnicas sobre as ciências durante a revolução industrial do século XVIII.

Rogers (1995, p. 414) justifica esse quadro de mudanças sociais pela

difusão da inovação como o “princípio da inseparabilidade”, ou seja, as inovações, tecnológicas ou não, causam conseqüências desejáveis e indesejáveis. “O indesejado, indireto e as conseqüências não antecipadas de uma inovação geralmente caminham juntos, da mesma forma que o desejado, direto e de conseqüências antecipadas” (Idem, p. 421). Um exemplo de conseqüência desejável ao se utilizar uma inovação tecnológica no processo produtivo é o aumento da produção em um tempo de trabalho cada vez menor (vide Tabelas 7 e 22). Um exemplo de conseqüência indesejável é o aumento de pessoas vivendo com uma renda diária inferior à necessária para o sustento digno de sua família, em contraste com um mundo de alta produção e desenvolvimento tecnológico (vide Tabelas 6, 10).

É difícil fugir dessa regra, uma maneira seria rejeitar todas as inovações e suas conseqüências desejáveis, a fim de não arriscar acerca de seus efeitos indesejados. Um grupo fundamentalista religioso emigrou da Europa em 1720 e se instalou nos Estados Unidos em busca de liberdade religiosa. A comunidade, intitulada *Amish* rejeita todo tipo de inovação, vive de suas próprias produções agrárias e troca entre si produtos como roupa, ferramenta e alimento (HAUSLEIN, 1991). A comunidade não utiliza tratores ou equipamentos modernos, restringe-se de “aquecimento central, *freezers*, telefones, automóveis e geradores elétricos” (Idem, p. 5). Essa atitude decorre não apenas de uma interpretação literal e particular da Bíblia, mas também a partir do entendimento do princípio da inseparabilidade de conseqüências provocado pela adoção tecnológica. Os *Amish* evitam as conseqüências indesejáveis da inovação como a dependência de mercadorias não-*Amish*, de negócios financeiros e de pressões competitivas exercidas por outras fazendas produtoras. A população mundial é estimada em 6.4 bilhões (UNFPA, 2004), deste total apenas 134.000 pessoas (INGE, 2005) pertencem à comunidade *Amish*, os outros 99,997% da população experimentam o princípio da inseparabilidade das conseqüências tecnológicas difundidas pelo racionalismo técnico capitalista.

A próxima seção analisa a difusão da tecnologia e o seu vínculo com a lógica capitalista sob a forma de uma revolução tecnológica e informacional, que revoluciona não apenas os instrumentos, mas também as formas de organização e estruturação da produção e do trabalho.

3.2 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA SOBRE O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

As inovações tecnológicas do século XVIII foram abarcadas e incentivadas pelo nascimento da indústria moderna. Da mesma forma que a ciência e a técnica experimentam, desde a sua formação, uma retro-alimentação que as faz avançar em suas competências, as inovações tecnológicas do século XVIII e o nascimento da indústria moderna influenciaram-se e marcaram o início de uma era onde o capitalismo estabeleceu-se no mundo, com seu aparato técnico. É a era do capital, cuja revolução industrial se estendeu por 250 anos, sobrevivendo até os dias de hoje. Nela, a composição formada entre a racionalidade capitalista e a utilização das inovações tecnológicas desencadeou uma série de mudanças estruturais na sociedade. O acirramento da concorrência entre empresas, a corrida por inovações tecnológicas que aumentem a produtividade, a procura por mão-de-obra disponível e barata, a transformação de artesãos e camponeses em assalariados, a divisão do trabalho e o predomínio da lógica capitalista exemplificam as modificações políticas, econômicas e sociais no mundo desde os séculos XVII e XVIII.

A esse período foi dado o nome de revolução industrial, não somente pela invenção dos instrumentos e técnicas que auxiliaram a produção da fábrica – a máquina a vapor, os teares mecânicos, as técnicas químicas aplicadas à metalurgia na produção do ferro e do aço -, mas também pela transformação rápida e profunda de todo um contexto social que precisou se adaptar às novas formas de pensar, agir e viver. Segundo Canêdo (1994, p. 7), “desde a descoberta

do fogo, nada trouxe tão profundas e extensas transformações na aparência física da Terra e no modo de viver e trabalhar dos homens” quanto à revolução industrial. A magnitude e a abrangência das transformações técnicas, instrumentais e sociais desse período em diante são tão intensas que a percepção de sua velocidade frente à humanidade pode ser avaliada diante de uma comparação proporcional dos 40 mil anos da história do homem. O ser humano viveu 76,16% de sua história como caçador e coletor de alimentos, 23,35% com os benefícios da agricultura, apenas 0,36% sob a sociedade industrial (CARVALHO, 1997) e 0,06% diante da chamada revolução informacional.

A época que antecedeu o capitalismo da revolução industrial é chamada de pré-capitalismo, a passagem do feudalismo para o “pré-capitalismo” é o resultado da luta entre os pequenos proprietários do campo, senhores feudais e burgueses urbanos, expressa desse modo:

No feudalismo europeu surgiu uma fração de classe, a dos camponeses proprietários, que contracenava com os senhores feudais e a burguesia urbana. A especificidade do feudalismo europeu não era só fraqueza das classes dominantes, mas a existência de frações de classes dominadas que resistiam e impediam a sua total dominação pelos senhores feudais. Foi nesse espaço, nesse campo das lutas de classes e frações de classe que a burguesia vingou e o pequeno produtor sobreviveu, quer mercantilizando os excedentes, quer conduzindo o processo de industrialização doméstica, quer compondo alianças políticas que solaparam o poder feudal. Nesse espaço, através de combinações sociais diversas, ressaltava a fragilidade dos senhores feudais, que ora se aliavam aos burgueses, ora resistiam e enfrentavam revoluções. Os camponeses, por sua vez, ora se aproximavam dos senhores feudais (independentemente dos conflitos entre essas classes), ora os enfrentavam, auxiliados pela burguesia. (SALINAS, 1994, p. 33).

O fortalecimento da burguesia desmantelou o poder feudal e transformou a massa de camponeses em mão-de-obra disponível, carente de recursos para sua sobrevivência. De camponeses a assalariados proletários e consumidores em potencial, foi assim que a burguesia emergente iniciou seu

processo de comercialização de produtos e industrialização doméstica no período “pré-capitalista”.

Foi pela revolução industrial e pelo nascimento da grande indústria em meados do século XVIII que o capitalismo se estruturou e se livrou de seu estágio intermediário. A passagem do campesinato e do artesanato para a manufatura de produtos em oficinas particulares e, mais tarde, a transferência desta para a indústria mecanizada representou a constituição do capitalismo, que se completou com o aparecimento das fábricas, da formação da mão-de-obra assalariada e do mercado consumidor. Da revolução industrial até hoje não surgiu um período pós-capitalismo, mas aconteceu uma modernização de técnicas no bojo do próprio sistema capitalista.

A modernização reflexiva, propugnada por Beck; Giddens e Lash (1997), representa a busca de soluções e de superação dos entraves colocados pelo capitalismo, por meio da revolução dos instrumentos e técnicas de produção. Dessa maneira, o fordismo, a esteira de produção, o toyotismo, os computadores e os robôs não representam, cada um deles a seu tempo, um novo patamar do capitalismo, mas a sua própria lapidação, sua adaptação às transformações do mundo, fruto de sua gerência. Nenhuma dessas inovações técnicas e tecnológicas conseguiu romper o molde mais geral de produção capitalista criado com a revolução industrial. Os mecanismos de produção das primeiras fábricas do século XIX diferenciam-se da época contemporânea enquanto técnica e organização produtivas e modelos distintos de produção, mas não fogem da essência racional capitalista, nem divergem do sentido de ações constituídas desde o princípio da formação capitalista.

Mesmo que não tenham rompido de forma abrupta com o padrão inicial de acumulação do capitalismo na revolução industrial, é fundamental o estudo das técnicas posteriores de produção pelas ciências sociais, uma vez que essas transformações de contexto econômico e produtivo abrangem, também, a vida e a construção do ser social. Qual a relação entre um desenvolvimento progressivo

de inovações tecnológicas, liderado pela racionalidade capitalista, e o mundo do trabalho com suas relações sociais de produção, cada vez menos comprometido com a construção do sujeito? Este é o questionamento chave da presente análise.

O marco inicial do capitalismo, dado pela revolução industrial no século XVIII, além de uma transformação social foi uma revolução tecnológica, devido à difusão de inovações técnicas e científicas absorvidas com rapidez pela indústria em crescimento. Segundo Canêdo (1994, p. 10), antes do século XVIII “não houve continuidade e sistemática na combinação dos ramificados estoques de técnicas conhecidas com a autonomia da ciência e a acumulação de um conjunto de conhecimentos”. Não quer dizer que a Antiguidade e a Idade Média ignoravam os benefícios de uma ciência alinhada com a técnica, os sistemas de aquedutos, de pontes e de estradas são exemplos de tecnologias anteriores à revolução industrial. Em verdade, a forma racional, sistemática e, mais importante, ininterrupta de pesquisa e aplicação das inovações tecnológicas só foi atingida em sua totalidade por causa da racionalidade capitalista, porque os resultados favoráveis da união entre tecnologia e organização produtivas foram percebidos. Esses se resumem ao aumento da produção e ao encolhimento do tempo de trabalho necessário à produção de bens, como verdadeiros aliciadores do capitalismo, ou seja, os resultados impulsionaram os investimentos e patrocínio das inovações tecnológicas, desde os tempos da revolução industrial.

A história registra as descobertas científicas e a evolução das máquinas tecnológicas, comprova a conectividade entre a ciência e a técnica postas a serviço do capital. A melhoria tecnológica da máquina a vapor, desenvolvida por James Watt em 1782, dependeu dos estudos dos gases feito por Boyle, das teorias e experimentos sobre a física do calor de Blach e Carnet na década de 1820, das investigações sobre a conservação da energia por Helmholtz em 1847 e permitiu a produção de energia mecânica utilizada pela indústria (CANÊDO, 1994). A fundição à base do coque, produzida por Darby em 1713, foi precursora da fabricação do ferro forjado, desenvolvida por Cort, em 1784, o que possibilitou a

invenção da ferrovia, utilizada para transporte de cargas a fim de reduzir os custos de movimentação da produção industrial. Esse encadeamento de inovações “revolucionárias” para a economia leva Hobsbawm (2000, p.43) a afirmar que, “em meados do século [XVIII], o transporte por terra para 30 km podia dobrar o custo de uma tonelada de mercadorias”. O motor de combustão interna que tornou possível o automóvel foi construído em 1860 por Lenoir e aperfeiçoado por Otto em 1876 (MARTINS, 2005).

Na década de 1950, os avanços científicos e técnicos sobre as tecnologias de informação iniciaram o que seria, 30 anos mais tarde, a era da informação ou a chamada revolução informacional. Hoje, a microeletrônica, a computação e a robotização estão presentes nas modernas fábricas de automóveis, nos supermercados, farmácias e estacionamentos privados. Seu desenvolvimento em ritmo exponencial começou, em 1957, com a invenção do circuito integrado por Kilby e do microprocessador por Hoff, em 1971 (CASTELLS, 2002). O microprocessador, que é o cérebro do computador, está presente em cada robô industrial ou computador pessoal.

A segunda metade do século XX, marcada pela difusão e produção das inovações tecnológicas de tratamento da informação, trouxe o progresso técnico-científico da informática e a organização flexível da produção - o toyotismo - que desenharam uma nova forma de produzir na sociedade capitalista. A chamada reestruturação produtiva é, em verdade, o composto da revolução tecnológica informacional típica dos finais do século XX e do modelo toyotista de produção que se desdobra para satisfazer as exigências de qualidade, diversidade e competitividade da produção no mercado globalizado.

A reestruturação produtiva é o estado final, até os primeiros anos do século XXI, de uma seqüência contínua de desenvolvimento tecnológico, científico, político e econômico que se estende desde a revolução industrial no século XVIII. Por isso, autores como Castells (2002), Salm (1998) e Fogaça (1998) classificam o período atual como a terceira revolução industrial, enquanto

estudiosos como Lojkin (1999) caracterizam-no como uma revolução única na história - a revolução informacional.

Para compreender a relação entre uma série de inovações tecnológicas e organizacionais, concentradas no modelo atual de produção flexível e um trabalho vazio de subjetividade embutido na lógica racional capitalista, é preciso lembrar a formação histórica dessa reestruturação produtiva. Essa passou pelo fordismo e pelo toyotismo como técnicas de produção, configurando na indústria automotiva, o cenário vanguardista e difusor dos métodos produtivos, ponta-de-lança da modernização no mundo e no Brasil.

Em 1913, o fordismo foi lançado como um modelo de organização da produção e do trabalho. Tinha como estratégia a racionalização e o parcelamento das tarefas operárias, a redução da porosidade do trabalho e a padronização de peças intercambiáveis na indústria automobilística (TAUILLÉ, 2001). Henry Ford aplicou seus métodos e técnicas em sua própria indústria de automóveis. Determinado por seu objetivo de produção em massa e agarrado à racionalidade instrumental capitalista, Ford obteve sucesso em seus métodos e resultados. Gounet (1999) relata que antes das técnicas desenvolvidas por Ford, um carro precisava de 12 horas e 30 minutos para ser construído. Em 1914, com o auxílio das inovações tecnológicas e organizacionais da produção, o tempo de construção caiu para 1 hora e 30 minutos. Em 1921, 53% dos carros construídos no mundo eram oriundos das fábricas da Ford.

A superação do sistema produtivo fordista pelo toyotista ou sua justaposição, como mencionado na seção 2.1, ilustra o processo da modernização reflexiva no âmbito da ciência. Na década de 1960, para escapar dos problemas relativos à queda de produtividade e lucratividade – acirramento de competitividade dos produtos japoneses, diversificação de produtos exigida pela demanda – enfrentados pelo processo de acumulação capitalista e conflitantes com a rigidez do fordismo, surgiu o toyotismo nas empresas automobilísticas japonesas. O toyotismo “é um sistema de organização da produção baseado em

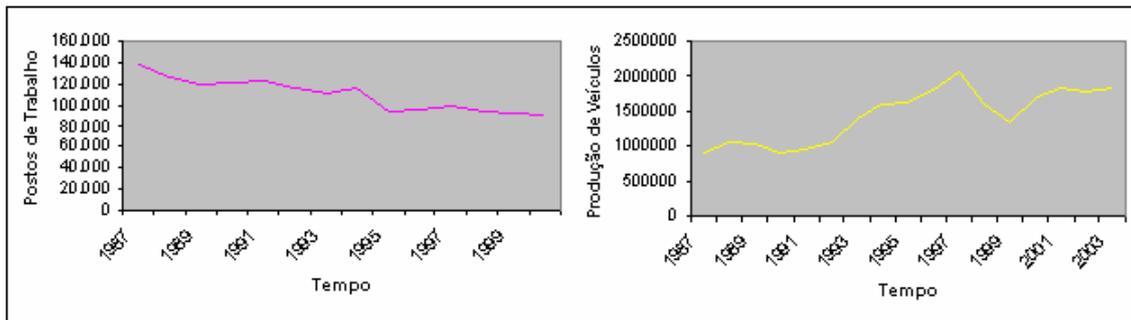
uma resposta imediata às variações da demanda e exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (GOUNET, 1999, p. 29). A flexibilidade desse sistema produtivo não se aplica apenas ao produto em si que precisa se diversificar para atender os variados padrões de consumo, como também aos processos de organização do trabalho, ao mercado de trabalho com a exigência de novas qualificações profissionais e a degradação dos contratos de trabalho. Aplica-se ao trabalhador.

No capítulo 2, problematiza-se o papel de um trabalho alheio à subjetivação do indivíduo, quando trata da flexibilidade que atinge o trabalhador no modo de produção toyotista. Este precisa se adaptar a um tipo de trabalho intenso que demanda a disponibilidade da força de trabalho para além das oito horas, em clássica extensão da jornada diária: “Essa noite eu trabalhei, peguei no serviço às 4 horas da tarde. Eu cheguei em casa às 6:30 da manhã [14 horas e meia em função do trabalho]. (...) Estava com muito problema lá na fábrica.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 12 com Técnico de Manutenção, jan. 2005); “Era bem comum a gente trabalhar 12, 16 horas por dia. (...) Eu não diria que isso era uma realidade todos os dias, mas na média de 10 a 12 horas diárias.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 13 com Analista de Sistemas, jan. 2005). Para uma flexibilidade física e intelectual de responsabilidade por diferentes tarefas no mesmo espaço de trabalho (multifuncionalidade), é exigido um curto intervalo de tempo: “A gente trabalha bastante pra conseguir manter tudo em ordem. Na verdade, além de fazer todo o serviço de burocrata, tem que fazer o prático, que é operacional; tem que ir lá na linha, tem que carregar peso, tem que levar, tem que recolher. É pesado.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 11 com Aferidor de Equipamentos, jan. 2005).

Presencia-se, ainda, na moderna indústria automotiva, a flexibilização dos contratos de trabalho pela terceirização que tolhe os direitos do trabalhador (férias, décimo terceiro, fundo de garantia) e o encolhimento do salário frente ao aumento da produção. Na seção 2.1, a Tabela 1 revela que desde meados dos

anos 1980, quando chegou o toyotismo e suas máquinas de alta tecnologia na indústria automotiva instalada no Brasil, a produção subiu 98,5%, enquanto os postos de trabalho diminuíram 36%. Observe-se a comparação da Figura 1.

Figura 1 – Quadro comparativo entre os postos de trabalho e a produção de veículos.



Esses exemplos mostram que a flexibilização da produção, conduzida pela racionalidade técnica instrumental capitalista, beneficiou a indústria automotiva brasileira, mas não se estendeu aos trabalhadores. O capítulo 2 tratou a constituição de um trabalho com ações cada vez mais restritas à subjetividade do homem, ambientalizado no modo de produção flexível atual. A seção presente aprofunda a análise ao discutir e criticar os efeitos da revolução tecnológica informacional atrelada ao modo de produção toyotista à brasileira, ou seja, adaptado às atividades produtivas em país de capitalismo emergente com alta oferta de mão de obra a baixo preço.

O toyotismo como alternativa para a crise do fordismo foi uma verdadeira reviravolta técnica e científica na sociedade moderna da segunda metade do século XX. Taylor, Ford e Ohno, cada qual a seu tempo, buscaram a dinâmica interna do trabalho, da produtividade e do lucro. A reavaliação do processo produtivo, a absorção de novas tecnologias e o aumento do ritmo de trabalho estavam ligados ao tempo de produção e, por consequência, aos seus resultados econômicos. Essa foi a cartilha capitalista seguida desde a revolução

industrial. Uma análise atenta desse comportamento aponta três princípios para a superação econômica de mais uma crise capitalista: a) o aumento da jornada de trabalho como se praticava nos séculos XVIII e XIX - “a partir de 1805 ampliaram o dia de trabalho iluminando suas fábricas com gás” (HOBSBAWM, 2000) - hoje, uma prática legal com a implementação de horas extras e bancos de horas; b) a revolução contínua das técnicas de produção com o taylorismo, o fordismo e o toyotismo como exemplos; c) a revolução dos instrumentos de produção - da máquina a vapor aos computadores de última geração do século XXI.

A reestruturação produtiva hoje experimentada é um composto desses itens. Ela aumenta a jornada de trabalho, utiliza os princípios da produção flexível toyotista como modelo organizacional do trabalho e a instrumentaliza pelas máquinas robotizadas e *softwares* computacionais que tratam a informação. Em suma, a reestruturação produtiva é a mescla do toyotismo e da revolução tecnológica-informacional dos últimos anos do século XX. Para Gounet (1999), o toyotismo é a técnica de produção que melhor se adapta e aproveita as mudanças tecnológicas, por isso casa bem com os avanços da microeletrônica e do tratamento da informação.

A era da informação e do conhecimento marca a sociedade contemporânea e a conduz por um caminho onde ciência e tecnologia agem interativa e diversamente em ambientes como o mundo do trabalho. Desigualdades sociais são aprofundadas pela dificuldade em expandir o acesso da informação e do conhecimento produzidos. A tecnologia da informação (CASTELLS, 2000) constitui-se em sistemas de informação que interagem e ultrapassam o ambiente das empresas e responde, simultaneamente, por mudanças na estrutura dos setores econômicos tradicionais, nas forças competitivas e nas relações entre escala de produção e automação. O componente novo e cada vez mais persistente da flexibilidade entre os sistemas atinge, em consequência, os indivíduos e suas relações não apenas contratuais formais, mas

também subjetivas. A sua aplicabilidade impõe-se como um dos itens do desenvolvimento produtivo desde o final do século XX.

Ao trabalho de manipulação com a matéria-prima da produção, seja manual ou por meio de máquinas, foi adicionado o tratamento de símbolos abstratos, o tratamento da informação (LOJKINE, 1999), a que alguns entrevistados da indústria automotivas se referem demonstrando a permeabilidade do componente informacional em seus trabalhos: “Máquinas automatizadas estão muito relacionadas à informática. Então, você tem que dominar a informática e quase tudo é *software*. (...) Existe um *lap-top* que você conecta na máquina e que daí, você tem *softwares* lá que você usa para fazer diagnósticos do problema. (...) Além disso, você tem as ferramentas normais.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 12 com Técnico de Manutenção, jan. 2005); “Uso vários [sistemas de computação]. Quanto mais sistemas eu mexer, mais fácil o meu trabalho começa a se tornar, porque você vai tendo uma visão mais ampla do serviço.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005), “Lá [na empresa] é tudo controlado pelo *software*. A gente sabe exatamente o que tem que recolher, o que tem que levar, o que tem que entregar [no caso as ferramentas para aferição técnica].” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 11 com Aferidor de Equipamentos, jan. 2005).

Essa interpenetração entre produção e informação não é apenas o resultado de uma revolução técnica e tecnológica, que otimiza e inova continuamente os instrumentos de trabalho dentro do modo de produção flexível, mas se revela pela revolução informacional, com posição de destaque dada ao tratamento da informação. Ao contrário do que pensam Castells (2002, p.119) e Lojkine (1999, p. 11), o modo de produção que reúne métodos de organização flexível com a aplicação da informação pelos computadores não demarca um ponto de descontinuidade histórica, nem o início de uma sociedade pós-mercantil. Este início de milênio registra um traço distinto dos sistemas anteriores de produção ao agregar o tratamento da informação à produção direta

dos bens materiais. Esse é um elemento exclusivo desse período, mas a essência da racionalidade capitalista se mantém desde o século XVIII, levando à otimização da dinâmica interna do trabalho e, em consequência, da produtividade e do lucro. Todavia, essa lógica é mercantil e reprodutora de um avanço técnico-científico que nasce com a revolução industrial e invade o mundo da vida. Denota, assim, uma continuidade histórica.

Na reestruturação produtiva, a informação não é tratada de forma estático-consultiva, armazenada e recuperada quando aparece uma necessidade por dados estatísticos, por exemplo. Lojkine (1999) define o papel pró-ativo e determinante que a revolução informacional desempenha hoje, ao afirmar que essa

não se limita à estocagem e à circulação de informações codificadas sistematicamente pelos programas de computador ou difundidas pelos diferentes *mass media*. Ela envolve sobretudo a criação, o acesso e a intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares, que cobrem a nossa vida cotidiana. (...) não é o caso de transmitir mais dados em menos tempo, mas, ao contrário, de criar informações originais menos numerosas, porém mais explicativas. (LOJKINE, 1999, p. 109, 130)

O computador como ferramenta que trabalha a informação não é mais um instrumento que coleta e armazena dados. Ele analisa a informação recebida e a transforma em nova informação, em um conhecimento pelo qual o homem consegue dialogar, formar idéias e conduzir suas ações. É o que revela a infinidade de *softwares* para gestão estratégica empresarial oferecida no mercado informático. O *Enterprise Resource Planning* (ERP), por exemplo, é a idealização de um conjunto de atividades que auxilia a corporação ao organizar suas finanças, vendas, fornecedores, projeções de compras e planejamento de produtos; o *Customer Relationship Management* (CRM) é um sistema que objetiva o sucesso das vendas, auxilia a tomada de decisões estratégicas e trabalha a fidelização de clientes; o *Business Intelligence* (BI) cruza informações

dos bancos de dados e permite a visualização de uma nova informação, resultante desse cruzamento de dados; o *Balance Scorecard* (BSC) avalia o desempenho de unidades de negócios e operacionais baseados em metas pré-estabelecidas (MICROSOFT, 2005; SOFHAR, 2005).

Esses conceitos são materializados por *softwares* adquiridos ou desenvolvidos nas próprias empresas, conforme relata um analista de sistemas de uma montadora no Paraná: “Nós desenvolvíamos *softwares* para o [país de origem da fábrica], dentro de uma organização montada na [fábrica] do Brasil. A gente percebia em volta, a gente estava trabalhando ao lado do pessoal de logística e qualidade, a gente percebia que eles utilizavam o sistema que a gente desenvolvia” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 13 com Analista de Sistemas, jan. 2005). O ambiente formado pela convivência entre as tecnologias da informação e a robótica é mais que o pano de fundo da reestruturação produtiva vigente, traduz-se no alicerce que sustenta e instrumentaliza a mais recente etapa do capitalismo; domina o trabalho, condiciona-o em um nível de conhecimento mais sofisticado e, ao mesmo tempo, mais excludente.

Numa das montadoras de veículos da RMC, trabalham juntos 5.800 funcionários e 340 robôs para produzir a média de 815 carros por dia, em 2005. (Visita guiada à fábrica Volkswagen-Audi, São José dos Pinhais, 2005). A coexistência entre os trabalhadores, as tecnologias de ponta, a informação e a racionalidade capitalista pulverizada em cada ação ou gesto dentro da fábrica revolucionária, sobretudo, o trabalho, seu sentido e as relações sociais.

A seção 2.3 tratou dos efeitos produzidos pela reestruturação produtiva que atingem o trabalhador por meio da sobrecarga, versatilidade e intensidade do trabalho, assim como as exigências profissionais e educacionais foram analisadas e criticadas sob o aspecto de um trabalho alheio ao seu papel de subjetivação do indivíduo. O desenvolvimento de inovações tecnológicas e das técnicas de organização do trabalho, condensadas sob o nome de reestruturação da produção flexível, produzem mais um fenômeno: a constrição do tempo e do espaço.

A teoria de compressão do tempo e do espaço aplicada à reestruturação produtiva das duas últimas décadas do século XX, desenvolvida por Harvey (2002), foi baseada nas considerações de Hägerstrand sobre o acontecimento da vida diária das pessoas no tempo e no espaço, pois segundo ele,

as biografias individuais podem ser tomadas como ‘trilhas de vida no tempo-espaço’, começando com rotinas cotidianas de movimento (da casa para a fábrica, as lojas, a escola e de volta para casa) e estendendo-se a movimentos migratórios que alcançam a duração de uma vida (por exemplo, juventude no campo, treinamento profissional na cidade grande, casamento e mudança para os subúrbios, e aposentadoria passada no campo). (apud. HARVEY, 2002, p. 195).

Essa constrição espaço-temporal significa uma redução do tempo e/ou um encurtamento de distâncias geográficas a respeito de uma atividade ou ação. Harvey (2002) descobriu essa compressão de tempo-espaço devido o avanço tecnológico e a invasão do mundo da vida pelo mundo sistêmico, que se exprime na possibilidade de aplicar na bolsa de valores do Brasil durante o dia e na bolsa de Tóquio à noite; comprar ingressos para o cinema ou encomendar uma geladeira fabricada nos EUA pelo site na internet; participar de uma reunião em São Paulo através de seu computador em Curitiba (*Web-Conference*); produzir uma mercadoria ou realizar um serviço na metade do tempo de costume ao utilizar uma máquina recém lançada. Esses são exemplos da mediação da tecnologia na vida cotidiana, a qual dinamiza o mercado de troca-consumo e subverte o conceito de espaço pela elasticidade do tempo. A espessura do mundo fora reduzida e abriu-se espaço para o “capital sem nacionalidade” (CARVALHO, 1998, p. 96), que não respeita as fronteiras nem o tempo.

A compressão tempo-espaço aplica-se ao mundo do trabalho. O *off-shore* é uma forma de trabalho utilizada pelas empresas para reduzir custos com a mão-de-obra. Contrata-se uma equipe de programadores indianos para construir o sistema de uma empresa americana, por exemplo. Como o salário e o custo de

uma hora de trabalho indiano são menores que nos EUA, a empresa americana gasta menos pelo seu produto final. Esse procedimento só é possível pela tecnologia que apaga a distância entre os dois países. É uma utilização declarada dos benefícios da compressão tempo-espaço. Conforme o relato de um analista de sistemas de uma das montadoras de veículos da RMC, o método *off-shore* é utilizado também pela empresa onde trabalha, pois essa mantém 4 departamentos desse tipo de desenvolvimento no mundo, um deles em Curitiba:

Eu trabalhava numa empresa indiana e essa empresa prestava serviço de tecnologia para a [fábrica de veículos], (...) nós desenvolvíamos *softwares* para o [país de origem da fábrica], dentro de uma organização montada na [fábrica] do Brasil. (...) A gente desenvolvia, testava e entregava. (...) A gente terminava o processo de testes no final do dia, às 18 horas, e quando a gente voltava a trabalhar às 8 horas da manhã, a gente já tinha os defeitos que eles encontraram. (...) Enquanto a gente estava dormindo eles testavam as aplicações. (CINALLI, 2003. Entrevista nº 13 com Analista de Sistemas, jan. 2005).

Nas palavras do entrevistado é possível perceber a compressão tecnológica do espaço pela *internet*, pois o seu trabalho pode ser avaliado pelo país sede da montadora que fica na Europa, em poucos segundos de transmissão de dados. O fenômeno também pode ser percebido no fuso horário entre os dois países, que permite a transformação do trabalho em um processo ininterrupto de 24 horas. Enquanto se trabalha aqui no Brasil, no outro país ainda não começou o expediente, quando termina o horário de serviço aqui, na sede da montadora, o expediente está apenas começando. Ou seja, a compressão tempo-espaço consegue estender a jornada de trabalho ao ignorar as barreiras geográficas e aproveitar melhor o tempo, favorecendo as trocas e continuidade dos negócios no âmbito da produção capitalista.

Além dos exemplos apresentados, a compressão tempo-espaço e a reestruturação produtiva atingem outros âmbitos da vida social: desde o tempo das atividades sociais e pessoais do trabalhador à relação entre trabalho produtivo

e improdutivo; além de restringirem as potencialidades e o sentido do trabalho. Hoje, a compressão do tempo de produção é dada pelas inovações tecnológicas e informacionais aliadas ao modo toyotista de produção. Desde a implantação de novas técnicas e instrumentos na revolução industrial à esteira rolante do fordismo, procura-se a diminuição do tempo de produção pelo desenvolvimento da ciência e da técnica. Em outros termos, obtém-se a extração da mais-valia relativa. Era o que Hobsbawm (2000, p. 80) chamava de “o começo da tirania do relógio”, a produção no menor tempo possível para se atingir a maior produtividade. A revolução informacional e os computadores vieram incorporar essa busca às ações humanas.

As esteiras rolantes ainda presentes nas fábricas de automóveis continuam a impor o ritmo de produção aos trabalhadores, porém a velocidade da “esteira toyotista” de produção não é a mesma da “esteira fordista”, que pode ser mais rápida na medida em que o seu controle é realizado pelo computador: “Num projeto novo, o sistema coloca as necessidades e todas as equipes que vão estar trabalhando no projeto, vão tentar atender àquelas necessidades. Então, é isso, digamos, que seria a chefia. Porque a chefia hoje, assim, para deixar claro, eu acho que seria o sistema. O sistema é a chefia, o computador é o chefe.” (KAFROUNI, 2003, Entrevista n° 10 com Analista de desenvolvimento, nov. 2004). As estratégias e metas de produção são determinadas a partir de informações analisadas pelos computadores, pelos *softwares* da revolução informacional, que verificam a tendência e a curva de demanda do mercado consumidor e repassam à velocidade da linha de produção: “Os caras colocam uma meta de 215 carros por turno (...) tem que cumprir as metas, senão (...) eles aumentam a velocidade [da esteira de produção]” (PAIXÃO, 2003, Entrevista n° 7 com Trabalhador da Indústria, ago. 2004).

O tempo-espaço comprimidos das atividades sociais e pessoais do trabalhador é dada pela sobrecarga e intensificação do trabalho na organização flexível de produção. A seção 2.3 mostrou o aumento do número de horas extras

dos trabalhadores da indústria automotiva excedendo o trabalho para além das 8 horas diárias, que se tornou comum para a maioria dos funcionários: “Você é pressionado a fazer hora-extra, a ficar até mais tarde. Você é pressionado a trabalhar domingo, a trabalhar nos sábados que são de folga. Cobrança que acaba virando pressão. Primeiro, eles te cobram, se de repente você não chegar ao nível que eles querem, eles te pressionam” (CIMBALISTA, 2005, Entrevista n° 15 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005). A extensão da jornada de trabalho pela hora extra, entretanto, reduz o tempo livre do trabalhador para estar com sua família, divertir-se e descansar, como revelam alguns entrevistados: “Eu não penso em ter filho, mas de repente pode acontecer. Daí vou ficar trancado na fábrica e vai ter dinheiro pro meu filho aqui [na casa]. E aí: Cadê meu pai? Daí eu estou um pai ausente, daí não é legal.” (CINALLI, 2003. Entrevista n° 1 com Analista de Logística, fev. 2005); “Sábado é feriado. (...) mas eu não estava nem com disposição de ir à praia, nem nada. Só dormir, descansar. (...) Tem dias que eu não posso ver cama na frente. Ela me chama todo dia.” (PAIXÃO, 2003, Entrevista n° 4 com Trabalhador da Indústria, set. 2004). O encurtamento do tempo para as atividades sociais e pessoais do trabalhador é diretamente proporcional ao alargamento da jornada de trabalho – hora extra – e à maior exploração de sua força de trabalho dada pela intensificação do ritmo de trabalho.

O fato de se ter tempo e espaço numa só dimensão faz com que não possam ser dissociados trabalho produtivo e improdutivo¹⁰, uma vez que essa relação significa apenas uma dissociação conceitual desses dois tipos de trabalho. A interpenetração entre serviço e produção, proposta por Lojkine (1999), desfaz

¹⁰ “O trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção, com o objetivo de criar mais-valia” (FINE apud BOTTOMORE, 2001, p. 386) Trabalho improdutivo se aplica àqueles trabalhadores que “não participam da produção, mesmo que suas atividades resultem em lucros comerciais para seus empregadores” (idem), “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja como uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (ANTUNES, 1995, p. 102). A concepção de trabalho improdutivo vem sendo reformulada pela extensão e complexificação do trabalho em serviços e aquele, como o trabalho imaterial, que demanda conhecimento e criatividade, agregando valor ao produto e/ou ao serviço. (LAZZARATO; NEGRI, 2001)

a separação entre trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho improdutivo é estimulado e controlado sob os moldes do trabalho produtivo, conforme o testemunho de um analista de sistemas que cria *softwares* para a indústria de automóveis:

Por exemplo, eu tenho dez dias pra fazer um programa e pelo tipo de contrato que a gente tinha, se eu passasse dos dez dias, eu tinha uma margem de erro aceitável de 10%. Então, significava que eu poderia ter defeitos para corrigir em até 1 dia. (...) Obrigavam a um controle bem radical. (...) Todos esses processos dentre vários projetos que a gente participou eram, na sua maioria, voltados à produção. (...) E o objetivo deles era o quê? **Melhor qualidade, menor custo, maior produtividade.**” [grifos do autor] (CINALLI, 2003. Entrevista nº 13 com Analista de Sistemas, jan. 2005).

Esses *softwares* vão interferir no ritmo de produção da fábrica. Assim, os componentes do trabalho improdutivo permeiam o processo de trabalho produtivo. A interpenetração entre serviço e produção é resultante da meta capitalista de produzir mais em menos tempo – compressão do tempo-, a união entre os dois tipos de trabalho não apenas desfaz o espaço entre eles, como marca o surgimento de um trabalho híbrido.

A compressão do tempo de produção, da vida social do trabalhador e do conceito de trabalho produtivo-improdutivo constrange, também, as potencialidades e o sentido do trabalho. O indivíduo que trabalha no ritmo estipulado pelo computador, que perde parte da sua vida social pelo número de horas extras que realiza e que sente todos os poros de seu trabalho preenchidos por atividades produtivas, esse trabalhador imerso na lógica da reestruturação produtiva não absorve de seu trabalho as potencialidades de sua subjetivação, mas interioriza sobrecarga, intensificação e cansaço.

O esvaziamento de um trabalho construtor de subjetividade e o desenvolvimento de inovações tecnológicas pela retro-alimentação da ciência e da técnica, analisados até este trecho do documento, compõem o arcabouço da

estrutura produtiva flexível deste século, são os reflexos da racionalidade técnica capitalista que avançam sobre os mundos da vida e trabalho.

4 A RACIONALIDADE ECONÔMICA PREVALECE

Saber se a vida cotidiana corre sobre uma base racional ou irracional é a questão que este capítulo se propõe a desvendar. Por meio de críticas e análises sobre as relações entre o mundo da vida e o sistêmico, busca-se a reflexão sobre o que seria racional ou ato de irracionalidade no comportamento cotidiano das organizações e indivíduos. A discussão se inicia com um resgate das idéias de Weber (2002) sobre racionalidade e sua preocupação em explicar a existência de um processo racional instrumental que comanda a vida moderna.

A seção seguinte (4.2) é uma crítica ao racionalismo instrumental weberiano. São apresentados o paradigma da razão comunicativa proposto por Habermas (1988) e a conscientização do indivíduo pelo processo de subjetivação, apresentado por Touraine (1994), como possíveis reversões ao avanço do mundo sistêmico sobre o mundo da vida. O foco, antes sobre o processo histórico de racionalização econômica e administrativa, é apontado para alternativas que emergem devido os efeitos dessa lógica capitalista sobre a vida e o trabalho.

Na última seção, apresenta-se a inter-relação entre os mundos do sistema, da vida e do trabalho. O mundo sistêmico domina os demais sob as ordens da racionalidade capitalista. Os mundos da vida e do trabalho são ameaçados pela lógica capitalista que despersonaliza e “coisifica” as relações sociais.

4.1 UMA RACIONALIDADE DESDE WEBER

Gerth e Mills (1968) mantêm um ponto de vista sobre a racionalidade que opõe as idéias de Marx e Weber, possibilitando introduzir esse assunto de forma apropriada. A argumentação prende-se à idéia de que, para Marx, a economia moderna é irracional, enquanto para Weber, além do capitalismo moderno não ser irracional, as suas instituições seriam “a materialização mesma

da racionalidade” (Idem, p. 66).

Entretanto, o que os autores apontam como irracionalidade em Marx deve ser visto em outra perspectiva. O capitalismo seria irracional por se tratar de uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção com efeitos sobre a sociedade. As conseqüências de um progresso técnico racional a favor das forças produtivas e avessas ao desenvolvimento da vida humana seriam provas suficientes de que não se trata de uma racionalidade, mas de uma irracionalidade ao não considerar os efeitos sobre o mundo vivido e seus produtores, os homens. Há em Marx (2002) a consciência de que o capitalismo se move por meios racionais de interesses dos proprietários dos meios materiais de produção. A sua crítica, contudo, atinge o resultado desta racionalidade.

Ocorre uma focalização de abordagens diferentes entre os dois autores clássicos. Uma vez que Marx se preocupa com os efeitos sobre a sociedade de uma racionalização que se mostra irracional, Weber procura demonstrar a existência de um processo racional instrumental que absorve e comanda a vida moderna sem levar em conta as implicações econômicas e políticas do agir racional com relação a fins. A racionalidade¹¹ foi o alicerce histórico do capitalismo. Iniciou-se com a modernidade e se sustenta até os dias de hoje. Por isso, entender como ela se constitui é de grande importância e pré-requisito para a discussão de seus efeitos sobre a sociedade e o mundo da vida, plenos de significados elaborados na convivência.

Segundo Weber (2002), a ânsia pelo lucro e o ganho material-financeiro existiram em outras épocas e não constituem características próprias do capitalismo no ocidente. Mercadores árabes, comerciantes indianos e chineses

¹¹ Racionalidade é um atributo variável da ação humana e diz respeito a algum objetivo, interesse ou valor perseguido pelo sujeito agente em condições como levar em conta o exame das alternativas possíveis na situação; individualizar as variáveis externas que possam influenciar os resultados da ação, calculando a alternativa mais provável; avaliar com método as conseqüências das diversas alternativas; ponderar de modo comparativo a utilidade e o valor de qualquer conseqüência; otimizar a utilidade e o valor máximo (não importa se econômico, afetivo, político ou outro) e fazer disso objeto de critérios de decisão; encarar a ação como algo efetivo e conscientemente empreendido. (Gallino, 1993, p. 531-532)

também exerciam suas atividades objetivando o lucro e, no entanto, esse comportamento não é identificado como “ação racional capitalística”. O que fez o capitalismo se diferenciar das atividades “pré-capitalistas” foi a conduta racional, a organização do trabalho, a persecução do dinheiro, ao invés da aventura. Ou seja, para Weber, o capitalismo “identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional.” (Idem, p. 26). A constituição da empresa e de sua diligência racional com o capital tornou-se o diferencial no sistema ocidental moderno, que tomou as atividades econômicas como inofensivas na esfera social.

Weber (2002) classificou o comportamento inicial de acumulação capitalista de “espírito capitalista”, um *ethos* de valores culturais capaz de levar ao lucro por meio de um planejamento de meios e fins, associado ao trabalho persistente e contrário ao usufruto da receita obtida. Esse “espírito” estaria presente em estado potencial de desenvolvimento como um ideal de conduta nos representantes da ascese puritana calvinista, geradora de preceitos morais controladores do corpo e do espírito. A busca racional do ganho, culturalmente, criou o capitalismo no ocidente.

As atividades das empresas modernas podem ser vistas, na teoria weberiana, como ações econômicas e administrativas racionais com relação a fins. Dessa maneira, após a organização em termos capitalistas da produção, a instauração de uma administração organizada em termos burocráticos foi a seqüência natural para o desenvolvimento do capitalismo atual. A burocracia, mais propensa às ações do Estado, é adotada também pelas empresas com a missão de colocar em prática uma organização baseada em especializações de funções administrativas, harmonizadas com finalidades objetivas (WEBER, 1968).

Ao se encarar a burocratização como conseqüência de um desenvolvimento da racionalização, como um aparato de adequação dos meios para se alcançar os fins estipulados pela organização, percebe-se em sua estrutura

um isolamento das influências externas ou pessoais e a predominância de uma lógica racional administrativa que coíbe favorecimentos ou governos pessoais por uma atitude solidária e racional aos interesses da empresa. Hannah Arendt (2003, p. 55) define a burocracia como a “substituição do governo pessoal pela burocracia que é o governo de ninguém”. O “governo de ninguém” significa impessoalidade, a administração e o trabalho fluem por meio de processos burocráticos racionais de vida própria, que visam os interesses econômicos da empresa e livram, por conseguinte, o vínculo pessoal que antes poderia contrariar, atrasar ou amenizar os empenhos capitalistas.

Assim, para Max Weber, o progresso da racionalidade sobre nosso mundo é indissociável do desenvolvimento das organizações, da burocracia, do capitalismo em essência. Ainda, “o surgimento do cálculo racional dos custos da produção, a institucionalização do trabalho assalariado, o aparecimento de uma nova maneira de pensar e de agir que favorecia o processo de acumulação, a contínua incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo, a modificação do estado”, acrescenta Carvalho (1998, p. 2), são elementos que comprovam o aspecto racional interiorizado no mundo ocidental moderno e que mantêm fôlego suficiente para chegar aos tempos contemporâneos de forma mais intensa.

A modernização das técnicas de organização do tempo, trabalho, produção e administração é resultado de um desenvolvimento racional capitalista que imita a modernização reflexiva, apresentada na seção 2.1 deste documento. As próximas seções deste capítulo tratarão os efeitos dessa racionalização no mundo da vida. Para tanto cabe, neste momento, analisar alguns de seus efeitos sobre a vida dos homens e da sociedade. A ênfase e a utilização do conhecimento científico técnico no processo administrativo e produtivo foram incentivadas por considerações econômicas racionais da empresa. Esse ambiente estimulou o fortalecimento da esfera racional, técnica e científica. Nesse contexto, as relações pessoais, culturais e de trabalho não sobrevivem sem sofrer alguma alteração.

A divisão do trabalho adequada aos interesses capitalistas e aliada ao aparato técnico-científico forma um entrelaçado complexo de relações que ataca diretamente a liberdade do ser humano (HABERMAS, 1988; WEBER, 2002). A padronização de rotinas e procedimentos, produtivos ou administrativos, transforma o indivíduo em mais uma engrenagem da máquina ou mero ocupante burocrata de um cargo, ao invés de um ser dotado de criatividade, sentimento e vontade.

Quando questionado sobre a necessidade de se fazer algum planejamento prévio de suas atividades diárias, um montador da indústria automotiva relata: “Não, é dispensável. Porque você já sabe todo dia o que vai ser feito, qual a meta, qual a produção. A gente lá é tipo um robzinho. Faz sempre a mesma coisa.” (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 8 com Trabalhador da Indústria, ago. 2004).

A impessoalidade nas relações de trabalho “produz profissionais deploráveis, carentes de heroísmo, espontaneidade humana e inventividade”, na opinião de Gerth (1968, p.68), porque reduz a participação do trabalhador a simples fator de produção. A superficialidade do tratamento dado à força de trabalho pode ser demonstrada pelo depoimento de alguns trabalhadores da indústria automotiva da Região Metropolitana de Curitiba. Na *empresa A*, seus nomes são substituídos por números: “Você é simplesmente um número. Pra você ter uma idéia, eu me lembro do meu número de chapa até hoje. (...) Quantos anos depois e eu sei de cor. Porque eles não me perguntavam teu nome: ‘qual a tua chapa?’” (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 6 com Trabalhador da Indústria, jan. 2004). Na *empresa B* todos os funcionários são chamados pelo nome, entretanto, sua qualificação, função e nível de experiência dentro da fábrica são indicados por bótons coloridos que classificam de uma maneira rápida e impessoal cada trabalhador: “Cada função tem um bóton, o monitor tem um bóton verde claro, os

três ZP2¹² têm o verde escuro e o resto do pessoal, no caso os montadores, têm bóton amarelo, que é aprendizado. Quem entrou hoje tem bóton vermelho.”(Idem, Entrevista nº 9 com Monitor da Indústria, set. 2004).

Ao trabalhador não resta outra saída. Sua única alternativa é se adaptar e se subordinar às regras dessa forma de produzir cada vez mais intensificada com a organização flexível de produção. Qualquer suspiro que contradiga o percurso dessa racionalidade técnica-instrumental administrativa é coibido com uma contra ameaça sobre seu emprego e permanência no mundo do trabalho. O medo do desemprego e das dificuldades financeiras decorrentes servem de suporte para essa racionalidade capturar não apenas a força de trabalho fiel a um salário, mas também para aprisionar a consciência do indivíduo e esfumar seu processo de subjetivação. Esse ambiente favorece a alienação que, por um de seus aspectos, cria o desencontro do ser humano com seu trabalho.

Pelo receio de ficar desempregado e necessidade do salário para a manutenção de sua vida, o trabalhador se (a)sujeita às regras do jogo capitalista racional, como revela um entrevistado: “No começo [do trabalho na fábrica] foi aquela novidade, depois passou pra uma satisfação, e agora passou para uma saturação. Os caras não suportam mais trabalhar, os caras vão porque tem que ir, porque sabem que não vão conseguir um salário que eles ganham lá, aí fora.” (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 6 com Trabalhador da Indústria, jan. 2004). A racionalidade que se alastra pelos diferentes redutos da vida causou dúvidas sobre seus benefícios ao próprio Weber. Em *A ética protestante e o espírito capitalista* (2002, p. 61), Weber tece uma digressão sobre a questão da felicidade pessoal que ainda hoje perturba estudiosos: “... parece por demais irracional esse tipo de vida que o homem existe para seu negócio, quando deveria ser ao contrário”.

A razão “secularizou” e “desenfeitiçou” as imagens do mundo, para

¹² ZP2 é o cargo: multiplicador de tarefas.

Habermas (1975), ao romper com um comportamento produtivo-administrativo-cultural enraizado no tradicionalismo¹³ e substituir atitudes racionais com relação a valores por um comportamento em relação a fins. Contudo, ao mesmo tempo em que esse comportamento racional se libera dos mitos e das tradições, embrutece a biografia dos homens livrando-a da espontaneidade e criatividade. Ao contrário, incentiva-os à participação no jogo capitalista por meio de ideologias e formas coercitivas, submetendo-os a uma sociedade de excedentes que valoriza o capital antes da vida, ou melhor, onde valoriza a vida somente como criadora de valor e, por decorrência, de capital. Frente à dura sobriedade experimentada pelos trabalhadores em tempos de racionalidade, transparecem aqui os primeiros questionamentos sobre uma irracionalidade travestida de racionalidade que se sustenta ainda hoje.

4.2 UMA CRÍTICA À RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Embora Weber (2002) tivesse compreendido a racionalidade que se alastrou e se fixou no mundo, a sua teoria sofreu críticas de diversos pensadores acadêmicos. É inegável o grande terreno desbravado por seus estudos, que resultou no ponto de partida para o desenvolvimento de novas teorias e paradigmas. Reis (1999), por exemplo, assinala na teoria de Weber uma unilateralidade instrumental, um excesso de atenção aos aspectos econômicos e políticos do capitalismo, que termina por negligenciar os aspectos sociais e

¹³ “... antes a forma de organização era capitalista; as atividades do empreendedor tinham um caráter puramente comercial; o uso do capital investido, o negócio era indispensável, e, finalmente, o aspecto objetivo do processo econômico, a contabilidade, era racional. Mas se consideramos o espírito que animava o empresário, tratava-se de um negócio tradicionalista: tradicional o modo de vida, tradicional a margem de lucro, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional o modo de regular as relações com o trabalho...” (WEBER, 2002, p. 58). Para Habermas, o período onde as tradições culturais, administrativas e produtivas reinavam era mais equilibrado que o momento onde a razão instrumental e econômica predomina: “o esquema estável de um modo de produção pré-capitalista, de uma técnica pré-industrial e de uma ciência pré-moderna (...) apesar de progressos consideráveis, nunca atingiram aquele grau de propagação a partir do qual sua racionalidade se torna uma ameaça aberta à autoridade das tradições culturais...” (HABERMAS, 1975, p. 313).

humanos desse processo racionalista. Habermas (1988), por outro lado, discute a sociedade pela visão de duas razões: a instrumental e a comunicativa. Com esta última propõe um novo paradigma que parte de uma crítica à razão instrumental weberiana e diverge para uma racionalidade pautada na comunicação, eivada de aspectos prático-morais, expressivos e subjetivos, em busca do consenso intersubjetivo.

Touraine (1994) já compartilha uma visão bipolar da modernidade: racionalização e subjetivação. Onde esta seria responsável por transformar o indivíduo em sujeito consciente, capaz de atuar no equilíbrio entre a racionalidade instrumental e o mundo vivido pelos homens. De uma maneira geral, a razão é criticada por ser expressão de poder na forma de conhecimento e ser produtora de dominação¹⁴, contrastando diferentes posições, na medida em que tanto para

Horkheimer quanto para Adorno, a razão constitui uma fonte de dominação, principalmente dos homens entre si. A razão, para eles, é sinônimo de reificação, de exercício de poder e de barbárie. Para eles, a idéia de que a razão é uma possibilidade libertadora e emancipatória não passa de uma mera ilusão iluminista. (...) Adorno aniquila a razão, quando a põe a serviço exclusivo da dominação. (...) as teorias são concebidas como ideologia, contaminadas e imbuídas de relações de poder. (MEDEIROS, 2003, p. 9).

A racionalização é travestida de uma forma de dominação política, como “exercício do controle”, para Habermas (1975, p. 304). Portanto, razão e poder se equiparam. A dominação passa a ser legitimada pelo capitalismo e suas relações de produção. O comportamento do mercado econômico com sua sede pelo lucro, as forças ideológicas e suas inverdades, a ciência com seus instrumentos para o controle da natureza e do próprio homem trazem, à ordem do

¹⁴ Segundo Weber (1978, p.117), “poder é a oportunidade existente em uma relação social que permite a um sobrepor sua vontade sobre o outro mesmo contra resistência”. E dominação “é a oportunidade de ter um comando obedecido por um grupo dado de pessoas”.

dia, a utilização maquiada do poder e dominação pela racionalidade.

Para Habermas (1975), a sociedade consiste em mundos complementares: o sistêmico e o mundo vivido. Este, por sua vez, é a dimensão das sensações, das maneiras, dos sentimentos, da comunicação, dos acontecimentos, da cultura e do entendimento entre os sujeitos. O mundo da vida é o ambiente cotidiano onde os indivíduos agem e se defrontam com suas ações e reações, relações sociais, interpessoais e subjetivas. Já, o mundo sistêmico é a esfera do trabalho e do mercado orientado pela ação estratégico-instrumental capitalista.

As fronteiras entre mundo da vida e do sistema não são bem definidas como sugere a teoria, há uma interação entre elas. Se por um lado, o mundo da vida tenta integrar seus indivíduos de modo social, consensual, comunicativo e intersubjetivo, por outro, o mundo do sistema confere uma integração sistêmica regulada pelo mercado e pela racionalidade econômica. Gorz (2003) indica que “Habermas insiste sobre o fato de que a sociedade deve ser entendida como algo que diz respeito, ao mesmo tempo, ao ‘sistema’ e ao ‘mundo da vida’, isto é, integrada socialmente e funcionalmente, sem jamais poder ser *inteiramente* nem uma, nem outra coisa. [grifo do autor]”. Ocorre, assim, uma permeabilidade entre os mundos e não uma separação física estrita. Embutidos a um único mundo físico, mundo da vida e sistema refletem esse jogo sobre a biografia de seus integrantes, os seres humanos. Estes verificam em seu dia-dia a interferência de forças sistêmicas sobre seus sentimentos. Por exemplo, quando uma nova meta de produção faz aumentar o ritmo de trabalho, compromete não apenas a qualidade do produto, pois o trabalhador é cobrado por isso, como compromete também suas condições físicas e mentais decorrentes do aumento de velocidade da produção. De acordo com o depoimento de um trabalhador da indústria automobilística, é possível comprovar que o aumento da velocidade de trabalho, orientado pela estratégia sistêmica, pois transmite ao funcionário reações em seu mundo da vida: cansaço, sobrecarga, exigência demasiada, alteração de humor e,

muitas vezes, sentimentos confusos.

Baixou [a produção] para 400 carros por dia, com um número “x” de pessoas. Aí, aumentou para 440, com o mesmo número de pessoas. Aumentou para 460, com o mesmo número de pessoas; aumentou para 480, com o mesmo número de pessoas; aumentou para 500, com o mesmo número de pessoas. Quer dizer, eles iam dosando e vendo: Ó, o pessoal está agüentando, o pessoal está fazendo [sic]. Manda embora, manda fazer. Não vamos chamar mais gente. O pessoal está dando conta, continua fazendo. (...) *Stress* me aborrece, me deixa nervoso, me deixa bravo, enfim, irritado. (...) E outra coisa assim que te deixa pra baixo, que te deixa *down*, é quando o chefe faz você ver, faz você sentir que não é ninguém ali dentro. Isso já aconteceu comigo e é ruim, você desanima. Você pensa em sair, você pensa em relaxar no serviço, você pensa em se afastar. (...) E diante dessas situações que eu tive, situações constrangedoras, situações humilhantes, situações assim que me deixaram mal, me estressou, me deixou aborrecido e me criou um descontentamento. (CIMBALISTA, 2005. Entrevista nº 14 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005).

Por Feenberg (2004b), Habermas desmistifica a ação racional em relação a fins quando subtrai dela seu real objetivo de controlar e “tecnizar” o mundo da vida. A ciência, a técnica, a razão instrumental, a burocratização e o trabalho organizado de forma racional são exemplos de uma tentativa de colonização e “tecnização” do mundo vivido, uma tentativa de adaptá-lo ao mundo sistêmico. A sobreposição do mundo da vida pelo sistêmico gera conseqüências sobre a sociedade e o ser humano que não podem ser desprezadas e serão analisadas na seção 4.3 deste documento. Em verdade, esta sobreposição é um descontrole, um desequilíbrio que expõe a separação forçada dos dois mundos nas condições de trabalho e vida, como prova o relato de um dos entrevistados:

... os efeitos que a gente tem é que, às vezes pelo volume de trabalho (...) no final do dia, umas 15, 16 horas, quando a gente vê que não vai dar conta do trabalho e a gente vai ter que ficar até umas 19 horas, a gente começa a ficar meio tonto, meio zonzo, meio frustrado, dá uma palpitação no coração... Você não vai conseguir cumprir com o volume e você não quer ficar mais depois do trabalho. Você quer ir pra casa, você quer fazer tua vida pessoal, então, dá esse desespero, de certa

forma dá uma frustração (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005).

A sujeição dos homens a um modelo de vida conduzido pela racionalidade capitalista desbota pouco a pouco o mundo dos sujeitos e abre espaço para a análise e crítica desse processo, assim como a tentativa de sua superação. Nessa linha, Habermas (1988) é um dos estudiosos que aponta uma alternativa. A razão comunicativa poderia restabelecer a harmonia do ser humano consigo mesmo e com o mundo, possibilitando uma troca entre a relação sujeito-objeto pela linguagem-mundo. É a proposta de um novo paradigma centrado na argumentação e contra-argumentação dos indivíduos, na linguagem, na fala, no consenso e na intersubjetividade (relação sujeito-sujeito). É uma razão que caminha à margem da condição instrumental e se baseia no entendimento mútuo de ouvintes sobre o mundo objetivo, social e subjetivo. A visão habermasiana da razão comunicativa assenta-se sobre a idéia de que ela é libertadora, emancipadora, enquanto que a razão não-comunicativa “é feita para subjugar, controlar e dominar”, para Bastos (1998b, p. 59), visto que são orientadas sobre uma base de coerção, de poder, de dominação e de desacordo.

Em certo sentido, Habermas (1988) recupera a subjetividade do indivíduo, antes negada pelo processo unilateral racional e pela primazia econômico-administrativa e expressa de forma dominante no determinismo tecnológico que secundariza a lógica social, o humano, desumanizando-o (ARAÚJO et. al., 1998). Ocorre uma mudança de perspectiva, os participantes dessa ação tendem a se livrar de uma visão objetivista orientada a fins e encarnam um enfoque de compreensão dos sujeitos que prioriza a comunicação intersubjetiva, a busca da verdade e o consenso. “O agir comunicativo distingue-se, pois, do estratégico, uma vez que a coordenação bem sucedida da ação não esta apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento, portanto, numa

racionalidade que se manifesta nas condições requeridas para um acordo obtido comunicativamente”, argumenta Habermas (1990, p. 72).

O paradigma da razão comunicativa não somente contesta a razão instrumental, mas perfaz uma crítica ao pensamento de Marx. Giddens (1998) indica que a teoria hegeliana do trabalho e interação é a raiz da crítica habermasiana ao pensamento marxiano. Para Hegel, “trabalho e interação eram dois aspectos chaves do processo de autoformação dos seres humanos em sociedade ou do desenvolvimento da cultura humana. (...) **irredutíveis entre si**” [grifo meu] (GIDDENS, 1998, p. 298). Foi esse o vértice do desacordo teórico entre Marx e Habermas que abriu caminho à razão comunicativa. A irredutibilidade entre trabalho e interação é uma das prerrogativas para o fortalecimento das estruturas comunicativas no contexto social.

Marx criou sua teoria sobre a dialética das relações de produção *versus* as forças produtivas, as primeiras foram vistas por Habermas como a cristalização própria da noção de interação. Entretanto, ao tratar do trabalho frente o conflito das relações sociais de produção e das forças produtivas capitalistas, Marx (1977) teria apostado nessa dialética como a questão central da sociedade, onde o determinismo econômico e as condições materiais sobredeterminariam a vida social e a consciência do ser humano. Pela visão de Habermas, esse pensamento de Marx caracterizaria um problema epistemológico, segundo Giddens (1998), pois teria ele reduzido trabalho e interação entre si. O papel da comunicação dentro da estrutura interativa teria se enfraquecido em função da valorização intensa da razão instrumental. A razão comunicativa de Habermas representaria, então, mais que um resgate das estrutura comunicativa à problematização dos contextos sociais modernos, pois seria uma correção epistemológica à irredutibilidade entre trabalho e interação.

Touraine (1994) também critica a modernidade. Aponta uma saída diferente ao paradigma habermasiano da ação comunicativa: a interdependência entre razão e subjetivação. A partir do século XVIII, a modernidade proclamou a

razão como linha de pensamento da sociedade. Marcou o fim da sociedade baseada nas tradições, nos costumes, nos mitos e nas crenças. A valorização da razão conduziu o desenvolvimento do capitalismo por meio da modernização dos instrumentos de produção, das técnicas de organização administrativa e do avanço científico-tecnológico. A modernidade não criou apenas a sociedade da razão, mas também a sociedade do sujeito. A industrialização e a ciência se fortaleceram na razão que vinha do homem, quando a atitude racional com relação a fins abandonou as formas tradicionalistas de pensamento e se prendeu à figura do homem consciente, que pensa. Abriu-se espaço para a transformação do indivíduo em sujeito e este em ator social que encarna o papel de mudar o mundo. Essa dualidade interativa razão-sujeito marcou o início da modernidade, porém não se sustentou ao longo dos séculos.

O ser humano foi sujeito e ator social quando “desenfeitiçou” as imagens do mundo e trouxe a razão para modernizar sua estrutura capitalista. Entretanto, o desenvolvimento da racionalidade instrumental como lógica de funcionamento do capitalismo desconstruiu o sujeito ao retirar-lhe sua liberdade, vontade, criatividade e consciência. Quebrou-se a bipolaridade: razão-sujeito, ciência-consciência. A razão instrumental deixou de ser dirigida pelo homem e passou a governá-lo, a controlar seu mundo. Touraine (1994) promove o reaparecimento do sujeito por meio da subjetivação como forma de defesa das ameaças racionais técnicas e instrumentais que fragilizam o mundo da vida (vide próxima seção, 4.3). Habermas (1988) também percebe esse processo de ameaça à intersubjetividade dos trabalhadores. Para ele, existe a necessidade de libertação nas relações de produção, de resgate da subjetividade individual que combata o racionalismo instrumental e seja co-participante de uma vitória do mundo da vida sobre o sistêmico. Essa necessidade se expressa como o “aguilhoamento à intersubjetividade dos trabalhadores socializados na grande indústria, intersubjetividade paralisada agora pelo automovimento do capital, para que a vanguarda mova o trabalho vivo, o trabalho criticamente vivificado,

contra o trabalho morto e conduza ao triunfo do mundo da vida sobre o sistema da força de trabalho desumanizado” (Idem, p. 481).

A concepção de racionalidade técnica diz respeito à lógica racional orientada pelos procedimentos técnicos. De qualquer modo, a técnica responde a uma necessidade, demanda ou exigência histórica de um grupo ou de segmentos de uma estrutura social. O fio condutor do desenvolvimento científico-tecnológico é delineado pelo interesse capitalista, uma vez que “as ciências modernas servem ao progresso técnico, ao fomento de crescimento capitalista e à administração racional”, para Habermas (1988, p. 465). Weber também afirma que a “utilização técnica do conhecimento científico, tão importante para as condições de vida da massa do povo, foi certamente incentivada pelas considerações econômicas” (2002, p. 31). O avanço científico e técnico está associado a uma racionalização em benefício capitalista, exclusiva do capital, tal qual uma relação de única dimensão. Por exemplo, os laboratórios farmacêuticos priorizam suas pesquisas científicas em medicamentos que podem atingir o lucro no mercado consumidor, ao invés de enfatizar pesquisas sobre doenças. “São empresas privadas, que procuram o lucro e não atender à saúde da população”, afirma Serra (apud. CRONOLOGIA, 2004) e o mesmo se aplica à produção de armamentos sofisticados e eficazes, ao desenvolvimento de técnicas para controle do trabalhador, à intensificação do trabalho por meio de máquinas modernas que favorecem a extração da mais-valia relativa, fazendo avançar a tecnologia e a ciência com efeitos destruidores.

Feenberg (2004b, p. 2) menciona Heidegger ao dizer que este enxerga a tecnologia moderna como um instrumento mais destrutivo que qualquer outro, pelo fato de termos sido “pegos de patos por nossa própria tecnologia (...), perdemos a visão sobre o que é sacrificado na mobilização do ser humano e recursos para objetivos que ainda permanecem obscuros.”. É liderado por interpretações como essas que o presente trabalho acusa a racionalidade de ser travestida de irracionalidade. Tem-se uma racionalidade sobre o mundo sistêmico

e suas metas, ao mesmo tempo em que se aplica uma irracionalidade sobre o mundo da vida e seus habitantes. Uma situação ocorrida na matriz empresarial da *indústria A* exemplifica a lógica racional que prioriza a produção com redução de custos e o descaso com os integrantes do mundo da vida. Segundo o entrevistado, o sindicato cedeu diante da ameaça da indústria e conseguiu impor seu contrato de trabalho diversificado, tal como aponta o relato:

... no ano de 2002, a [*indústria A*] chegou com um projeto chamado 5000 por 5000, e esse projeto previa a contratação de 5000 trabalhadores. A [*indústria A*] chegou para o sindicato (...) e disse: Ou vocês concordam com um novo contrato de trabalho, com uma jornada superior e salário inferior, ou nós vamos produzir esses 5000 empregos em outra parte do mundo, seja no Brasil, seja na África, ou no Leste europeu... (ARAÚJO, 2002a. Entrevista n° 3 com Dirigente Sindical, jul. 2004).

A racionalidade capitalista institucionalizou a ciência e a técnica na medida em que vinculou o avanço tecnológico-capitalista ao bem-estar da população. Perseguir uma alta produtividade e um eficaz domínio da natureza trazem promessas de recompensas sociais: sustento garantido aos indivíduos, uma vida mais digna e confortável, menos situações de miséria e fome, um respeito ao meio ambiente entre outros desequilíbrios sociais. Porém, tais promessas não se cumprem, são inverdades para justificar o processo capitalista e encobrir seus efeitos.

Em *A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*, Habermas (1987) declara o fim das energias utópicas clássicas e realiza uma análise dos tempos contemporâneos. À expectativa de uma vida digna, os homens chocaram-se com uma realidade bruta, oposta aos ideais utópicos. Desemprego, miséria, fome são exemplos de problemas antigos que estão potencializados no mundo de hoje. As “forças produtivas que se transformam em forças destrutivas” (Idem, p. 105) perdem sua inocência e produzem seus efeitos nos diferentes campos do mundo da vida e

trabalho. Em verdade, o mundo da vida está se fragmentando frente à racionalidade a serviço do capital.

No pensamento que atribui ao próprio ser humano a incumbência de ser ele o sujeito das mudanças e da proteção do mundo da vida, Touraine (1994, p.243) delinea a modernidade como “a criação permanente do mundo por um ser humano que desfruta de seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens, ao mesmo tempo em que se defende contra suas criações desde o momento em que elas se voltam contra ele”.

Tanto Habermas como Touraine tentam responder ao beco sem saída que a racionalidade weberiana construiu e a realidade histórica confirmou. Essa nos deixou uma visão técnica-instrumental integrada à ordem econômica capitalista, que dirige a sociedade para uma existência cada vez menos socializada e destruidora da intersubjetividade. Seja pela sugestão de uma nova racionalidade, eivada de comunicação ou por um equilíbrio trazido pela subjetivação do indivíduo, são lançadas idéias que procuram combater a tendência à contração do mundo da vida pelo sistêmico e resgatar a integração do homem com a sociedade.

4.3 MUNDOS DA VIDA E DO TRABALHO SOB AMEAÇA

Esta seção discute a interferência do mundo sistêmico sobre o mundo da vida. A persistência do pensamento capitalista em se valer de uma racionalidade instrumental econômica e administrativa traz como consequência a sua invasão em âmbitos da vida humana e ameaça sua representação simbólica do mundo. O enfoque unilateral de ações cognitivo-instrumentais acaba “coisificando” a prática cotidiana e dominando a consciência dos atores sociais. Como resultado, afasta dos indivíduos o sentido de suas ações, além de mutilar compreensões culturais e sociais em função do clamor pelo pragmatismo, pela aplicação mecanicista do conhecimento, pela necessidade que se impõe de

respostas imediatas nas ações.

Habermas (1988) identifica esta neutralização do mundo da vida como a patologia central da sociedade. A colonização ou “tecnização” do mundo traz ameaças de empobrecimento cultural, alienação, destruição de estruturas comunicativas, mecanização das relações intersubjetivas e interpretações cognitivas. Traz, também, ameaças de pobreza, desigualdade social, má distribuição de renda e exclusão social, criando como que um encanto melancólico de algo passado para sempre. A análise dessa percepção é assim posta:

... não somente o brilho de uma recordação nostálgica de algo que foi sacrificado à modernização sem compensação alguma, senão que, os processos de modernização são vistos seguidos, como por uma sombra, por um instinto (me atreveria a dizer) instruído pela razão, ou, em todo caso, pela sensação de que com a canalização unilateral e a destruição das possibilidades de expressão e comunicação, assim o espaço da vida privada como na esfera da vida pública, se desvanecem as oportunidades de voltar a reunir com naturalidade, em uma prática cotidiana posconvencional, aqueles momentos que outrora, nas formas tradicionais da vida, constituíram uma unidade. (HABERMAS, 1988, p. 468).

Os efeitos causados ao mundo da vida, resultantes do acoplamento da racionalidade instrumental, não são únicos. O mundo sistêmico também sofre seus desequilíbrios quando realiza a reprodução material: a escassez de matérias primas renováveis na natureza, um mercado consumidor com poder aquisitivo cada vez menor, a competitividade acirrada de produtos, entre outros. Entretanto, o mundo sistêmico expressa a solução de seus problemas sobre o mundo da vida. Por comodidade, falta de resistência ou uma voracidade capitalista eivada de ideologia e ações racionais orientadas a fins, os desequilíbrios encontrados na esfera sistêmica são “resolvidos” com abalos ao mundo vivido pelos homens. Resolve-se o problema dos recursos naturais não renováveis, por exemplo, explorando-se mais intensamente a natureza, a competitividade acirrada de

produtos se combate com a busca de mão-de-obra barata em outros países ou com a utilização de máquinas, robôs e soluções de alta tecnologia.

Ações que transferem o problema para outros ambientes não se qualificam como solução racionais, uma vez que trazem abalos estruturais na sociedade, cultura e na personalidade dos indivíduos. Ao invés de uma solução conjunta de problemas que aponte saídas conclusivas e benéficas à maioria de seus integrantes, utiliza-se a opção mais vantajosa para o mundo sistêmico. Há uma desconfiguração do mundo da vida para solucionar problemas criados pelo próprio mundo do sistema, do capital, do lucro perseguido em detrimento da condição humana.

Aos homens resta pouca ou nenhuma escolha. Diante das regras do jogo estipuladas pelo mundo sistêmico, pelas forças ideológicas hegemônicas, pela alienação intensa e a fraqueza de políticas alternativas sociais, o que lhes sobra é a subordinação ao sistema. Segundo Habermas (1987, p. 105), “... as mesmas forças de incrementação do poder – das quais a modernidade extraiu outrora sua autoconsciência e suas expectativas utópicas - na verdade, transformaram autonomia em dependência, emancipação em opressão, racionalidade em irracionalidade”, sentidas na pele pelos integrantes do mundo da vida, como relata um entrevistado:

... eu não vejo que eu tenha muito futuro lá [na indústria automotiva] daqui há uns dois, três anos. (...) Eu quero me formar. Eu quero trabalhar mais um ano, pagar meu consórcio, comprar a minha casa. Quero me estabilizar financeiramente e, trabalhando lá, começar a entregar meus currículos pra uma coisa menos elétrica, pra poder aproveitar a minha vida, ter uma vida mais tranqüila com a minha esposa, ficar dez anos mais jovem [alusão a um trabalho menos intenso]. (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005)

No testemunho apresentado, percebe-se a opressão sobre os trabalhadores e sua dependência vital e financeira do trabalho assalariado. A

soma desses sentimentos resulta em um indivíduo-trabalhador comprimido até seu limite por um trabalho estafante que segue as ordens do mundo sistêmico. A sobrecarga e a polivalência de suas atividades pedem ao trabalhador uma cumplicidade de todos os seus sentidos. O emprego da “inteira individualidade humana” para exercer sua atividade é denominado homogeneização, por Heller (1972, p. 27). É a sobreposição da individualidade pelo trabalho e não uma integração entre eles. A racionalidade capitalista requer a absorção de todos os sentidos do homem para utilizá-los no processo de trabalho, precisa de todos focados e compenetrados no ato capitalista alienado de produzir. Essa homogeneização assume um sentido unilateral, quando não proporciona o retorno dessa relação à subjetividade do trabalhador, quando não há uma contrapartida. É, portanto, uma unificação do trabalhador pelas vias de poder da racionalidade capitalista. A homogeneização acontece como resultado da impossibilidade de luta frente o poder unificador do capital, aplicado sobre as organizações produtivas.

Também se pode falar em uma homogeneização oferecida pela globalização, esta como uma idéia-força e persuasiva, um discurso poderoso, que realiza a crença no neoliberalismo como um modelo único e inevitável (BOURDIEU, 1998). Mas, essa homogeneização oferecida pela globalização desarticula as conquistas do *welfare state* ao nivelar por baixo as práticas políticas sociais. A flexibilização do trabalho e do funcionário polivalente, a precarização das relações de trabalho e a deteriorização das leis de proteção ao trabalhador fazem essa homogeneização se chocar com as conquista sociais.

... propõe-se como modelo, para os trabalhadores europeus, países em que o salário mínimo não existe, onde operários trabalham 12 horas por dia por um salário que varia entre 1/4 e 1/15 do salário europeu, onde não há sindicatos, onde as crianças são postas para trabalhar (...) o trabalho noturno, o trabalho nos fins-de-semana, as horas irregulares de trabalho, coisas inscritas desde toda a eternidade nos sonhos patronais. (BOURDIEU, 1998, p. 49)

Da mesma maneira que a homogeneização do trabalhador pode ser vista como uma unificação pelo poder do capital, Bourdieu (1998), aludindo o social organizado, pensa a dupla globalização-neoliberalismo como unificadora. Por meio das ações e discursos dominantes, os países ricos forçam de cima para baixo a unificação à sua moda, dividindo a economia das realidades sociais pela utilização de políticas de redução de custos e flexibilização do trabalho para a ampliação da produção. A unilateralidade dessas ações extingue o que resta de solidário e humano no indivíduo, intensifica a exploração, aumenta a concentração de riqueza e alarga a desigualdade social, relegando o trabalhador ao andar de baixo, achatado duplamente pelas políticas e pela lógica racional capitalistas.

Em resumo, como visto pelos problemas apresentados acima, a razão firma um compromisso com o capitalismo que vai na contramão de uma racionalidade igualitária e criadora de consciência, ou de um ambiente de entendimento mútuo e consensual. Em oposição às idéias habermasianas, o que se verifica é a substituição progressiva do agir comunicativo pelo agir racional com respeito a fins. O homem já não percebe a diferença entre uma e outra forma de ação, sendo dominado progressivamente por regras técnicas que promovem a sua adaptação a um mundo cada vez menos compreendido por determinações culturais específicas, em função da persistência de modelos instrumentais, científicos e técnicos.

A cientificização da técnica verificada ao final do século XIX indica que o progresso técnico e o progresso científico encontram-se em íntima circulação, inseridos no mesmo sistema. Habermas (1975) aponta o fato de que o desenvolvimento do sistema social parece estar determinado pela lógica desse progresso dual, ou seja, atribui-se a ele o caráter determinante da manutenção do crescimento econômico. Dessa forma, legitima-se a perda da possibilidade de manifestação da vontade democraticamente formada, substituída pelas decisões tomadas por equipes administrativas.

Além disso, a subjetivação, pretendida por Touraine (1994), enfraquece-se ao longo do tempo devido à alienação produzida pelo mecanismo ideológico racional-instrumental capitalista. No entanto, nem Habermas ou Touraine trazem à tona a importância do trabalho no processo de superação de um mundo da vida sem sujeito e subjugado ao mundo sistêmico.

Em primeiro lugar, é preciso discutir o contexto habermasiano no qual faz parte o trabalho, se este pertence ao mundo do sistema ou ao mundo da vida, para, em seguida, conceber o trabalho como elemento construtor do processo de subjetivação seja adicionado à teoria de Touraine (1994). O mundo do trabalho é composto pelas técnicas de administração e organização produtivas, pelas tecnologias a serviço da produção, pelos trabalhadores, empregadores e por suas relações de produção. Habermas (1975) encapsula o mundo do trabalho no mundo do sistema. Desse modo, ao seguir uma racionalidade técnica instrumental, o mundo do trabalho seria co-responsável pela fragmentação do mundo da vida provocada pelo mundo sistêmico.

No capítulo 2, apresentou-se a importância do trabalho na construção do sujeito, o trabalho como produtor de subjetividade. Cabe ao trabalho, então, uma parcela no processo de subjetivação, de transformação do indivíduo em sujeito. Uma vez que o trabalho não é alheio ao mundo da vida, mas coadjuvante da criação e manutenção do mesmo por sua participação no processo de subjetivação do ser humano, por que pertenceria em sua totalidade ao mundo sistêmico?

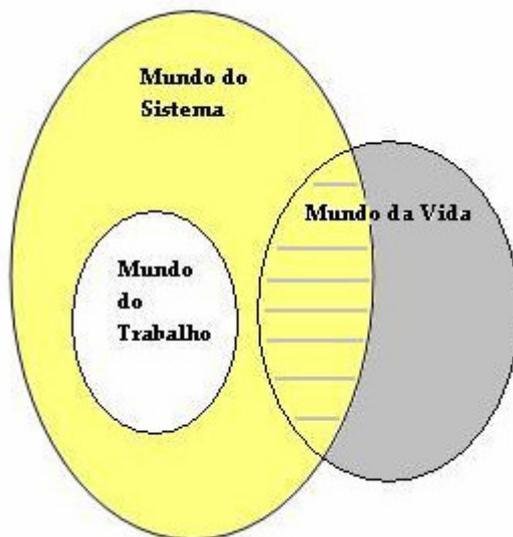
O mundo do trabalho está no mundo do sistema porque segue as orientações políticas e econômicas de uma racionalidade instrumental capitalista que domina a linha de pensamento da sociedade desde o princípio da modernidade. Como também pertence ao mundo da vida por sua incumbência de ser produtor sujeito da subjetividade no homem.

Figura 2 – Configuração mundo da vida - sistema - trabalho



Como já demonstrado, a fragmentação do mundo da vida frente ao mundo sistêmico traz efeitos sobre a sociedade e cria um ambiente de contrastes entre as condições de produção e as condições sociais de vida (vide capítulo 5). O mundo do trabalho também está ameaçado pela dominação do mundo sistêmico e hoje já não tem o equilíbrio demonstrado na Figura 2. O trabalho é vítima do mundo sistêmico e encontra-se dominado em sua totalidade, como demonstrado na Figura 3.

Figura 3 – Contração mundo da vida e trabalho



A racionalidade capitalista subtrai a porção do mundo do trabalho que sobrevivia no mundo da vida. À mercê do mundo sistêmico, o trabalho amplia sua força de dominação sobre o mundo da vida ao reproduzir a ideologia capitalista e o (a)sujeitamento a um trabalho alienado desprovido de sentido.

A teoria de Touraine (1994) sobre a subjetivação do indivíduo, como meio de equilibrar o mundo dos homens e o mundo da razão capitalista, não considerou o papel estruturante do trabalho. O trabalho que constrói o ser e a sociedade significa, em outras palavras, o trabalho que eleva o indivíduo a sujeito consciente que, por sua vez, constrói e modifica o mundo da vida. A retomada de espaço do mundo da vida não depende de uma tomada de consciência individual e solitária do homem, mas de uma conscientização alavancada pelo trabalho e isso não é uma ação individual e isolada. Por esse motivo, há uma correspondência direta entre a recuperação do mundo do trabalho e o mundo da vida.

O trabalhador é habitante dos dois mundos: vida e trabalho. A absorção do mundo do trabalho pelo mundo sistêmico causa ameaças ao “trabalhador-empregado”, residente do mundo do trabalho e ao “trabalhador-indivíduo”, residente do mundo da vida. Marx, em *O capital* (2002, p. 443), lança perguntas ainda pertinentes no início do século XXI. Quando percebe o aumento da produtividade do trabalho pela utilização de técnicas de organização produtiva, administração, ciências e máquinas tecnológicas, indaga: “essa elevada produtividade não se realiza à custa de maior dispêndio de trabalho”? O crescimento da produção em um tempo e custo cada vez menores não significa “explorar cada vez mais intensivamente a força de trabalho”? (Idem, p. 479)

Os relatos de trabalhadores da indústria automotiva da Região Metropolitana de Curitiba respondem à dupla questão. A intensificação e sobrecarga de trabalho são experimentadas por todos os entrevistados, sem exceção: “Aumentou muito [a meta]. (...) Nossa! Eu entrei lá [montagem de caminhão] a gente produzia 18 caminhões, agora, tipo agora eles estão

produzindo quase 40 caminhões.” (CINALLI, 2003. Entrevista n° 2 com Montador de Motores, jan. 2005), “é um trabalho agitado. (...) para dar conta do serviço, é, eu tenho dois telefones na minha mesa. Eu criei uma briga lá e peguei dois telefones, um para atender e outro para falar.”(CINALLI, 2003. Entrevista n° 1 com Analista de Logística, fev. 2005), “Tem que ter rapidez, qualidade, organização. Tudo, sabe? (...) E trabalhamos assim, com rapidez e qualidade. Isso é essencial. Não adianta querer tirar peça com qualidade e demorar uma porção de tempo. Porque não dá, a gente tem que atingir meta. (...) você trabalha teu turno inteiro com aquela preocupação de produção e qualidade, sabe? Tudo junto.” (PAIXÃO, 2003, Entrevista n° 9 com Monitor da Indústria, set. 2004).

Antes da contratação de um trabalhador, a indústria exige qualificações educacionais e profissionais mínimas para que se aproveite ao máximo sua disposição física e mental de trabalho, como evidencia um gerente de relacionamento da indústria automotiva da região:

Hoje, isso mudou. Hoje, fazendo um paralelo comparativo, naquela época nós admitíamos pessoas que tinham o segundo ano do ensino fundamental, quarto ano, quinto ano. Isso para nós não era muito importante. **Era importante** que a pessoa tivesse **a disposição física para o trabalho**. (...) uma pessoa na linha de produção hoje, ela tem que saber ler uma tela de computador sobre o resultado do que foi medido no carro. Quer dizer, então, que mudou o nível de exigência no perfil do trabalhador. Hoje ele tem que ter, no mínimo, o segundo grau (ARAÚJO, 2002a. Entrevista n° 5 com Gerente de Relacionamento, out. 2004) [grifo do autor].

A disseminação institucionalizada de horas extras, a sobrecarga e polivalência do trabalho, o desprezo dos efeitos sobre a saúde e subjetividade do trabalhador, a exigência de qualificações profissionais e educacionais, abordados nos capítulos 2 e 3 desse documento, corporificam o avanço do mundo sistêmico sobre o mundo da vida-trabalho. Diante deste cenário, ocorre a relativização não somente do trabalho como posição chave da identidade pessoal e social, mas também do mundo da vida como pano de fundo da sociedade e da existência

público-privada de seus atores.

Diversos estudiosos procuram uma maneira de conduzir a produção e de obter seus benefícios para a sobrevivência e o prosseguimento da sociedade, sem sofrer os efeitos agressivos do capitalismo sobre o mundo da vida. Habermas (1988) indica a razão comunicativa como um novo paradigma que recupera a subjetividade do indivíduo, pelo entendimento mútuo de ouvintes sobre o mundo objetivo, social e subjetivo, antes negada pelo processo unilateral racional e pelo determinismo econômico-administrativo.

Marcuse (apud. FEENBERG, 2004a) propõe uma nova ciência e tecnologia que busquem a harmonia entre a natureza e o ser humano, ao invés do conflito. Uma visão de natureza parceira, integrada com o homem, onde se usufrui de seus recursos de forma consciente, tratando-a mesmo como um outro sujeito.

Mészáros (2002) aposta na auto-realização do ser humano por meio da riqueza da produção e não pela produção da riqueza alienante e reificada. Admite que a atividade-vital dos indivíduos tem uma finalidade e “pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas conseqüências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercambio social” (Idem, p. 613).

Touraine (1994), por sua vez, promove o surgimento do homem-sujeito com capacidade de transmitir e perceber significado em suas ações. O indivíduo capaz de encarnar o papel de ator social tem o poder de conduzir e transformar as relações sociais do mundo racional moderno mediante sua consciência, liberdade e criatividade, na forma de fragmentos carregados de valores que se opõem e desenham como que a uma

multidão de formigas atreladas à racionalidade técnica, operadores, empregados, técnicos, com posição alta ou baixa, que é levada a não se preocupar com os fins de sua ação. Porque não se pode rodar o filme ao

contrário e reencontrar a unidade irremediavelmente partida do mundo das luzes e do progresso; é preciso, portanto, interrogar-se sobre a maneira de **restabelecer a unidade entre a vida e o consumo, a nação e a empresa, e entre cada uma delas e o mundo de racionalidade instrumental** [grifo do autor]. Se esta reconstrução é impossível, melhor será então não mais falar de modernidade. (TOURAINÉ, 1994, p. 230).

A recuperação do trabalho como criador do sujeito é fundamental. Apenas o indivíduo-sujeito tem condições de reconstruir o trabalho e o mundo da vida, de perceber os contrastes da alta produção, de encarnar-se ator social da mudança e transformar-se em um “ser social”. Para o mundo do trabalho, essas idéias críticas vão de encontro a um processo “naturalizado” que conduz e controla os meios da vida, concretizam uma ponte para a construção de um mundo justo e digno aos seres humanos e não apenas racional ou irracional.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política.
1859.

Na produção social da sua existência os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se estabelece uma superestrutura jurídica e política, a que correspondem determinadas formas sociais de consciência. O modo de produção de vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência. Num determinado estado de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou (o que não é senão a expressão jurídica) com as relações de propriedade, no seio das quais até então se tinham desenvolvido. Estas relações, que constituíam as formas de desenvolvimento das forças produtivas, transformam-se em obstáculos. Começa então uma época de revolução social. A mudança da base econômica subverte, mais ou menos lenta ou rapidamente, toda a enorme superestrutura. Quando se consideram tais transformações, deve-se sempre distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção (que se pode agurar fielmente com a ajuda das ciências da natureza) e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o levam até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que este tem de si próprio, também não se poderia analisar uma determinada época de subversão pela consciência que de si própria se teria; é necessário, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca desaparece sem que desapareçam todas as forças produtivas que esta pode conter; nunca se lhe substituem relações de produção novas e superiores sem que as condições de existência materiais destas relações se tenham criado de forma latente no interior da velha sociedade. Por isso a humanidade não põe senão os problemas que pode resolver, pois analisando com mais rigor, verifica-se sempre que o próprio problema surge apenas donde as condições materiais para o resolver já existem, ou pelo menos, se estão a desenvolver."

x x x

Disciplina: Teorias Sociológicas.
C. Sociais.

*

MEIOS de produção → CAPITAL, TERRA, EQUIPAMENTOS

FORÇAS PRODUTIVAS → técnicos, formas de administração, tecnologia

Relações de produção → modo de produção.

✱ Falta o enquadramento do trabalhador HO no meio de produção hj, do conflito RSP x P.

Nota: Material entregue pela professora Silvia no primeiro dia de aula do mestrado, disciplina de Sociologia do trabalho, março de 2003. As idéias de Marx foram analisadas pelo grupo de alunos naquele dia. Esta página (amarelada, datilografada e mimeografada!) não apenas marcou o início de minha trajetória nos estudos sobre o trabalho, mas também entusiasmou meus estudos como pesquisador. As palavras de Marx no trecho são subterrâneas a algumas das idéias expostas nos capítulos anteriores e serão retomados no seguinte.

5 CONTRASTES DA ALTA PRODUÇÃO E O SUJEITO (A)SUJEITADO

Este capítulo é uma crítica que corporifica a discussão: mundo do sistema *versus* mundo da vida. A análise de dados estatísticos sobre os fatores sócio-econômicos globais e nacionais demonstram o contraste entre um mundo de progresso científico-tecnológico produtivo e um mundo vivido repleto de problemas sociais.

Parâmetros como o nível de exclusão social, desequilíbrio de renda, taxa de desemprego, poder de compra, total de mercadorias vendidas e produtividade lideram uma investigação que mostra como esses indicadores econômicos e suas respectivas variações refletem comportamentos contraditórios na vida social. O aumento da produtividade e do número de mercadorias vendidas coincide com a intensificação do trabalho, a diminuição da renda dos trabalhadores, o crescimento da taxa de desemprego, a massificação da miséria, a ampliação da exclusão social, o desequilíbrio entre rendas e o agravamento das condições indignas de vida.

A seção 5.2 traz a percepção desses contrastes como alavanca à subjetivação do indivíduo. A tecnologia, a ciência e as técnicas de organização do trabalho, instrumentalizadas para a racionalidade capitalista, prometem um benefício econômico-social global e coletivo. No entanto, quando se constata o disparate entre promessas e realidade, o indivíduo tem a oportunidade de tomar consciência de tais contrastes e refazer seu caminho em direção ao sujeito, ao ser social. A retomada de território do mundo sistêmico pelo mundo da vida e a reconstrução do mundo do trabalho, por meio de uma aproximação de seus sentidos, podem ser comandadas pela conscientização desses contrastes.

5.1 UM RAIIO-X DA POBREZA

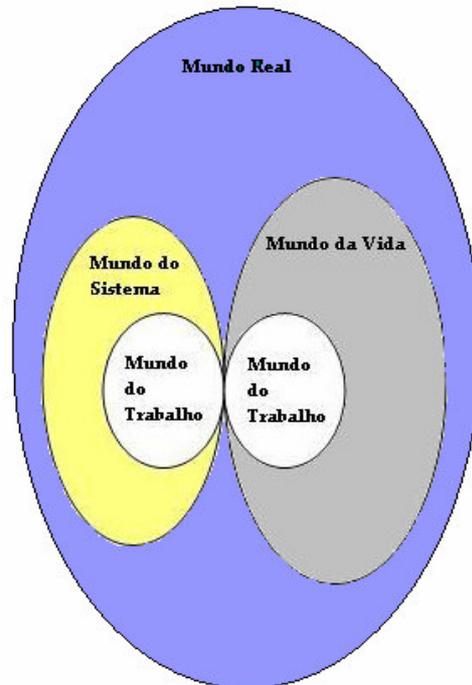
Condições dignas de vida, distribuição das riquezas, progresso ou retrocesso da miséria, renda mensal familiar, relações de trabalho e perspectivas de emprego são tópicos que contribuem sobremaneira para uma infinidade de pesquisas, críticas ou estudos sociais e econômicos. Tais parâmetros viabilizam uma investigação científica pelos mais variados ângulos. Ou seja, caso se realize um esforço investigativo e crítico com foco nas condições econômicas da população, sem se preocupar com as condições sociais da mesma, as conclusões se farão num sentido estritamente econômico. Da mesma forma, caso a pesquisa siga por um veio social-humano, descartando as questões econômicas, obtém-se um resultado de aspecto social, principalmente. Ambos os casos, ao escolherem um caminho de análise, encontram suas respectivas respostas. Entretanto, uma abordagem pontual pode deixar de fora elementos que propiciariam um entendimento melhor sobre o problema e afigurariam solução mais completa, uma ciência mais firme.

Esta seção realiza um trabalho investigativo e crítico da sociedade contemporânea, abalizado não apenas nas questões econômicas mundiais e brasileiras, mas também em fenômenos sociais que permeiam a vida cotidiana. A investigação do nível de exclusão social, desequilíbrio de renda, taxa de desemprego, poder de compra e produtividade industrial, cria um composto analítico que retoma a discussão do capítulo 4 e corporifica o duelo entre o mundo da vida e sistema por meio de mapas, dados, gráficos e tabelas estatísticas.

Vive-se num mundo de contrastes. Por um lado, existe o mundo do sistema composto pelo progresso científico, pela aplicação tecnológica nos mais variados ambientes, a alta produção criadora de postos de trabalho assalariado e, por outro, o mundo da vida composto pela pobreza, a desigualdade social, a fome, o trabalho intensificado, polivalente e alienado. Constata-se, porém, que

esses dois mundos diferentes são conceituais, fazem parte de um mesmo mundo físico real.

Figura 4 – Configuração do mundo real



A mundialização da pobreza e da racionalidade capitalista, por exemplo, produz uma série de ações e reações que embaralha as fronteiras entre os mundos da vida e sistema, mas não escapa dos limites do mundo físico e real dos homens. Por esse motivo, os contrastes de uma realidade desigual devem ser estudados pelas ciências sociais, a fim de apontar os conflitos estruturais no seio da própria lógica capitalista.

Segundo Dupas (1999, p. 24), a pobreza é a “incapacidade de satisfazer necessidades básicas” de uma pessoa ou família. Apresenta-se por diferentes graus de intensidade sobre a população, sobretudo em países que não se incluem entre os desenvolvidos do planeta. Famílias inteiras se distribuem em segmentos desiguais de renda. Como a finalidade dessa seção é detectar e analisar as contradições entre uma forma de pobreza aviltante e a produtividade crescente

nos cada vez mais entrelaçados setores econômicos, não cabe uma discussão aprofundada sobre quais características distinguem esses segmentos entre si.

Uma vez que a pobreza não se limita à falta de dinheiro, mas também à carência de oportunidades, educação, informação, saúde, transporte, segurança social e pessoal, surgem outros fatores pertinentes à discussão. Como os índices de violência, saúde, moradia, exclusão social, emprego e produtividade industrial podem ser cruzados e têm se comportado ao longo dos últimos anos no mundo e no Brasil? Que medidas políticas estão sendo articuladas para melhorar esses índices? Diante dessas respostas, seria possível verificar a existência ou não de uma contradição entre produtividade e problemas sociais?

5.1.1 A pobreza mundial

Segundo *World Bank* (2004), vive-se em um mundo desbalanceado. Dos seis bilhões de habitantes no planeta, um bilhão acumula 80% da renda mundial, enquanto 1,1 bilhões de pessoas lutam para sobreviver com uma renda diária menor ou igual a um dólar¹⁵. A renda de um dólar ao dia¹⁶ é reconhecida internacionalmente como uma condição de vida abaixo da linha de pobreza. Em outras palavras, denota não apenas uma existência carente de alguns bens materiais de uso/consumo e serviços, mas uma situação de extrema miséria e penúria. Em moeda brasileira, uma renda de um dólar/dia significa mais de um bilhão de pessoas sobrevivendo a uma renda mensal menor ou igual a 84,63 reais.

Os dados prosseguem. Ao analisar a Tabela 10, a seguir, percebe-se a realidade de quase três bilhões de pessoas com renda inferior a dois dólares ao dia. Praticamente metade¹⁷ da população mundial “vive” com o equivalente a

¹⁵ Um dólar equivale a 2,73 reais, segundo cotação do dia 19 de abril de 2005 (Banco do Brasil, 2005).

¹⁶ Recalculado em 1993 para 1,08 dólares (UN, 2004).

¹⁷ Estima-se que a população mundial seja de 6.4 bilhões de pessoas (UNFPA, 2004)

169,26 reais ao mês, pouco mais que a metade de um salário mínimo brasileiro¹⁸.

Tabela 10 – Número de Pessoas vivendo na pobreza (milhões)

Região	Pessoas vivendo com menos de \$1/dia			Pessoas vivendo com menos de \$2/dia		
	1990	2004	%	1990	2004	%
Leste Asiático e Pacífico	470	261	-44,5	1.094	873	-10,3
Europa e Ásia Central	6	20	233	31	101	225,8
América Latina e Caribe	48	56	16,6	121	136	12,3
Oriente Médio e Norte da África	5	8	60	50	72	44
Sul da Ásia	466	432	-7,3	971	1.052	8
África Sub-Saahara	241	323	34	386	504	30,5
Total	1.237	1.100	-11	2.653	2.737	3

Fonte: *World Bank* (2004).

De acordo com os dados exibidos, as regiões do Leste Asiático e Pacífico apresentaram os melhores resultados no combate à pobreza desde 1990. Um total de 209 milhões de pessoas saiu da linha de um dólar ao dia, enquanto outros 221 milhões deixaram a linha de dois dólares ao dia. As demais regiões, entretanto, exibem valores que contradizem esse progresso. Na Europa e Ásia Central houve um acréscimo de 233% no número de pessoas sob renda de um dólar ao dia, na África Sub-Saahara foram mais 82 milhões de pessoas inseridas nessas condições desde 1990. Na América Latina e Caribe houve um acréscimo de 16,6% e 12,3% no número de pessoas sob renda inferior a um e dois dólares ao dia, respectivamente, nos últimos 15 anos.

O número total de pessoas vivendo com menos de um dólar/dia diminuiu no período 1990-2004, mas isso não pode ser considerado um avanço das condições sociais no mundo. A melhora significativa dos índices de pobreza no Leste Asiático e Pacífico impulsionou os números totais da estatística, enquanto as outras regiões, como o Oriente Médio e o norte da África, apresentaram um aumento de 60% na quantidade de pessoas com renda inferior a

¹⁸ Salário mínimo do Brasil é de R\$ 300,00 (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005).

um dólar/dia. Além disso, aumentou a quantidade de pessoas sob renda de dois dólares ao dia, quase 3 bilhões de pessoas com renda mensal de 169,26 reais não sinaliza a concretização de um mundo mais equilibrado em condições de vida.

Em 2000, houve uma conferência, *Millennium Summit*, onde líderes de diversas nações desenvolvidas e em desenvolvimento, combinaram uma série de iniciativas com os seguintes objetivos: a) redução da pobreza mundial pela metade até o ano de 2015; b) fornecimento de educação básica a todos; c) igualdade entre homens e mulheres; d) redução da mortalidade infantil; e) combate à AIDS e outras doenças; f) proteção do meio-ambiente; g) fomento ao desenvolvimento de países do “Terceiro Mundo”. As metas ficaram conhecidas como *Millennium Development Goals* e delinearam uma estratégia para o combate à crise ambiental, econômica e social. Foi estabelecido um acordo entre os países, onde coube aos “não desenvolvidos”, a criação de um clima seguro para o investimento estrangeiro, a construção transparente de seus sistemas legais e financeiros, o combate à corrupção, entre outros; enquanto aos “desenvolvidos” coube o aumento de auxílios aos países em desenvolvimento, a abertura de seus mercados ao comércio e o incentivo de crescimento econômico (*WORLD BANK*, 2004).

Quais ações estão sendo postas em prática no sentido de validar este acordo? Que benefícios vêm trazendo às populações pobres? Qual a perspectiva do cumprimento das metas para 2015? E quanto às atribuições dirigidas aos países desenvolvidos, por exemplo: abertura de seus mercados internos e incentivos de crescimento econômico a países em desenvolvimento? Estariam esses países realmente comprometidos em exercer os requisitos acordados e tornar seus mercados internos menos protegidos aos produtos estrangeiros do “Terceiro Mundo”? Estariam partilhando a competitividade de seus mercados externos às economias emergentes dos países em desenvolvimento?

De acordo com o *World Bank* (2004), os países desenvolvidos auxiliam as nações em desenvolvimento com uma quantia anual de 56 bilhões de dólares,

enquanto, internamente em suas economias, investem a ordem de 300 bilhões de dólares ao ano em subsídios agrícolas, portanto seis vezes mais e chegam a 600 bilhões de investimento em defesa, ou seja, dez vezes mais que os recursos destinados aos países em desenvolvimento. O investimento de tamanha quantia em subsídios agrícolas e defesa militar revela-se um contra-senso diante do compromisso de incentivo ao crescimento econômico subdesenvolvido, abertura e livre-mercado.

O Brasil, por exemplo, encampa uma iniciativa junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) para a redução de subsídios agrícolas nos países desenvolvidos e a adoção de regras globais mais justas para o comércio de produtos da agricultura. Em junho de 2004, o Brasil obteve sucesso em uma reclamação à OMC contra os subsídios do algodão nos Estados Unidos da América (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004). A acusação brasileira apontava algumas conseqüências do subsídio americano¹⁹, tais como: graves prejuízos econômicos ao Brasil e outros países em desenvolvimento, depressão dos preços internacionais, assim como, participação desproporcional nas exportações do produto norte-americano.

Segundo a referida Secretaria, juntamente com relatórios de ONGs como a OXFAM²⁰, não apenas o Brasil, mas países carentes da África ocidental (Benin, Mali, Chade, entre outros) se beneficiariam com a redução ou extinção dos subsídios americanos ao algodão. “... a retirada dos subsídios norte-americanos ao algodão representaria um incremento da ordem de US\$ 1 bilhão, em termos de receitas de exportação, para os países daquela região [situada na África ocidental]” (Idem, 2004).

¹⁹ Segundo cálculos, a taxa de subsídio foi de 89,5% frente ao valor total de produção, representando um investimento de 12,5 bilhões de dólares. (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2004).

²⁰ <http://www.oxfam.org.uk>

O compromisso de incentivo à guinada positiva econômica dos países em desenvolvimento parece ter ressalvas. De um lado, existe a preocupação de se melhorar as condições sociais nos países do “Terceiro Mundo”, ao se pretender a redução pela metade do número de pessoas abaixo do nível de pobreza, conforme acordado na conferência *Millennium Summit*, em 2000. Em contrapartida, há também o cuidado em não permitir que os próprios países em desenvolvimento se alavanquem como iguais competidores de produtos no mercado. A redução dos níveis de pobreza e certo desenvolvimento econômico parecem aceitáveis, desde que esses países sejam fornecedores de mão-de-obra barata, objeto de investimentos rentáveis e não se interponham nos negócios dos países mais ricos. Como um pacto colonial do século XXI, os países em desenvolvimento podem fazer crescer sua economia sob certas circunstâncias observadas e controladas pelos países desenvolvidos.

Há, de fato, uma contradição no acordo de ações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mas essas atitudes conflituosas são inerentes à lógica do capitalismo. O lucro máximo instiga a concorrência entre os capitalistas. Gounet (1999, p. 78) escreve que o “objetivo de todo capitalista é vencer a competição”. Assim, não importa se a disputa é realizada entre os EUA e o Chade, ou Mali e Brasil, porque “o capitalismo apóia-se fundamentalmente sobre essa violência: os mais fortes conquistam fatias do mercado, os demais são ameaçados pela falência.” (Idem, p. 79). Esse é o racionalismo histórico que vem desde os tempos modernos (século XVII) até o mundo contemporâneo: a racionalidade capitalista comanda o mundo do sistema e vem penetrando no mundo da vida.

Diante desse quadro, ocorrem oscilações no percurso do *Millennium Development Goal*. Estimativas do *World Bank* (2004) prevêem o cumprimento da meta principal para 2015 - redução pela metade do número de pessoas vivendo sobre renda diária inferior ou igual a um dólar. Outras metas previstas, porém, não compartilham dessa visão otimista, como a redução da fome e da má

nutrição pela metade, educação primária para todas as crianças e a diminuição de dois terços na mortalidade infantil. Essas oferecem uma projeção aquém do esperado para 2015. Certas regiões experimentam melhora em alguns índices, enquanto outras localidades amarguram um crescimento na taxa de pobreza ou fome. A África Sub-Saahara, por exemplo, já apresenta aumento em suas taxas de miséria, de 47,4% em 1990 para 49% em 1999 e uma expectativa de 82 milhões de pessoas em estado de extrema carência de recursos em 2004 (UN, 2004). Além disso, a expectativa de vida é extremamente baixa para países como Zâmbia, Congo, Moçambique e Rwanda em relação a países desenvolvidos como Japão, Suécia, Austrália e Holanda.

Tabela 11 – O contraste entre as expectativas de vida (em anos) - 2004

País	Expectativa de vida	País	Expectativa de vida
Zâmbia	33.4	Japão	81.3
Rwanda	38.2	Suécia	79.9
Moçambique	39.2	Austrália	79
Angola	40.2	Holanda	78.2
Burundi	40.4	Alemanha	78
Congo	40.6	Reino Unido	77.9
Chad*	44.6	EUA	76.9
Uganda	44.7		
Djibouti	46.1		
Mali*	48.4		
Benin*	50.9		

Fonte: UNDP (2004b).

(*) Países prejudicados pelo subsídio agrícola norte-americano.

A pobreza tem caráter multifuncional e cria uma interdependência de problemas sociais. Em geral, quando um país empobrece, ao mesmo tempo, empobrecem seu nível de educação, saúde pública, segurança e renda familiar. Ao enriquecimento do país, estes mesmos fatores tendem a uma melhora, o que não significa distribuição da renda produzida. O problema é que um país enriquece às custas de outro, disputando mercado outrora pertencente a outra nação. Utilizando-se ainda o exemplo do subsídio norte-americano ao algodão, ao passo que os EUA aumentam a exportação de seu produto no mercado

internacional, países como o Chad e Mali padecem dificuldades e enfrentam uma expectativa de vida extremamente baixa para padrões mundiais, ou seja, 44.6 e 50.9 anos, respectivamente (UNDP, 2004b), assim como, uma quantidade enorme de pessoas abaixo da linha de pobreza, na faixa de 64% e 63.8%, respectivamente (UN, 2004).

A pobreza e os problemas sociais existentes no mundo não excluem o Brasil de seu alcance. Pelo contrário, estudos no país demonstram um nível de pobreza e desigualdade social que impressionam.

5.1.2 O Brasil da desigualdade

O panorama sócio-político brasileiro pode ser definido como “uma democracia sem alma social”, afirma Carvalho (2001, p. 139). Segundo documentos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), existem hoje **56 milhões** de pessoas abaixo da linha de pobreza, sendo 33 milhões de “pobres” (com renda de R\$ 100 por mês *per capita*) e 23 milhões de “indigentes” (renda de até R\$ 50 por mês *per capita*), no país. Os documentos mostram que **50%** das crianças, com até dois anos de idade, são pobres e que, pelos padrões internacionais de relação entre renda *per capita* e proporção de pobreza, o Brasil deveria ter 60% a menos de pobres (DIÁRIO ONLINE, 2004a).

Quase um terço da população brasileira²¹ auferia renda inferior a 100 reais mensais. Esta é uma marca incoerente para um país com renda *per capita* de 9.014 reais (*THE WORLD FACTBOOK*, 2004) e um PIB de US\$ 498.426.000 ao ano (FIESP, 2004). Tamanha quantia em valores deveria proporcionar ao Brasil uma melhor colocação no *rank* de desenvolvimento humano da ONU, mas ao contrário, conforme Tabela 12, o país é assinalado com um dos mais altos índices de desigualdade no mundo, com exclusão social, pobreza e elevada taxa de

²¹ Segundo o IBGE, a população do Brasil em 2004 era de 181.586.030 aproximadamente.

desemprego. O Brasil mostra sua desigualdade social ao ser avaliado em 72º lugar, caindo sete posições no *rank* em relação a 2003.

Tabela 12 – *Rank* de Desenvolvimento Humano - 2004

Região	Índice de Desenvolvimento Humano (HDI)	
	<i>rank</i> 2003	<i>rank</i> 2004
Noruega	1	1
EUA	7	8
Argentina	34	34
Costa Rica	42	42
Chile	43	43
Uruguai	40	46
Colômbia	52	52
México	55	53
Brasil	65	72
Paraguai	84	89
Peru	82	85

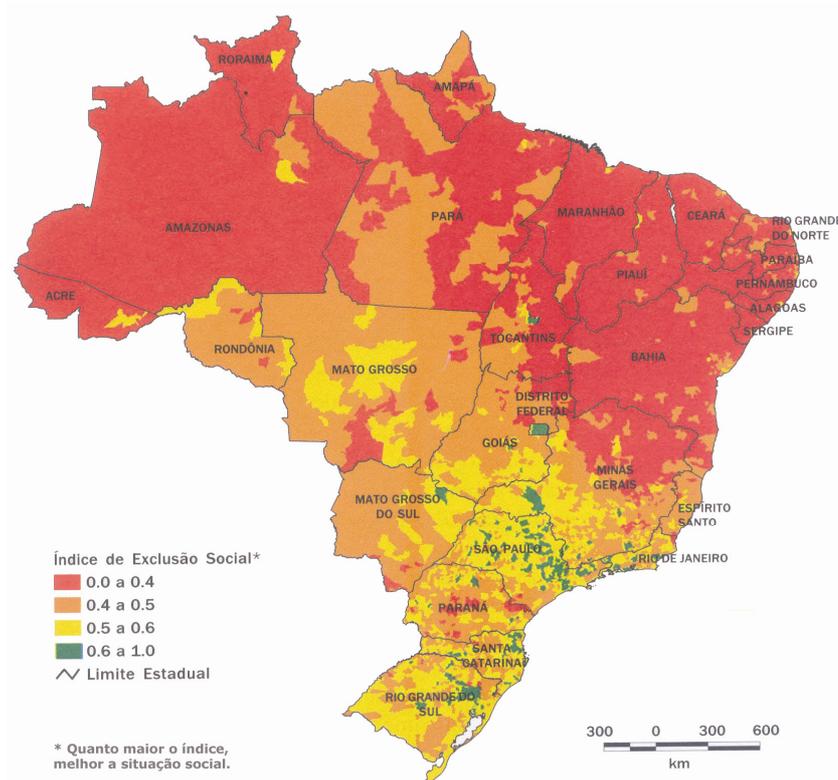
Fonte: Human Development Report (UNDP, 2004b), (UNDP, 2004c).

O critério para avaliação do desenvolvimento humano não se limita às condições de subsistência da população, pois inclui o acesso a serviços de saúde, à configuração de ambientes seguros, ao acesso à educação e conhecimento, à liberdade política e cultural, à segurança contra crimes e agressões físicas, à qualidade de horas de lazer e à alimentação adequada (UNDP, 2004a). De certa maneira, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) verifica a formação de oportunidades individuais para uma vida digna, mas “à medida que as sociedades vão incorporando novas realidades – como a urbanização – nascem necessidades adicionais de vida digna, para além do simples critério de subsistência” (POCHMANN; AMORIN, 2003, p. 10). É por esse motivo que a exclusão social cresce no Brasil, devido à dificuldade, cada vez maior, de fornecer acesso à moradia, ao trabalho, à educação, à informação, ao transporte, à saúde, à renda, com qualidade para a população em seu todo.

Exclusão social é um termo que pode significar tanto a ausência da possibilidade de sobrevivência física, como um “sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que

outros indivíduos desfrutam” (DUPAS, 1999, p. 22). O mapa²² a seguir mostra o “caleidoscópio” da exclusão social ao longo do território nacional, com “alguns ‘acampamentos’ de inclusão social em meio a uma ampla ‘selva’ de exclusão, que se estende por praticamente todo o espaço brasileiro” (Idem, p. 21).

Figura 5 – Exclusão Social no Brasil – ano 2000



Fonte: Atlas da exclusão social do Brasil (POCHMANN; AMORIN, 2003).

As regiões norte e nordeste brasileiras são as mais afetadas pela exclusão social no Brasil, seguidas pela região centro-oeste. A região sul-sudeste, onde se localiza o maior desenvolvimento produtivo do país, exibe uma situação melhor em relação às demais regiões, porém aquém das condições e expectativas de um país com PIB de US\$ 498.426.000 no ano de 2004 (FIESP, 2004). Vêem-se poucos pontos onde o índice de exclusão social varia na faixa de 0.6 a 1,

²² Devido à escala utilizada para criação do mapa de exclusão social, os municípios de pequena extensão territorial ficaram obscurecidos pela média da região. Assim como cidades populosas com grandes contrastes sociais internos (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, entre outras), mas com elevada renda média, podem apresentar cores que indiquem boa condição social.

indicando melhor situação social. Esses “acampamentos de inclusão social” que se sobressaem no mapa, entretanto, encobrem suas desigualdades internas por causa da alta renda média na região. A cidade de São Paulo, por exemplo, é a maior área industrial e produtora de riquezas do país. Apesar disso, depara-se com uma realidade de 4.905.705 pessoas (47% da população paulistana) abaixo do índice de 0.4 de exclusão social. Um percentual de “excluídos” extremamente alto, em uma cidade de grandes fortunas e alta produtividade.

O índice de exclusão social utiliza alguns indicadores intermediários para a composição do mapa (Figura 5), tais como: educação, violência, pobreza e desigualdade social. Destes indicadores, apenas a educação (Figura 6) demonstrou uma melhora entre os anos de 1960 a 2000.

Figura 6 – Educação no Brasil – ano 2000



Fonte: Atlas da exclusão social do Brasil (CAMPOS et al., 2003).

No ano 2000, os estados do Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e Mato Grosso do Sul demonstraram um aumento no índice de escolaridade em relação ao ano de 1980, enquanto os estados de Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo recuaram da faixa 0.6-1.0 para 0.4-0.5. Em uma média geral, o acesso à educação no Brasil melhorou desde 1960.

Os indicadores de pobreza (Figura 7), desigualdade social (Figura 8) e violência (Figura 9) obtiveram uma melhora significativa entre os anos 1960-1980, mas se agravaram nas duas últimas décadas do século XX. O crescimento

econômico-social que o Brasil experimentou nas décadas de 1960 e 1970 não se sustentou nas duas décadas seguintes.

Figura 7 – Pobreza no Brasil – ano 2000



Figura 8 – Desigualdade Social no Brasil – ano 2000



Figura 9 – Violência no Brasil – ano 2000



Os mapas da desigualdade social (Figura 8) e da pobreza (Figura 7) revelam que, a partir de 1980, o Brasil piorou seus índices sociais. O descaso político das condições sociais no país produziu uma população que fica à margem da produção material e do consumo dos bens e direitos da sociedade. Em 1980, as regiões sul, sudeste, centro-oeste e norte do país apresentavam um baixo índice de desigualdade social, mas, em 1999, a desigualdade e a pobreza voltaram a se espalhar por esses territórios. Observando-se o quociente entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres (razão 10/40), o Brasil destaca-se como o mais desigual dentre todos os países do mundo (Tabela 13). Enquanto na Holanda e Japão, a renda dos 10% mais ricos não chega a cinco vezes a renda dos 40% mais pobres; a Argentina apresenta um índice em torno de 10 vezes; o Nepal atinge índice igual a 15 vezes; a Costa do Marfim alcança índice de 20 vezes; e o Brasil depara-se com um índice de **27 vezes**. Ainda, comparando-se a renda média dos 20% mais ricos com a dos 20% mais pobres (razão 20/20) a diferença é maior ainda: Eslováquia – 2,5 vezes; Índia – 5 vezes; Dinamarca – 7 vezes; Austrália – 9,6 vezes; Rússia – 14,5 vezes; Panamá – 29,9 vezes; **Brasil – 32,1 vezes** (VILELA, 1999).

Tabela 13 – Quociente entre rendas médias, em 1999

País	Razão 10/40*	País	Razão 20/20**
Holanda	5***	Eslováquia	2,5
Japão	5***	Índia	5
Argentina	10***	Dinamarca	7
Nepal	15	Austrália	9,6
Costa do Marfim	20	Rússia	14,5
Brasil	27	Panamá	29,9
		Brasil	32,1

Fonte: Congresso Nacional (VILELA, 1999)

(*) Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres.

(**) Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres.

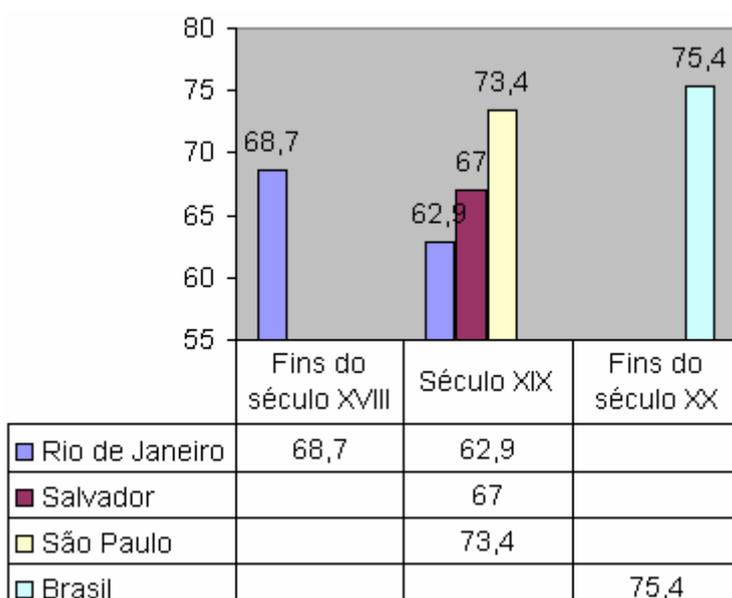
(***) Dados aproximados.

O mapa da pobreza no Brasil (Figura 7) testemunha o abandono da população carente nos últimos anos. Aumentou a quantidade de pessoas vivendo em domicílios inadequados (com mais de dois moradores por dormitório) ou em

áreas de aglomerados sub-normais (favelas). Em 1970, a cidade de São Paulo contava, aproximadamente, com 1% de sua população morando em favelas. Este percentual aumentou para 8% em 1987 e chegou a 19,4% em 1993 (CAMPOS et al., 2003). No ano 2000, o estado do Rio de Janeiro abrigava 19% dos fluminenses (2,8 milhões de pessoas) sob condições habitacionais inadequadas, a maior percentagem dentre as outras unidades federativas do Brasil (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2004). Segundo a revista Carta Capital (2005, p. 35), dos 40 milhões de domicílios registrados no país, 10 milhões são considerados insalubres – casebres, cortiços, favelas – e destes, 2 milhões não possuem energia elétrica.

A desigualdade social no Brasil vem se arrastando e crescendo pelos anos. Segundo o Censo 2000 do IBGE (2001a), famílias ricas são aquelas que possuem renda mensal acima de 10.982 reais, são 1.162.164 de famílias em todo o país (2,4% do total). Em 1980, as famílias ricas concentravam 20% da renda disponível no país, este percentual subiu para 33% em 2000 (POCHMANN et al., 2004).

Tabela 14 – Participação dos 10% mais ricos na riqueza total brasileira (em %) , 2004



Fonte: Atlas da exclusão social do Brasil (POCHMAN et al., 2004)

De acordo com a Tabela 14, a desigualdade social é histórica no Brasil, pois data do período colonial. Em finais do século XVIII, o Rio de Janeiro era a cidade mais importante da colônia e, por isso, os 10% mais ricos daquela cidade detinham 68,7% da riqueza total brasileira. Durante o século XIX, o poder econômico variou entre as cidades: Rio de Janeiro – 62,9%; Salvador – 67% e São Paulo – 73,4%. Nos últimos 200 anos, as políticas de geração e distribuição de riquezas não conseguiram tomar medidas efetivas no combate à desigualdade, como mostra a Tabela 14, uma vez que o índice de desigualdade aumentou: os 10% mais ricos do Brasil concentravam 75,4% da riqueza total.

A desigualdade nutre-se dos benefícios que o capitalismo concede a uns e renega a muitos em diferentes níveis: países, setores, economias, segmentos sociais, por exemplo, as entidades de alfabetização e educação são qualitativamente melhores nas regiões mais ricas das cidades (CAMPOS et al., 2003). Cursos de idiomas, computação e pré-vestibulares são privilégios dos mais abastados, criando-se uma manutenção de conhecimento aos indivíduos do segmento social de maior poder aquisitivo (BOURDIEU, 1974). A violência está mais presente em regiões carentes, geralmente à deriva do policiamento ostensivo ou de mecanismos de auto-prevenção como alarmes de domicílio, seguros de carro ou roubo em domicílio.

Assim, a exclusão social como um todo não pode ser concebida “fundamentalmente como uma conseqüência do fracasso na trajetória individual dos próprios excluídos, incapazes de elevar a escolaridade, de obter uma ocupação de destaque e de maior remuneração, de constituir uma família exemplar, de encontrar uma carreira individual de sucesso, entre outros apanágios da alienação da riqueza” (POCHMANN et al., 2004, p. 10). A exclusão social relaciona-se com uma conduta política capitalista que tem a desigualdade por essência e, por esse motivo, abarca uma maior preocupação com a perpetuação de seus rendimentos lucrativos e sustentação de seu *status*. A criação de oportunidades de crescimento econômico, profissional e educacional

direcionada à população carente e trabalhadora conserva-se em segundo plano.

Dentre as diferentes frentes de combate à exclusão social, pobreza e desigualdade, o trabalho remunerado aparece como uma das opções mais importantes, não apenas como garantia de renda mensal (salário) e sustento, mas também como atividade de relações e realizações pessoais que resgata a identidade do ser humano e atua determinantemente na construção de sua subjetividade²³, de sua transformação em ser social (vide próxima seção).

Entretanto, a precarização das relações de trabalho respaldada na péssima fiscalização estatal ou no incentivo ao emprego temporário, a intensificação do trabalho por meio das novas formas de produção e a desagregação dos trabalhadores em luta por seus direitos, mediante a atual organização do trabalho, colaboram, não para um desenvolvimento do quadro brasileiro de pobreza e desigualdade, mas ao agravamento da situação. Singer (1999, p. 7;23) alerta que o mundo globalizado “está nos mandando quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras” e que o desemprego estrutural, decorrente da globalização, não necessariamente aumenta o número de desempregados no mundo, mas colabora para a deteriorização do mercado de trabalho, o que prejudica quem dele depende para vender sua força de trabalho.

O fantasma do desemprego ronda a vida de todos os trabalhadores. Esses preferem uma situação de exploração e alienação de seu trabalho, ao invés de se depararem com a falta de emprego. Lidar com as vicissitudes da vida, o sustento familiar, lazer, serviços de saúde e educação adequados aos filhos são tarefas inimagináveis para qualquer chefe de família (homem ou mulher) desvinculado de uma renda mensal (algum tipo de salário). Por esse motivo ocorre a sujeição do indivíduo a qualquer atividade remunerada, não importando o grau de exploração ou de alienação. Torna-se uma questão de sobrevivência.

²³ Nos capítulos 2 e 4, seções 2.2 e 4.3, respectivamente, encontram-se as teorias que sustentam a importância do trabalho e sua participação no processo de subjetivação do indivíduo.

Contudo, a taxa de desemprego no mundo e no Brasil tem traduzido as dificuldades de participação no mercado de trabalho por parte da população economicamente ativa. Segundo o *International Labour Office* (2004), a média mundial de desemprego foi de 6,2% (185,9 milhões de pessoas), em 2003. Conforme tabelas a seguir, o Brasil apresentou uma média de 12,3% de sua população economicamente ativa desempregada, quase o dobro da média mundial em 2003 (6,2%), um terço a mais que a média da América Latina e Caribe (8,0%).

Tabela 15 – Taxa de desemprego mundial em 2003 (%)

Região	Taxa de desemprego (%)
Mundo	6,2
Leste da Ásia	3,3
Sudeste da Ásia	6,3
Sul da Ásia	4,8
Europa	9,2
América Latina e Caribe	8,0
África Sub-Saahara	10,9
Centro-Leste e Norte da África	12,2

Fonte: International Labour Office (2004)

Tabela 16 – Taxa de desemprego no Brasil

Região	Taxa de desemprego (%)		
	2002	2003	2004
Brasil	11,7	12,3	11,5

Fonte: Diário ONLINE (2004b) e Portal Exame (2004)

O desemprego no Brasil parece invadir de forma descontrolada a vida de milhões de brasileiros (11,5%). Quando existe emprego, entretanto, este segue a estratégia capitalista de redução de custos e enxugamento dos quadros de funcionários, sobrecarregando os profissionais remanescentes: “É tudo uma questão de custo, a grande brincadeira da indústria automobilística é redução de custo” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005), “... esse ano. Eles pediram a auditoria muito alta. Então, tem que sair quase 100% e dobrou a produção. (...) Apesar de que nós estamos trabalhando quase todo domingo” (PAIXÃO, 2003, Entrevista nº 8 com Trabalhador da Indústria, ago.

2004). As tarefas dos trabalhadores são complexificadas, controladas e intensificadas por máquinas e novas tecnologias: “... um veículo novo, isso é um projeto novo. O **sistema** coloca as necessidades e todas as equipes que vão estar trabalhando, vão tentar atender àquelas necessidades [postas pelo sistema].” (KAFROUNI, 2003, Entrevista nº 10 com Analista de desenvolvimento, nov. 2004). As formas contratuais são simplificadas e flexibilizadas pelo modelo atual de organização do trabalho em condições de precarização e desregulamentação do trabalho.

Essa situação deixa o trabalhador sem alternativas. Se, por um lado, o desemprego, a ausência de um trabalho remunerado, a falta de renda e as dificuldades para seu sustento não o identificam como sujeito, por outro, um trabalho alienado, polivalente, mal remunerado e intenso lhe consome a energia para as suas atividades pessoais, familiares e de lazer após o expediente, conforme os relatos: “Se você entrevistar todas elas [pessoas da linha de produção], perguntar assim: o que vocês fazem depois de chegar em casa? 95% vai dizer assim: ó, eu chego em casa, ou vou dormir, ou tomo banho, um café e fico descansando até na hora da janta. Daí janto e vou dormir.” (CIMBALISTA, 2005, Entrevista nº 16 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005). “Durmo no ônibus [voltando do dia de trabalho] e sinto dores musculares, sinto dores no corpo, chego mal humorado” (CIMBALISTA, 2005, Entrevista nº 14 com Trabalhador da Indústria, jun. 2005).

A BBC Brasil (2004) noticiou que o país com a maior economia mundial, o EUA, aumentou a precarização do trabalho em seu território com a política de contratações por prazo determinado e salários menores. Bourdieu (1998, p. 51) alerta para o perigo do *social dumping*, onde países de fracas proteções sociais e baixos salários conseguem vantagens na concorrência do mercado, mas influenciam todos os que querem participar da competição a repetirem o exemplo de desproteção social ao trabalhador. No dia seis de julho de 2004, A Microsoft, empresa que domina o mercado de informática, declarou

que “... deverá poupar cerca de US\$ 1 bilhão no ano fiscal de 2005²⁴, por meio de corte de custos e maior eficiência dos empregados” (IDG NOW, 2004). Este é o comportamento utilizado pelas empresas que pretendem se inserir e disputar negócios no mercado econômico de hoje, enquanto os trabalhadores são a massa de manobra das estratégias capitalistas, como afirma Gounet (1999, p.9): “... o capitalismo se nutre fundamentalmente da exploração dos trabalhadores. Quanto mais a crise se agrava, mais os empresários tentam recuperar, às custas dos trabalhadores, os lucros que perdem com as quedas das vendas”. Por essa ótica do empresariado, os planos capitalistas dão certo, em janeiro de 2005 a Microsoft anunciou faturamento e lucro recordes para o primeiro trimestre do seu ano fiscal, com uma receita de 10.82 bilhões de dólares e um lucro operacional de 4.75 bilhões de dólares (MICROSOFT, 2005).

A indústria automotiva brasileira também se beneficia desse modelo de organização produtiva, pois hoje ela produz mais, exporta mais e vende mais, conforme dados nesta seção. Frente a todas essas afirmações, ela se apresenta como uma vitrine que transparece a atual lógica da organização produtiva capitalista. Fornece dados comprobatórios que deixam à luz, as contradições e problemas sociais explanados ao longo do texto.

Da época de Ford até hoje, a indústria automobilística atuou como modelo de métodos produtivos (tecnologia, maquinaria, organização empresarial, estratégias de marketing, métodos de produção) e assim, expandiu suas técnicas pelos demais setores de produção. Além disso, é responsável pelas principais fatias de exportação, mercado interno, postos de trabalho e produção nacional (PIB). Em 2003, eram 27 indústrias espalhadas pelo território nacional: São Paulo – 11; Paraná – 4; Rio Grande do Sul – 4; Minas Gerais – 3; Rio de Janeiro – 2 (ANFAVEA, 2003). Uma vez juntas, estas empresas criam os maiores produtos industriais do país. A Tabela 17 mostra um subconjunto da listagem dos

²⁴ O ano fiscal de 2005 da Microsoft vai de julho de 2004 a junho de 2005.

100 maiores produtos e/ou serviços industriais do Brasil, ordenados por seu valor total de vendas. Observa-se que desses 100 produtos ou serviços industriais, pelo menos 15 são diretamente relacionados à indústria automobilística.

Tabela 17 – Os 100 maiores produtos e ou serviços industriais – Brasil, 2002

Descrição dos Produtos *	Posição **		
	2003	2002	2001
Gasóleo (óleo diesel)	1	1	1
Automóveis, jipes e camionetas para o transporte de passageiros, com motor de ignição por faísca, de cilindrada menor ou igual a 1 000 cm ³	2	2	4
Automóveis, jipes e camionetas para o transporte de passageiros, com motor de ignição por faísca, de cilindrada maior que 1 500 cm ³ e menor que 3 000 cm ³	3	4	3
Gasolina automotiva	5	3	2
Fuel-oil (óleo combustível)	10	12	11
Peças e acessórios para o sistema de motor (blocos de cilindro, virabrequins, carburadores, válvulas, injeção eletrônica, etc.)	16	21	23
Veículos para o transporte de mercadorias, com motor diesel, de capacidade máxima de carga (cmc) superior a 5 t	29	27	30
Peças e acessórios para veículos automotores, não especificados (airbag - dispositivo de ar para segurança)	43	71	58
Pneumáticos novos de borracha, usados em ônibus e caminhões	44	50	49
Tratores agrícolas (motocultores)	50	63	-
Motores de explosão e combustão interna, de cilindrada superior a 1 000 cm ³ - exceto diesel	54	-	-
Motores diesel e semidiesel para veículos rodoviários para ônibus e caminhões	71	77	85
Chassis com motor para ônibus	72	62	60
Pneumáticos novos de borracha, usados em automóveis	73	79	69
Caminhão-trator para reboques e semi-reboques (truck rodoviário)	92	103	103
Carrocerias para ônibus	93	84	87

Fonte: IBGE (2002)

(*) Foram selecionados apenas os produtos automotivos ou relacionados ao gênero.

(**) Essa coluna reflete o *rank* dentro todos os 100 produtos listados pelo IBGE, ordenados por seu valor total de vendas.

As primeiras posições da tabela variaram entre os produtos gasolina e automóvel, ou seja, produtos industriais diretamente ligados aos veículos automotivos lideram o *rank* dos 100 maiores produtos do Brasil. De uma maneira geral, o posicionamento dos produtos em 2003, listados na tabela acima, melhorou em relação aos anos anteriores.

A produção, exportação e venda interna de veículos automotores seguem um caminho crescente durante os anos, como mostram as tabelas abaixo.

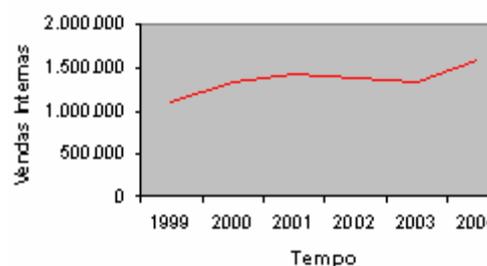
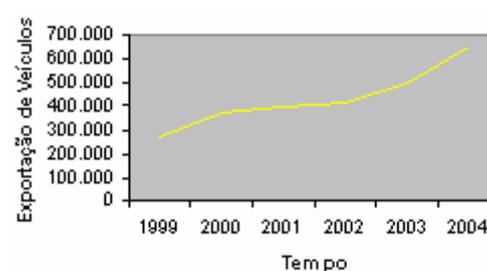
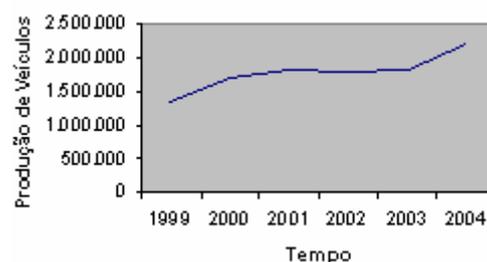
Tabela 18 – Produção, exportação e venda interna de veículos automotivos (em unidades) – Brasil

Ano*	Produção	Exportação	Venda
1999	1.356.714	274.799	1.078.215
2000	1.691.240	371.299	1.315.303
2001	1.817.116	398.782	1.422.966
2002	1.791.530	416.145	1.383.232
2003	1.827.038	503.315	1.314.882
2004	2.210.741	649.568	1.564.169
2005**	567.955	174.101	365.371

Fonte: ANFAVEA (2005), Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (2004)

(*) O ano de 2005 não aparece nos gráficos.

(**) Total até março de 2005.



No período de 1999 a 2004, a variação percentual da produção, exportação e venda interna de veículos automotivos foi de 62.9%, 136.6% e 45%, respectivamente. Em 2004, o Brasil exportou mais, dobrando o número de carros produzidos em 1999. Em um espaço de cinco anos vendeu e produziu uma vez e meia a mais que em 1999. Os gráficos ao lado da Tabela 18 exibem a trajetória ascendente da produtividade industrial automotiva no Brasil.

No ano de 2003, as exportações atingiram US\$ 73.393 milhões FOB²⁵, aumentando 21,23% em relação ao ano anterior. Desse crescimento percentual, três produtos lideraram as exportações no ano de 2003: soja – 5,85%, minério de

²⁵ F.O.B. – Free on board. Livre de despesas até chegar ao navio para ser embarcado.

ferro – 4,74% e **automóveis de passageiros** – 3,62% em terceiro lugar (SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, 2005).

No ano de 2004, as exportações foram de US\$ 97.193 milhões FOB, 32% superior ao ano de 2004 e 60,5% maior que o ano de 2003 (vide Tabela 19). Os três produtos principais exportados naquele ano foram: **materiais de transporte** com 16,6% das exportações, produtos metalúrgicos – 10,7% e complexo soja – 10,4%.

Tabela 19 – Valores de exportação (US\$ em milhões) – Brasil

Ano	Valor Exportação (US\$ em milhões)
2002	60.540
2003	73.393
2004	97.193

Fonte: Secretaria da Receita Federal (2005)

O estado do Paraná possui três indústrias automotivas: Renault, Volvo²⁶ e Volkswagen-Audi ²⁷. A análise dos dados da Tabela 20 revela um elevado crescimento na relação entre o ano 2004 e 1999.

²⁶ A Volvo possui fábricas em outros estados brasileiros: São Paulo – Pederneiras e Paraná – Curitiba (ANFAVEA, 2005).

²⁷ A Volkswagen possui fábricas em outros estados brasileiros: São Paulo - São Bernardo do Campo, Taubaté e São Carlos, Paraná - São José dos Pinhais e Rio de Janeiro – Resende (ANFAVEA, 2005).

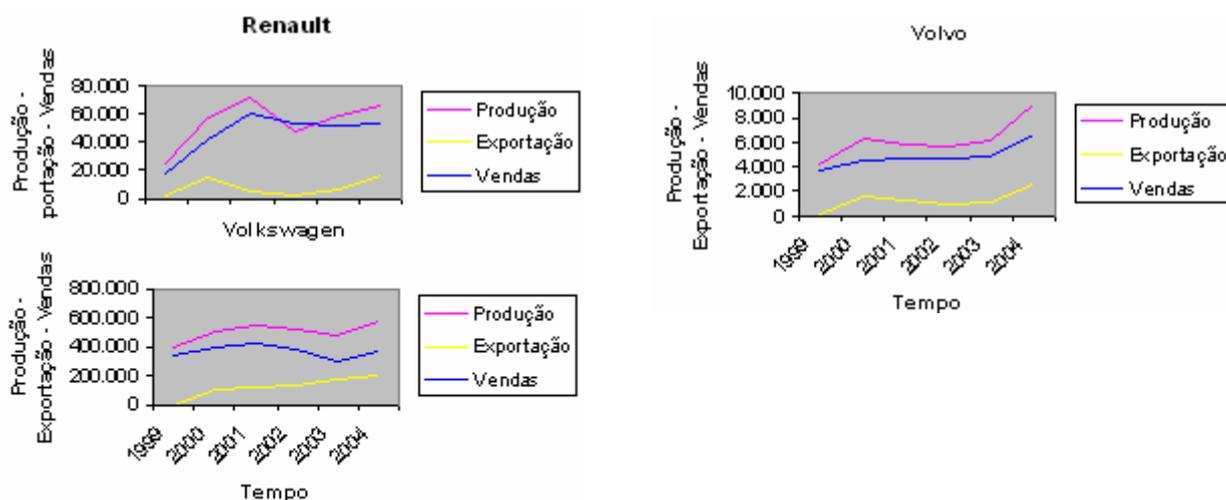
Tabela 20 – Produção, exportação e venda interna de veículos automotivos produzidos por empresas com sede ou filial no Paraná (em unidades) – Brasil

Ano*	Empresas								
	RENAULT DO BRASIL AUTOMOVEIS S.A.			VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA.			VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA.		
	Produção	Exportação	Vendas	Produção	Exportação	Vendas	Produção	Exportação	Vendas
1999	24.809	1.903	18.058	4.176	709	3.682	389.971	52.864	337.413
2000	58.083	14.459	42.189	6.272	1.558	4.640	509.453	114.714	394.502
2001	71.108	5.507	60.463	5.854	1.301	4.723	541.654	121.049	423.376
2002	48.040	2.490	53.786	5.512	961	4.677	517.587	138.638	376.556
2003	58.606	6.857	52.423	6.147	1.192	4.908	470.198	166.577	304.426
2004	66.645	16.804	53.421	9.173	2.632	6.527	574.440	209.741	368.602
2005**	17.564	3.506	11.492	2.433	651	1.656	147.236	53.649	86.891

Fonte: ANFAVEA (2005), Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior (2004)

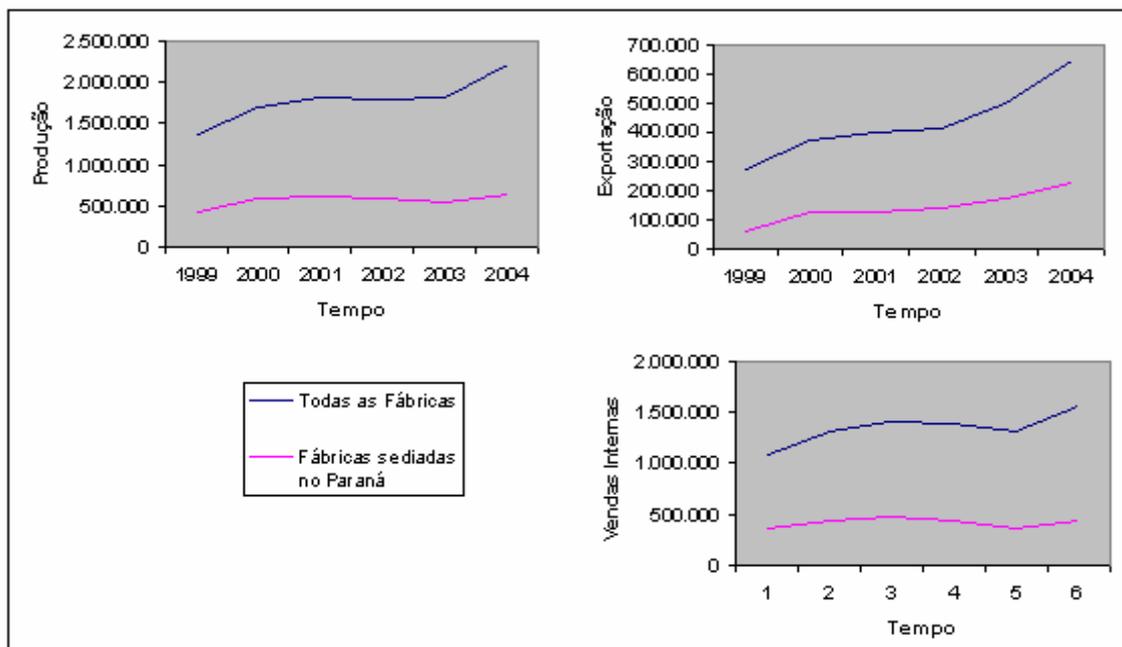
(*) O ano de 2005 não aparece nos gráficos.

(**) Total até março de 2005.



A produção, exportação e venda interna de veículos dessas três indústrias, variou 55.2%, 313.1% e 19.3%, respectivamente, em sincronia com a tendência das demais indústrias automotivas no Brasil (vide quadro geral, Tabela 18). Os gráficos apresentados na Figura 10 mostram como as curvas de crescimento dos índices de produção, exportação e venda interna foram semelhantes.

Figura 10 – Comportamento das fábricas de automóvel com sede no Paraná



Fonte: ANFAVEA (2005)

Assim, a indústria automobilística confirma-se como um segmento produtivo do Brasil, apresenta-se como um modelo de organização flexível copiado pelos demais setores econômicos do país, mas também como área para o estudo dos efeitos dessa organização produtiva flexível sobre o mundo da vida e do trabalho. Os dados estatísticos apresentados nessa seção contribuem para uma ratificação de sua importância no meio econômico e nas discussões sociais que envolvem o Brasil, porque ao passo que os valores percentuais da exportação, fabricação e venda aumentam, conforme Tabela 18, os benefícios sociais imiscuídos ao avanço produtivo diminuem. Se, por um lado, a produção de riquezas se desenvolve bem, por outro, o país produz cada vez mais problemas sociais, como: desemprego, pobreza, desigualdade e exclusão social.

Dos 65 milhões de trabalhadores ocupados no ano de 2000 (IBGE, 2001a), 37 milhões recebem menos de dois salários mínimos, ou seja, 57% da população empregada no Brasil recebe menos que 600,00 reais por mês para sustentar a si e sua família. Em 2004, a desigualdade salarial permanece, enquanto as empresas brasileiras aumentam suas vendas e produtividade,

conforme mostram os dados da Tabela 18. No primeiro semestre de 2004, 61.2% dos trabalhadores foram contratados com um salário inferior a dois salários mínimos (vide Tabela 21).

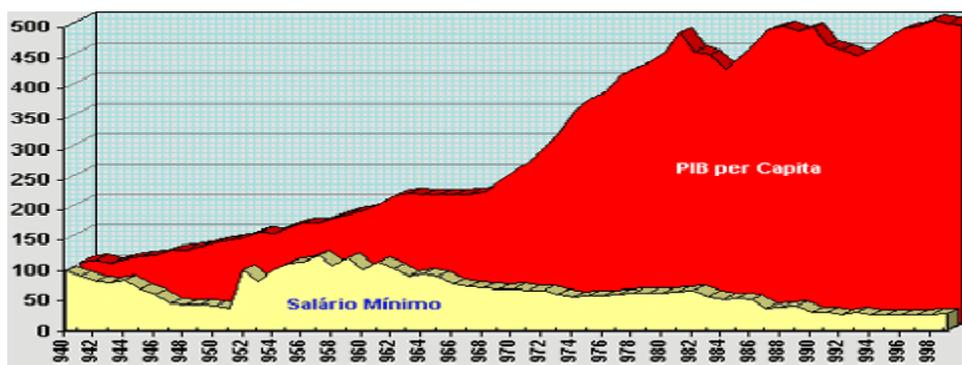
Tabela 21 – Contratações por faixa salarial – 1º semestre de 2004 – Brasil

Salário Mínimo	Nº de pessoas	%
de 1 a 1,5	2.200.000	38,7
de 1,5 a 2	1.300.000	22,5
de 2 a 3	996.700	17,4

Fonte: Estudo do Dieese com dados do CAGED, (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004)

Desde que foi criado, em 1940, o salário mínimo passa por um processo de alargamento entre seu poder de compra e o do PIB *per capita*. Conforme a figura 11, na década de 1950, o poder de compra do salário mínimo acompanhava o PIB *per capita* brasileiro. A partir da década de 1960, suas trajetórias tomam rumos invertidos; o poder de compra do PIB *per capita* continua aumentando, reflexo do aumento da produção no país, e o alcance do salário mínimo passa a diminuir, devido às políticas de arrocho salarial implantadas pelas empresas e governo.

Figura 11 – Relação entre o poder de compra do salário mínimo e do PIB per capita



Fonte: Dieese (2005)

Mesmo diante do crescimento produtivo apresentado pelas indústrias automotivas, das exigências profissionais e educacionais, da polivalência e sobrecarga de trabalho, o trabalhador ainda enfrenta o encurtamento do poder de compra de seu salário e o enxugamento de postos de trabalho, ditados pela meta

“custos baixos – produção alta” da organização produtiva flexível nos moldes toyotistas à brasileira. A Tabela 22 mostra a erosão dos postos de trabalho nas indústrias automotivas, ao mesmo tempo em que cresce a produção, exportação e venda interna de veículos.

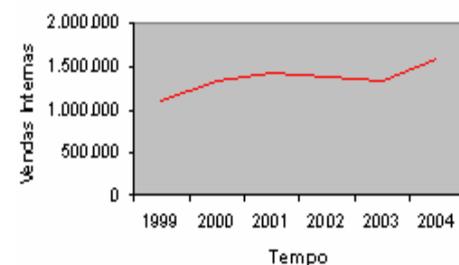
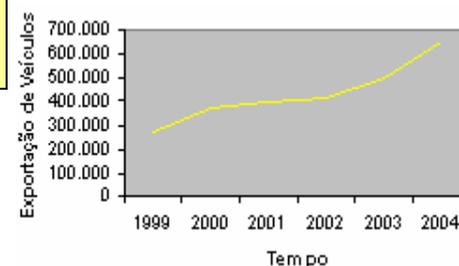
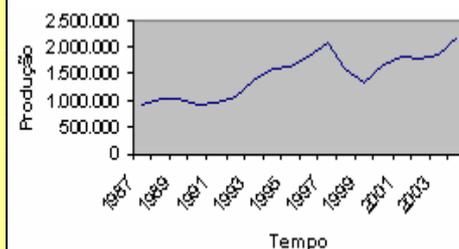
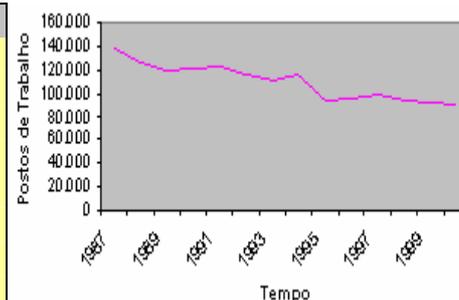
Tabela 22 – Postos de Trabalho, produção, exportação e vendas na indústria automobilística – Brasil

Ano*	Empregos	Produção	Exportação	Venda
1987	141.408	920.071	-	-
1988	-	1.068.756	-	-
1989	-	1.013.252	-	-
1990	138.374	914.466	-	-
1991	124.859	960.219	-	-
1992	119.292	1.073.861	-	-
1993	120.635	1.391.435	-	-
1994	122.153	1.581.389	-	-
1995	115.212	1.629.008	-	-
1996	111.460	1.804.328	-	-
1997	115.349	2.069.703	-	-
1998	93.135	1.586.291	-	-
1999	94.472	1.356.714	274.799	1.078.215
2000	98.614	1.691.240	371.299	1.315.303
2001	94.055	1.817.116	398.782	1.422.966
2002	91.533	1.791.530	416.145	1.383.232
2003	90.807	1.827.038	503.315	1.314.882
2004	-	2.210.741	649.568	1.564.169
2005	-	567.955**	174.101**	365.371**

Fonte: ANFAVEA (2005)

(*) O ano de 2005 não aparece nos gráficos.

(**) Total até março de 2005.



De acordo com os gráficos apresentados ao lado das tabelas, o único que apresenta trajetória descendente é o dos postos de trabalho. Os trabalhadores perderam seus empregos, ao mesmo tempo em que a produção cresceu 140,2%, em relação a 1987, superou as vendas em 45% e exportou 136,6% a mais que em

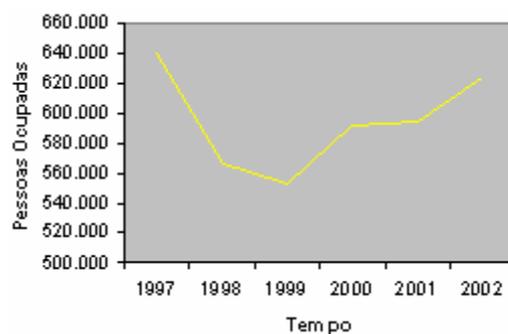
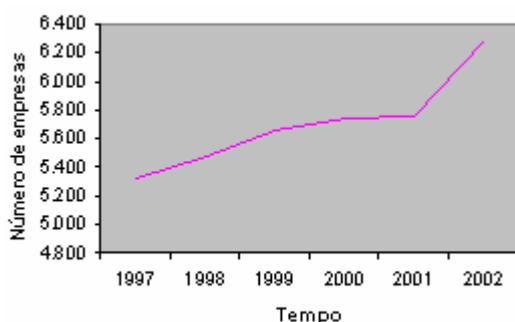
1999. Isso mostra a reprodução da desigualdade social e de classes no país, como analisado na seção 5.2.

Quanto aos números das empresas relacionadas à indústria automobilística, sejam montadoras, fornecedores ou fabricantes de peças, há um crescimento acanhado dos postos de trabalho a partir de 2000, depois de uma queda de 14% no período anterior. Quando analisados com mais atenção, entretanto, os números da Tabela 23 mostram que em 1997, a quantidade de empresas relacionadas à indústria automotiva era de 5.313, com um corpo de trabalhadores de 640.752. Em 2002, eram 6.289 empresas com 623.498 trabalhadores. Ou seja, em seis anos o número de empresas aumentou 18,3%, enquanto seus postos de trabalho encontram-se **3% abaixo** do total de empregos existentes no setor em 1997.

Tabela 23 – Empresas e pessoal ocupado por grupo de atividades – Brasil

Grupo de Atividades	1997		1998		1999		2000		2001		2002	
	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12	Nº de empresas em 31.12	Pessoal ocupado em 31.12
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	2.344	301.722	2.462	263.721	2.530	257.133	1.579	274.428	2.555	273.322	2.773	285.241
Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários	13	93.999	12	70.487	18	73.767	17	71.388	23	69.564	25	68.648
Fabricação de caminhões e ônibus	11	21.867	10	18.699	13	18.629	10	19.409	13	20.747	13	18.978
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques	522	32.917	595	32.047	608	28.361	619	32.269	614	35.498	627	35.770
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	960	136.310	1.052	127.844	1.103	123.343	1.167	138.025	1.193	135.009	1.364	149.012
Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores	837	16.628	793	14.644	788	13.032	766	13.337	713	12.503	744	12.834
Fabricação de outros equipamentos de transporte	626	37.309	562	38.614	593	38.806	583	41.973	642	47.550	743	53.015
Total	5.313	640.752	5.486	566.056	5.653	553.071	4.741	590.829	5.753	594.193	6.289	623.498

Fonte: IBGE (2002)



O aumento de empresas periféricas à indústria montadora de veículos tem relação com o processo de produção flexível implantado no Brasil. Hoje, a indústria automotiva terceiriza a produção de peças e confia no plano de fornecimento das empresas integradas para alimentar a sua linha de produção, conforme relata um analista de logística:

Algumas peças a gente tem um programa que tem que ser cumprido em cada semana, assim, 1.000 peças por dia. Às vezes tem uma variação de 1.000 – 1.500 – 2.000 – 500 – 1.000. Só que o fornecedor tem que cumprir o contrato que é o programa, se ele não entregar naquela semana, aquela quantia de peças, ele fica em atraso. (...) E eu tenho que abastecer a linha completa, eu ligo pro fornecedor e digo: ‘Meu amigo! Você está em atraso comigo. Tenho que produzir os carros e você tem um programa aí (...) Eu preciso da peça hoje.’”(CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005).

Foi, então, a própria flexibilização da produção que proporcionou a multiplicação das empresas fornecedoras. Ao contrário do que se alega, a indústria automotiva flexível não transferiu seus postos de trabalhos extintos, visto pelos dados da Tabela 23 e seu gráfico que mostra, em 2002, um número menor de empregos que em 1997 e desproporcional ao crescimento de empresas. Isso acontece porque as fornecedoras de peças nasceram com a lógica da redução de custos incorporada, reproduzem a polivalência, a sobrecarga, as exigências profissionais e educacionais sobre seus trabalhadores, da mesma forma que a indústria automobilística, compradora de seus produtos, aplica nos seus.

Os contrastes sociais apresentados são a precipitação de duas civilizações dentro de uma mesma civilização humana. De um lado, tem-se o grupo de países que dirige a ordem econômica, estipula a cadência da racionalidade capitalista e produz a tecnologia que se alimenta de ciência. Do outro lado, os países que dependem economicamente do primeiro grupo, que não dispõem de recursos financeiros e estruturais para a produção de uma tecnologia efetiva, para ser utilizada em larga escala. A interação polarizada entre as

duas civilizações é revestida de dominação e poder, na batida da racionalidade instrumental capitalista e recoberta de ideologia dominante. “A expansão do capitalismo é acompanhada pela acumulação da riqueza de um lado e da miséria de outro”, na expressão de Carvalho (1998, p. 95). A interpretação dos supostos paralelos “progresso técnico capitalista” e “progresso social” que possam vir a se cruzar um dia, não é comprovada nem pela matemática, nem pela constatação dos dados levantados nesse capítulo. Resgatando-se o primeiro parágrafo da seção 3.1, percebe-se que é uma questão de escolha política e/ou de ponto de vista, ou como argumentam Salomon, Sgasti e Sachs-Jeantet (1993, p. 9): uma questão de “cifras escolhidas pelos economistas com o propósito de calcular o crescimento do Produto Interno Bruto e da produtividade”.

É preciso, então, questionar o “progresso produtivo capitalista” em termos sociais. Os dados apresentados nesta seção corporificam as ameaças do mundo sistêmico sobre o mundo da vida, discutido no capítulo 4. A alta produção industrial, o vigor apresentado nas exportações e o grande volume de vendas fazem o contraste com um Brasil de desigualdades, baixos salários, desemprego, pobreza e exclusão social. O resgate do trabalho sujeito da subjetivação individual, aliado à percepção dos contrastes sociais no Brasil e no mundo, abre caminho ao surgimento do ser humano como ser-social.

5.2 O SER SOCIAL E O SER DO CAPITAL

Em 1843, Marx (1974, p. 16) já afirmava que “o indivíduo é o ser social”, mas pensar a constituição do ser social no início do século XXI tem os mesmos elementos e cenário que há 160 anos? As influências de uma racionalidade técnica-instrumental capitalista sobre o mundo da vida, invadindo-o e desumanizando-o, composto de trabalhadores que se (a)sujeitam a qualquer trabalho, desde que remunerado, permeiam e interferem na formação do ser social. Dessa maneira, é preciso repensar sua constituição sobre a atual

organização do trabalho e da produção flexíveis. A presente seção lança uma nova questão: o ser social, capaz de auto-realização, estaria se transfigurando em uma espécie de “ser do capital”?

O objetivo deste texto é caracterizar, ambientalizar, responder e estender a pergunta formulada por meio da reflexão, análise e crítica sobre a sociedade capitalista contemporânea, sustentando-se nos quadros teóricos e dados concretos apresentados nos capítulos anteriores.

A sociabilidade do ser humano é indissolúvel à sua essência. Mesmo quando pensa, trabalha e produz individualmente, o homem é social. Isso porque suas atividades são executadas por seu ser inserido no meio social, com a consciência dele como um ser gregário. “A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica” (MARX, 1974, p. 16). A luta pela sobrevivência de sua família, o medo do desemprego e da miséria, o esforço diário em seu trabalho, a corrida pela qualificação profissional e educacional exigidas para o desempenho no mercado de trabalho hoje, como exemplificado nas entrevistas com trabalhadores na seção 2.3, não são atitudes individuais isoladas; ao contrário, são formas de produzir e reproduzir a vida em sociedade. A exteriorização de suas atividades, coletivas ou individuais, traduz-se na exposição de suas ações à sociedade, na confirmação da vida social.

Uma vez mais Marx (1977), em 1859, contribuiu para a compreensão do ser social e da construção de sua consciência, ao afirmar que são as condições da vida material do ser social que determinam e constroem a sua consciência. O ser social é uma produção da natureza humana e só ocorre porque os homens se associam para produzir materialmente a existência. “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (Idem, p. 301). Constata-se,

assim, que o ser é uma construção social que depende do confronto entre as relações sociais de produção e as forças produtivas, da composição em classes sociais, e da posição deste ser frente aos contrastes da vida em sociedade. Logo, a igualdade ou paridade genérica do ser social que se vai constituindo é, também, fruto das desigualdades sociais.

Em primeiro lugar, é preciso entender o conceito marxista de classe social em correspondência com a forma de se produzir hoje, compreender a maneira como o trabalho se apresenta aos indivíduos no começo do século XXI. Em seguida, será possível trazer a crítica de um ser social que pertencendo a uma classe de trabalhadores, imersa na racionalidade técnica instrumental e, sem alternativa, permite que se agreguem características do capitalismo à constituição do ser social.

Do ponto de vista marxista, classe social não é a mesma coisa que estratificação social. Esta considera um grupo de indivíduos segundo sua renda mensal acumulada e seu *status* social, enquanto que para o marxismo, “a divisão da sociedade em classes deve ser definida pelo seu lugar no processo de produção” (LUKÁCS, 1989, p. 59). O conceito de classe social em Marx corresponde à posição do indivíduo frente ao processo produtivo e não à escala de acumulação de riqueza e prestígio sociais. Essa conceituação coloca, de um lado, os capitalistas, proprietários de terras e de equipamentos, ou seja, os donos dos meios materiais de produção e, de outro, os proprietários apenas da sua força de trabalho. A divisão da sociedade em classes permite a existência de uma divisão social básica e fundamental do trabalho, que pode ser explicada pela relação imposta entre capital e trabalho. Compreender essa relação significa explorar o ponto chave para o entendimento da sociedade moderna que enevoa a divisão em classes, como também permite chegar à raiz das críticas à racionalidade capitalista e ao trabalho alheio à construção da subjetividade do ser humano.

A relação capital-trabalho, que se traduz no conflito entre os

proprietários dos meios materiais de produção e os proprietários da força de trabalho, é imposta aos indivíduos sem levar em conta suas preferências. Marx (1977, p. 24) apreende a essência dessa relação quando escreve que “na produção social da sua existência, os homens entram em determinadas relações, necessárias, **independente da sua vontade** [grifo meu], relações de produção que correspondem a certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”. As formas e técnicas de administração da produção, o “progresso” da ciência tecnológica focado ao avanço do capital e a dominação de uma racionalidade capitalista instrumental sobre o mundo da vida representam o desenvolvimento das forças produtivas que determinam o modo e as relações de produção sobre os trabalhadores.

A apropriação da força de trabalho humana pelo capitalista coloca em xeque as possibilidades do ser social. A força de trabalho não é apenas dispêndio de energia física, mas também é a única que produz valor ao criar mercadorias para a troca ou uso. A união dos meios de produção, pertencente ao capitalista, com a força de trabalho, pertencente aos trabalhadores, constitui a relação que produz mercadorias excedentes para o mercado. Mas esta é uma relação de apropriação, porque a cooperação/associação entre capitalistas e trabalhadores só tem validade no momento de produção da mercadoria, de prestação do serviço; na hora de distribuir o valor produzido há uma desigualdade, ocorre uma desproporção na repartição do valor produzido.

O capitalista repassa ao trabalhador um salário que não corresponde a todo o tempo trabalhado, apropria-se do valor maior agregado ao produto, ou seja, apropria-se de um sobretrabalho, um tempo a mais de produção de valor. Essa relação de apropriação pode ser verificada pela fala de um gerente de relacionamento em confronto com os depoimentos de trabalhadores da indústria automobilística: “eu diria que no primeiro semestre de 2005, esta fábrica pode dizer que está no **topo da cadeia produtiva** [grifo do autor] de automóveis. (...) no fundo, o nosso salário é muito parecido ao que o mercado pratica” (ARAÚJO,

2002a. Entrevista n° 5 com Gerente de Relacionamento, out. 2004); “pelo nível de responsabilidade, eu poderia ganhar mais uns 20%, 30% a mais. (...) A gente tem que ser melhor reconhecido financeiramente, ou em alguns privilégios, ou algumas outras que dêem essa recompensa pra gente” (CINALLI, 2003. Entrevista n° 1 com Analista de Logística, fev. 2005); “meu serviço são três funções em uma, eu ganho como montador” (PAIXÃO, 2003, Entrevista n° 8 com Trabalhador da Indústria, ago. 2004). Como observado nos relatos e na Tabela 20, existe uma distribuição desigual entre a produção de empresas no “topo da cadeia produtiva” automotiva e o salário dos seus trabalhadores.

O cenário contemporâneo de construção da vida social pelo modo de produção da vida material é o ambiente dessa relação de apropriação e sujeição dos homens à força produtiva flexível. O ser social que vai determinar a consciência dos homens se constitui a partir desse modelo de organização flexível da produção e trabalho, imersa nas práticas de sobrecarga e polivalência do trabalho, nas exigências de qualificação profissional e educacional, no salário incompatível muitas vezes com o trabalho executado, enfim, dependente de um trabalho que obscurece o seu próprio sentido ao ser levado pela racionalidade instrumental capitalista, como analisado nos capítulos 2, 3 e 4. A construção do ser social e do trabalhador consciente-sujeito, capaz de se tornar no ator que vai conduzir e transformar as relações sociais do mundo racional moderno por meio de sua consciência, liberdade e criatividade, fica comprometida pela sua condição de classe, pela apropriação de sua força de trabalho e pela fixação do trabalho alienado que desconstrói o ser.

Assim, o trabalho não aparece apenas como o eixo da organização social, mas também como elemento estruturante do próprio ser humano por estar ligado à construção do seu ser, como “toda a assim chamada história universal nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano” (MARX, 1974, p. 21). O trabalho é a protoforma do ser social, pensa Lukács (1989), seu princípio ontológico constitutivo, é a atividade pela qual o ser humano modifica a

natureza exterior, além de sua natureza interna. Por isso, a análise das forças produtivas, dos modos de produção e das relações sociais desse processo que atingem o trabalhador é importante para a compreensão do ser social que se forma hoje e sempre.

O trabalho, a sociabilidade e a linguagem são os principais elementos que fundam e estruturam a totalidade social, mas é o trabalho que está no centro do processo de humanização e gênese do ser social (LESSA, 2002). O traço distintivo entre a sociedade humana e os outros animais se manifesta pelo trabalho (ENGELS, 1975), que é o intercâmbio homem-natureza e não mais uma mera adaptação ao meio-ambiente. Assim, a sociedade se faz conforme a relação entre o trabalho humano e suas obras.

Autores como Habermas (1988) e Gorz (1982), entretanto, não concordam com a posição do trabalho como eixo central da sociedade contemporânea e relativizam o seu papel. Enquanto Habermas (1988) propõe a comunicação intersubjetiva, a verdade e o consenso como elementos estruturantes da sociabilização do ser humano, Gorz (1982, p. 87) promove a consagração de uma “não-classe” dos “não-trabalhadores”, que representa o descolamento da missão histórica da classe trabalhadora. Esta anunciava uma sociedade de sujeitos e atores sociais, capazes de conduzir, interagir e transformar as relações sociais do capitalismo. A “não-classe”, pelo contrário, remete à sujeição dos trabalhadores ao trabalho passivo, sem criatividade ou identificação, por isso a expressão complementar “não-trabalhadores”, desprovida do objetivo de combater as relações sociais de produção que se instalam em seu cotidiano.

Essas afirmações não são verdadeiras em sua totalidade, mas são relevantes por conseguirem retratar certas características da classe trabalhadora contemporânea – fragmentada, desmobilizada, dispersa - o que não implica uma concordância com a teoria da “não-classe dos não trabalhadores”. Antes, é preciso esclarecer quem compõe a classe trabalhadora hoje. A expressão “classe-

que-vive-do-trabalho” de Antunes (1995, p. 102) é a revitalização do conceito marxiano de classe trabalhadora, embora inclua sujeitos que não estão necessariamente submetidos à remuneração assalariada, mas de alguma forma submetidos à racionalidade capitalista. Fazem parte dessa classe, todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, produtivos ou improdutivos, como esclarecido na seção 3.2.

Frente à definição ampliada de classe trabalhadora é possível confrontar as idéias de “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, Idem) e “não-classe dos não-trabalhadores” (GORZ, 1982). A classe trabalhadora ou a classe-que-vive-do-trabalho continua existindo. Ainda que haja coerência na crítica de Gorz (Idem) sobre uma classe trabalhadora desprovida de missão histórica e social, desconhecida como sujeito social da mudança, desligada da construção de uma sociedade do sujeito, mesmo assim, milhares de trabalhadores em todo o mundo vendem a sua força de trabalho para a produção capitalista e permanecem em “seu lugar no processo de produção” (LUKÁCS, 1989, p. 59), como homens apropriados pela relação capital-trabalho.

Nesse sentido, a classe trabalhadora existe e persiste, embora se transmude. Enquanto houver o capitalismo, a relação de apropriação dentro da relação capital-trabalho e a necessidade do trabalho humano para produzir mercadorias, configurando o trabalho abstrato por excelência, existirá a classe trabalhadora.

O sentimento de não pertencer a uma classe é fruto do tipo de trabalho e das contradições sociais que se impõem ao trabalhador hoje, mas não implica na eliminação do conceito de classe, nem no conceito de não-trabalhadores, ainda que se quisesse estendê-lo àqueles que estão sem trabalho remunerado ou desempregados. O trabalho que parece exterior ao indivíduo, “coisificado”, impessoal e carente de significado tem esse comportamento por causa da racionalidade capitalista, que sustenta uma tecnologia voltada para a produção e desenvolve formas de organização flexível do trabalho que atuam na contramão

de um mundo sem exclusão ou desigualdade social.

O mundo da vida-trabalho e o próprio trabalhador são vítimas da dominação do mundo sistêmico, que reproduz a ideologia capitalista e (a)sujeita os homens ao trabalho alienado, desprovido de sentido. Não é pela dissolução do sentimento de pertencer a uma classe, nem pelo desaparecimento de uma força revolucionária capaz de transformar as relações sociais, ou mesmo, pelo esvaziamento de um trabalho sujeito criador de subjetividade, que o trabalhador deva ser considerado um “não-trabalhador” de uma “não-classe”. Porque ele continua trabalhando diariamente, ainda é dependente, direta ou indiretamente, de um trabalho abstrato assalariado para sobreviver e permanece inserido numa classe que vende sua força de trabalho no mercado. O trabalhador conserva sua posição na estrutura social e seu papel diante da organização produtiva contemporânea. O que mudou, entretanto, foi o papel do trabalho sobre o trabalhador.

Os métodos de organização flexível da produção e do trabalho, amparados por uma racionalidade técnica instrumental capitalista, contribuem para a consolidação de um trabalho externo, alheio, intenso e sem atuação na subjetividade do ser humano. A metamorfose do trabalho não mudou a posição social do trabalhador, ele continua inserido na classe trabalhadora, ainda que essa se apresente relativamente diluída, mas mudou o posicionamento do trabalhador frente às suas possibilidades de criatividade, de autonomia, de liberdade e de produção do seu ser social pelo processo de subjetivação do trabalho.

O nascimento do ser social e sua dependência das condições materiais de produção, o trabalho como seu princípio ontológico constitutivo e a defesa de uma classe trabalhadora subjugada a um trabalho flexível-alienado formam um complexo teórico que permite responder as questões que abriram esta seção. No acoplamento dos mundos da vida e trabalho ao mundo sistêmico, como fica a constituição do ser social? O ser social de Marx estaria se transfigurando em uma espécie de “ser do capital”?

Segundo Lukács (1989, p. 67), “o destino de uma classe depende da sua capacidade em discernir com clareza e resolver os problemas que lhe impõe a evolução histórica em todas as suas decisões práticas”. Entretanto, os contrastes sociais indicados pela seção anterior deste documento são conseqüências do “progresso” produtivo capitalista que não se estenderam em termos sociais à maioria da população. De acordo com Lukács (Idem), o discernimento e a maneira de resolver os problemas apresentados à classe indicam seu destino, os contrastes sociais e a formação de um trabalho (a)sujeitado foram aceitos não apenas pela adaptação forçada dos homens a esse ambiente capitalista de desigualdade, conforme evidenciaram os relatos de trabalhadores na seção 2.1, como também intensificados durante os últimos anos.

A alienação do trabalho e a ideologia do capital interagem entre si e agregam ao nascimento do ser social, características que favorecem o desaparecimento ilusório das desigualdades sociais e da desumanização do trabalho. A constituição do ser social contemporâneo vem, então, com a naturalização dos contrastes sociais, o (a)sujeitamento ao trabalho alienado, a erosão do seu sentimento de pertencer a uma classe e com o esfacelamento de sua missão histórica de revolucionar as relações sociais. Essas características formam o “ser do capital” dentro do próprio ser social. O “ser do capital” corresponde a um conjunto de elementos produzidos pela alienação e encapsulados no interior do ser social, com o objetivo de amoldar o homem ao sistema capitalista e sua organização do trabalho.

Se antes, o trabalho foi responsável pelo “salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas” (LESSA, 2002, p. 27), que faz com que a consciência humana seja mais que “uma mera adaptação humana”, no dizer de Antunes (1995, p. 138), agora é o próprio trabalho vitimado pelos moldes da racionalidade técnica instrumental-capitalista que força a adaptação do ser social à sua lógica. O indivíduo (a)sujeitado ao trabalho assalariado que se constitui hoje, privado de recompensas financeiras e livre de

ações subjetivas ao trabalhador, tem a oportunidade de tomar consciência de tais contrastes e reconstruir seu caminho em direção ao ser social, sem características do “ser capital”. A reconquista do mundo da vida e a reconstrução do mundo do trabalho podem ser efetivadas a partir do ser social, resgatado das influências do capital (“ser capital”) e aproximado dos sentidos de seu trabalho.

Portanto, a retomada do ser social por um trabalho construtor de subjetividade figura como alternativa para perceber e resolver os problemas apresentados na sociedade. Um deles, exatamente, a ausência de trabalho. Quando não existe trabalho, quebra-se a relação homem-atividade-obra e a subjetivação do indivíduo é ameaçada. O filme espanhol, *Los Lunes al Sol*²⁸ (2002) é uma crítica bem-humorada e, ao mesmo tempo, potente sobre a falta de trabalho. No trecho selecionado estão três personagens: Santa, Suarez e Paulino Ribas. Todos trabalhavam em um grande estaleiro que demitiu 200 funcionários. Desempregados, cada um enfrenta o seu próprio drama: problemas de família, saúde, desagregação social, entre outras dificuldades – com as diferentes medidas de suas cargas pessoais e determinações sociais.

Em um de seus diálogos, o filme demonstra a importância do trabalho na vida das pessoas. Diante de uma vitrine com diversos aparelhos eletrônicos e uma filmadora que projeta a imagem da rua em uma televisão, os três se abraçam e Santa faz uma brincadeira com os amigos:

²⁸ Filme dirigido por León de Aranoa e premiado em cinco categorias no festival de Cinema Espanhol Goya, no ano de 2003: melhor filme, melhor diretor, melhor ator, melhor revelação e melhor ator coadjuvante. Ganhador de três Kikitos de ouro no Festival de Cinema Brasileiro em Gramado – mostra latina (melhor filme, melhor diretor e melhor ator) – no ano de 2003. Indicado ao Oscar 2003 como melhor filme estrangeiro. Javier Bardem, no papel de Santa, foi indicado ao European Film Awards como melhor ator.

Figura 12 – Três amigos e uma brincadeira



Fonte: LOS LUNES al Sol (2002).

Santa: Venham ver! [diante da vitrine]

Suarez: Tenho que levantar cedo!

Santa: Não queria aparecer na televisão?

Ribas: Boa noite.

Santa: Boa noite, senhoras e senhores. Bem-vindos a “Adivinhe Quem é o Maior Cretino Que Conheço?”.

Santa: Esta noite, a competição está acirrada. À minha esquerda, com um casaco xadrez, fora de moda... Paulino Ribas, um desempregado com 80 Kg.

Santa: E à minha direita, também um grande cretino... José Suarez. Aplausos! (...)

Suarez: Eu já vou. [Fica apenas Santa abraçado a Paulino Ribas]

Santa: Primeira pergunta: Quantas horas daqui até a Austrália? Um, dois, três! Responda! (...)

Ribas: Dez horas.

Santa: Catorze. Perdeu.

Ribas: Serguei disse dez e ele é astronauta. (...)

Santa: A resposta foi anulada. Você perdeu.

Ribas: Perdi o quê?

[A tela se fecha em seus rostos, um espaço de silêncio e Santa declara:]

Figura 13 – A importância do trabalho



Fonte: LOS LUNES al Sol (2002).

Santa: Acaba de perder... um maravilhoso emprego com 14 salários ao ano, secretária... e possibilidades de crescimento em Torrevieja, Alicante!
[cidade e estado onde vive sua família]

No fragmento dessa obra cinematográfica, observa-se que a resposta dada por *Santa* não poderia ser mais estrondosa. Deixar de ganhar um carro zero quilômetro, uma viagem para o exterior, um cruzeiro marítimo ou, até mesmo, o prêmio de uma “mega-sena” acumulada, não causaria o efeito tão lancinante à personagem Paulino Ribas, um desempregado que, pelo desapontamento estampado em seu rosto, perdeu o prêmio que mais lhe interessava: um trabalho remunerado, digno e estável.

No exemplo apresentado, a necessidade e o desejo pelo trabalho ultrapassam as ambições materiais de Paulino Ribas. Entretanto, essa preferência

pode ser evidenciada na vida real. Durante as entrevistas com trabalhadores da indústria automotiva no Paraná, foi perguntado em caráter fictício: “Se você ganhasse na mega-sena acumulada hoje, ainda pensaria em trabalhar de alguma forma”? Todos os entrevistados disseram que continuariam a trabalhar, mesmo que ganhassem na mega-sena acumulada: “... eu acho que não ter nada para fazer (...) ia ser muito ruim para a cabeça, eu acho que eu teria que arrumar alguma atividade. Eu gostaria de ter alguma atividade, não gostaria de ficar em casa, assistindo o dia inteiro televisão ou só viajar.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 1 com Analista de Logística, fev. 2005). “Acho que eu não conseguiria ficar só gastando, andando de carro, viajando, eu acho que não consigo ficar sem fazer alguma coisa, então eu acho que mesmo se eu ganhasse na mega-sena o dinheiro que fosse, eu iria continuar trabalhando.” (CINALLI, 2003. Entrevista nº 2 com Montador de Motores, jan. 2005).

Dessa maneira, o trabalho se mostra como uma atividade fundamental e indispensável na vida do ser humano. Porque mesmo munido de condições financeiras estáveis e duradouras por algumas gerações, ainda assim o homem tem espaço, vontade e, acima de tudo, necessidade de trabalhar. Demonstra-se que o trabalho não somente é imprescindível para a criação de produtos, mas também se mostra necessário à produção do próprio ser humano, de sua vida e de seu ser social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho assalariado conquistou uma posição de destaque no eixo da organização social, desde a revolução industrial do século XVIII com a máquina a vapor e os teares mecânicos, passando pela chamada segunda revolução industrial das máquinas elétricas, até os últimos anos do século XX, com os robôs e aparelhos microeletrônicos. O trabalho esteve mais do que presente em todas essas transformações. Ele foi criação e reprodução sociais, experimento e inovação técnicas e científicas; foi subsumido e remunerado pelo capital. O trabalho sofreu e reproduziu as conseqüências de uma revolução tecnológica histórica que atingiu a organização da produção e as relações sociais de trabalho, a ponto de ser considerado a posição chave da sociedade do passado e ter sua centralidade questionada na era da modernidade exacerbada.

A centralidade social do trabalho – embora questionada sociologicamente no bojo das grandes transformações do século XX - veio por uma valorização lenta de seu papel na sociedade, sobrepôs a idéia mercantilista de que a riqueza se fazia pelo comércio exterior, pela posse de terras, pelos metais preciosos e consagrou o trabalho como única substância criadora de valor (MARX, 2002). A visão do trabalho proposta por Marx (1974) não se limita à produção de mercadorias como objetos de uso ou troca e venda no mercado, mas alcança, também, a produção da subjetividade e da identidade do indivíduo, como elemento constituinte da subjetivação do ser humano.

O regime flexível de produção e de organização do trabalho flexível iniciado nos anos 1970, no Japão, e implantados no Brasil, em fins da década de 1980, trazem a revolução tecnológica informacional como mediatização de suas ações estratégicas e expectativas produtivas. A indústria de veículos, escolhida como base da pesquisa, foi a receptora e a difusora dessas alterações no modo de produção que se aplicaram sobre o setor administrativo-estratégico das empresas e revolucionaram, sobretudo, as relações de trabalho.

O trabalhador vive hoje imerso nas exigências de qualificação profissional e educacional, às voltas com as atividades polivalentes, a intensificação de suas atividades e as dificuldades sociais de sobrevivência, decorrentes de um salário incompatível com a sua força de trabalho despendida. Em um momento onde o trabalho assalariado é cada vez mais necessário para garantir a sobrevivência do trabalhador, ele não oferece à maioria da população, entretanto, condições dignas de vida, como demonstraram dados de contrastes sociais na seção 5.1, muito menos contribuições à construção valorizada sua subjetividade. Subsiste a dependência por um trabalho desumanizado, estranho ao indivíduo e vazio de subjetividade.

A dupla função, promulgada por Marx (1974), de um trabalho presente na esfera externa e interna do homem, produtor de mercadorias e identidades, fica órfã quando se desprende uma de suas funções, a possibilidade de subjetivação do indivíduo pelo trabalho. Permanece, apenas, a criação de riquezas materiais. Por sua vez, esta cumpre metade de suas atribuições, quais sejam a produção de mercadorias e a compensação pela força de trabalho despendida. Apenas a produção de mercadorias é satisfeita. Todo um aparato administrativo, científico e tecnológico é colocado à disposição do capital a fim de garantir produção material. A compensação pela força de trabalho despendida, por outro lado, é descompassada da quantidade de mercadorias produzidas, não garante as necessidades mínimas de sobrevivência, nem de educação, de segurança e de saúde da maioria dos brasileiros. Essa situação limita a abrangência do trabalho e esfuma a compreensão de seu sentido pelos homens, analisada na seção 2.3.

Nesse cenário, a centralidade do trabalho é questionada por alguns estudiosos que não vêem mais o trabalho na posição chave estruturante da sociedade. Algumas dessas críticas, entretanto, confundem a tendência histórica de extração da mais-valia relativa e da ampliação do trabalho morto sobre o vivo. O trabalho continua sendo chave, porque explica e interfere em uma série de

questões sociais, quais sejam: a pobreza, a exclusão social, a sociabilidade, a educação, a violência e a identidade do ser. O trabalho permanece como força estruturadora da sociedade e socializadora do ser humano, essencial para a reprodução social.

O trabalho perde não a centralidade analítica ou categorial, mas a sua compatibilidade com o mundo da vida e do sistema. O equilíbrio das inter-relações entre o mundo do trabalho, da vida e do sistema se descompensam pelo poder e dominação do mundo sistêmico sobre os outros. Essa dominação ocorre sobre orientações econômicas e políticas de uma racionalidade instrumental capitalista, desde os tempos da revolução industrial do século XVIII. A conquista de territórios da organização sistêmica vitimiza o trabalho, restando-lhe a reprodução da ideologia capitalista e do (a)sujeitamento a uma atividade alienada, desprovida de sentido realizador. A sociedade não perdeu a sua centralidade no trabalho, ao contrário, perdeu na evasão do trabalho, devido o avanço e domínio da racionalidade capitalista.

A reconquista de espaço para o mundo da vida depende, sobretudo, de uma conscientização do indivíduo, de sua transformação em sujeito, alavancada pelo trabalho. A cooperação entre o mundo da vida e do trabalho, no processo de subjetivação do homem, possibilita não apenas um freio ao mundo sistêmico, como também a oportunidade de conduzir e transformar as relações sociais do mundo moderno que se abatem sobre o ser humano e trabalhador.

As contradições sociais apresentadas no capítulo 5 concretizam o contraste entre um mundo de progresso científico-tecnológico produtivo e um mundo vivido repleto de problemas sociais. A modernidade reflexiva que pretende resolver os problemas do mundo moderno, parece não atentar para os problemas sociais existentes no interior de seu próprio domínio. Ao contrário, aprofunda mais a lógica, o raciocínio e as ações capitalistas que “coisificam” o trabalho e desumanizam o homem.

Algumas questões permanecem abertas, entretanto, para futuros

debates. Seria o esvaziamento da subjetividade ou a conscientização rarefeita dos trabalhadores, o reflexo de uma nova subjetividade em constituição? Uma subjetividade embebida na desmotivação do mundo da vida frente à tenacidade do mundo sistêmico e, por isso, naturalizada? A formação de uma consciência que sabe de antemão sua impossibilidade de tornar-se “sujeito” no mundo? Essa consciência, ao invés de buscar a subjetivação do ser, muda de direção e procura força para sustentar, sobre seus ombros e alma, os desafios de um trabalho polivalente, flexível e alienado? Enfim, um esforço hercúleo para se adaptar ao peso dominador do mundo capitalista?

Trabalho e subjetividade são expostos em sua complexidade neste documento. A crítica vem defronte à naturalização das relações sociais do trabalho engendrado no capitalismo da flexibilização produtiva, o conformismo e o sentimento de que “as coisas são assim mesmo” passam à prova diante de fatos empíricos e do pensamento sociológico. Não houve a intenção de se projetar um cenário otimista ou pessimista da realidade, nem de encontrar uma solução política para os problemas da sociedade. Estabeleceu-se, sim, o compromisso de trazer a dúvida, de produzir incertezas e de alavancar o pensamento sobre o trabalho e o ser no mundo capitalista. A crítica contundente ao trabalho e suas atribuições na subjetividade, da realidade em si, foram estimuladas pela crença no ser humano e em sua capacidade de mudar o presente.

Por fim, este trabalho de pesquisa se apresenta como um viés de percepção da realidade. Posiciona-se ao lado das outras teorias que compõem o dissenso científico das ciências sociais e conferem ao pesquisador a transitoriedade de sua obra, como expresso por Goldmann:

Quando tiver realizado suas tarefas na medida de suas possibilidades, sem falar daquelas comuns aos trabalhos científicos em geral (precisão, eliminação de qualquer consideração pessoal, etc.), quando tiver exercido seu espírito crítico contra sua própria posição, tentando corrigi-la sempre que sua reflexão ou as críticas dos adversários lhe revelarem fraquezas ou deformações, quando tiver, então, adquirido a

impressão de haver logrado inserir seu pensamento na vida social concreta, ele [o cientista] se encontrará na situação geral do homem de ciência, a de ter encontrado um conjunto de verdades aproximadas, à espera de que outros investigadores venham depois dele continuar e ultrapassar sua obra. (GOLDMANN, 1972, p. 50)

Essa impermanência científica é o reflexo da realidade dialética que se integra à ciência que a estuda, as ciências sociais. A teoria deste trabalho pode ser um degrau para estudos futuros.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ALEXANDER, J. C. A importância dos Clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1995.
- ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS. **Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: ANFAVEA, 2003.
- _____. **Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: ANFAVEA, 2004.
- _____. **Anuário estatístico da indústria automobilística brasileira**. São Paulo: ANFAVEA, 2005.
- ARAÚJO, S. M. de. As várias faces da ideologia. In: ARAÚJO, S. M. et. al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 2000. p. 145-172.
- _____. **Movimento sindical e indústria automobilística do Paraná** – processo de transição nas relações de trabalho. Projeto individual de pesquisa, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPR, 2002a.
- _____. **O trabalho hoje e os desafios à universidade**. Trabalho apresentado no III Encontro de Estudos sobre o Mundo do Trabalho, São Leopoldo, 2002b.
- _____. WORKSHOP – INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: TRABALHO E TERRITÓRIO, 1, 2004, Curitiba. **Novas institucionalidades e ação dos metalúrgicos na indústria automobilística no Paraná**. Curitiba, 2004. 38 p. 1 CD-ROM.
- ARAÚJO, S. M. de et al. O trabalho subvertido no jogo capitalista: a racionalidade técnica e a lógica social. **História: Questões & Debates**, a.15, n. 29, Editora da UFPR, Curitiba, ago./dez. 1998. p. 59-82.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- AUTOZ. **Volvo S40 T5**. Disponível em: <<http://www.autoz.com.br/News/Testdrive/Materia>> Acesso em: 14 jun. 2005.
- BANCO DO BRASIL. **Índices & cotações**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> Acesso em: 19 abr. 2005.
- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Condições habitacionais no estado do Rio de Janeiro**: progressos e desafios. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Relatório técnico IETS, 2004.
- BASTOS, J.A.S.L.A. A educação tecnológica: conceitos, características e perspectivas. In: Bastos, J.A.S.L.A. (Org.) **Tecnologia & Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998a.
- _____. A educação tecnológica na sociedade do conhecimento. In: Bastos, J.A.S.L.A. (Org.) **Tecnologia & Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998b.

BBC BRASIL. **Dossiê desemprego**: taxa no Brasil é o dobro da média mundial. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/story/2004/04/printable/040428>> Acesso em: 17 jun. 2004.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Cap. 3, vers. 17-23.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 311-313.

_____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 42-61;135-149.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 22-72; 177-188.

CALIPER. **Why growing companies need versatile employees**. New Jersey: Caliper, 2004.

CAMPOS, A. et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

CANÊDO, L. B. **A revolução industrial**. 15. ed. São Paulo: Atual Editora, 1994.

CARTA CAPITAL. Sociedade em crise. **Carta Capital**, São Paulo, v. 12, n. 360, p. 28-35, set. 2005.

CARVALHO, A. B. **Puritanismo e racionalização do mundo**: a perspectiva weberiana. São Paulo, [1998]. 14 f. Relatório – Departamento de Educação, UNESP – Assis.

CARVALHO, I. M. M. Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 35, p. 123-149, 2001.

CARVALHO, M. G. Tecnologia, desenvolvimento social e educação tecnológica. In: Revista Técnico-científica dos Programas de Pós-Graduação em Tecnologia dos CEFETs PR/MG/RJ. **Educação e Tecnologia**. Curitiba: CEFET-PR, n. 1, 1997.

_____. Tecnologia e sociedade. In: Bastos, J.A.S.L.A. (Org.) **Tecnologia & Interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998.

_____. Relações de gênero e tecnologia: uma abordagem teórica. In: **Relações de gênero e tecnologia**. Curitiba: CEFET-PR, 2003. p. 15-27.

CARVALHO, M. G.; FEITOSA, S.; ARAÚJO, S. M. C. **Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/genero>> Acesso em: 25 jul. 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1.

CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CERQUEIRA, H. **Trabalho e troca**: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. Belo Horizonte, 2000. 25f. Relatório – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

CIMBALISTA, S. N. **As adversidades do trabalho sob a ótica da produção flexível: um estudo comparativo entre Brasil e Inglaterra.** Projeto individual de pesquisa, UFSC, 2005.

CINALLI, D. L. **Trabalho, subjetividade, revolução tecnológica e a indústria automotiva do Paraná.** Projeto individual de pesquisa, Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPR, 2003.

_____. **WORKSHOP - INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: TRABALHO E TERRITÓRIO**, 1, 2004, Curitiba. **Trabalho e sobrevivência – o mundo da vida sob ameaça: racionalidade ou irracionalidade?** Curitiba, 2004. 24 p. 1 CD-ROM.

Contratações por faixa salarial. **Folha de São Paulo**, 1 Ago. 2004

CRONOLOGIA de fatos relevantes - 1999. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/conjuntura/crono_m9.html> Acesso em: 22 fev. 2004.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1981. p. 1-28.

DIÁRIO ONLINE. **Benedita recebe de empresários propostas para a área social.** Disponível em: <<http://www.diarioon.com.br/arquivo/3291/nacional/nacional-4888.htm>> Acesso em: 18 jun. 2004(a).

DIÁRIO ONLINE. **Desemprego fica em 12,3% no Brasil em 2003.** Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/economia/economia0.idc?conta1=403712>> Acesso em: 14 jun. 2004(b).

DIEESE. **Salário Mínimo.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 25 abr. 2005.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: Marx, K.; Engels, F. **Textos.** São Paulo: Edições Sociais, 1975. p. 61-74.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FEENBERG, A. **Heidegger, Habermas and the essence of technology.** Disponível em: <<http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/kyoto.html>> Acesso em: 20 jan. 2004(b).

_____. **Marcuse or Habermas: two critiques of technology.** Disponível em: <<http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/marhab.html>> Acesso em: 28 jan. 2004(a).

FIESP. **PIB Brasil.** Disponível em: <<http://www.fiesp.org.br>> Acesso em: 13 jul. 2004.

FOUCAULT, M. **Remarks on Marx: conversations with Duccio Trombadori.** Nova Iorque: Semiotext(E), 1991.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 11-33; 125-131.

- GALLINO, L. **Dizionario di Sociologia**. Torino: TEA, 1993.
- GERTH, H. H.; MILLS, W. (Orgs.). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. cap. 3.
- GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 1998. cap. 2;9.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 1-37.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. H. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 7-22.
- GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?** 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 1-75.
- GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.
- GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRANGER, G. G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: UNESP, 1994.
- HABERMAS, J. Técnica e ciência como ideologia. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 303-333.
- _____. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. p. 11-89.
- _____. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 18, p. 103-114, set. 1987(a).
- _____. **Knowledge & human interest**. [S.l.], Polity Press, 1987(b). cap. 3.
- _____. **Teoria de la acción comunicativa: tomo II, crítica de la razón funcionalista**. Madrid: Taurus, 1988. p. 427-485.
- _____. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-103.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HAUSLEIN, L. A. **The amish: the enduring spirit**. New Jersey: Crescent Books, 1991.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. **Teoria de los sentimientos**. Mexico: Fontamara, 1993. p. 7-11; 277-313.
- HOBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001(a).
- _____. **Pesquisa industrial anual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001(b).
- _____. **Pesquisa industrial anual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Instituto brasileiro de geografia e estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.
- _____. **Brasil em síntese**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese> Acesso em: 19 abr. 2005.
- IDG NOW. **Microsoft planeja economizar US\$ 1 bi em 2005**. Disponível em: <<http://www.idgnow.uol.com.br/adportalv5/MercadoInterna.aspx>> Acesso em: 20 jul. 2004.
- INGE, A. **The Amish**. Disponível em: <<http://religiousmovements.lib.virginia.edu/nrms/amish.html>> Acesso em: 17 jun. 2005.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global unemployment remains at record levels in 2003**. Genebra, 2004.
- KAFROUNI, M. A. S. **Novos modelos de gestão: a remuneração por resultados na moderna indústria do Paraná**. Projeto individual de pesquisa, UFPR, 2003.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFBVRE, H. **A sociologia de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979. p. 7-21; 45-88.
- LESSA, S. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002. cap. 1;8.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. 2. ed. São Paulo: Cortês, 1999.
- LOS LUNES al Sol. Direção de León de Aranoa. Espanha: Dist. Europa filmes, 2002. 1 filme (113 min):son., color;16mm.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989. cap. 3.
- MAGALHÃES, T. C. A categoria de trabalho (labor) em H. Arendt. **Ensaio 14**, p. 131-168.
- MÁRQUEZ, G. G. **Memoria de mis putas tristes**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- MARTINS, L. C. **Motores: tecnologia e indústria**. Disponível em: <<http://www.mundofisico.joinville.udesc.br>> Acesso em: 17 jun. 2005.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. In: ABRIL CULTURAL **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35, p. 7-54.
- _____. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 24-25.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MEDEIROS, A. M. S.; Marques, M.A.R.B. Habermas e a teoria do conhecimento. **Educação Temática Digital**, vol. 5, no. 1, p. 1-24, dez. 2003.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo; Editora da UNICAMP, 2002. cap. 14, 23.

MICROSOFT. **A Microsoft anuncia faturamento e lucro recordes**. Disponível em: <<http://www.microsoft.com.br/brasil/pr/2005>> Acesso em: 17 abr. 2005.

_____. **Microsoft Business Solutions**. Disponível em: <<http://www.microsoft.com/businesssolutions>> Acesso em: 25 jun. 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Anuário estatístico do setor industrial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Evolução do salário mínimo**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/temas/salariominimo/legislacao/conteudo/1671.pdf>> Acesso em: 17 ago. 2005.

MORAIS, R. **Filosofia da ciência e da tecnologia**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

MUNIZ, J. N. O conhecimento científico como falsa consciência necessária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 12, n. 1/3, p. 29-38, 1995.

NEVES, M. Y.; SELIGMANN-SILVA, E.; ATHAYDE, M. Saúde mental e trabalho: um campo de estudo em construção. In: ARAÚJO, A. et al. (Orgs.). **Cenários do trabalho**: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 19-49.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PAIXÃO, A. **A subjetividade no “novo” tempo de trabalho**: um estudo sobre a flexibilidade. Projeto individual de pesquisa, Programa de Pós-graduação em Sociologia UFPR, 2003.

POCHMANN, M.; AMORIN, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, M. et al. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTAL EXAME. **Desemprego bate recorde e renda cai mais uma vez**. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/economia/conteudo_40277.shtml> Acesso em: 14 jun. 2004.

PRADO FILHO, K. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MICHEL FOUCAULT: PERSPECTIVAS, 1, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004.

REIS, F. W. Patologias da modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, vol. 14, no. 39, p. 177-178, fev. 1999. Resenha.

RENAULT. **Renault veículos**. Disponível em: <<http://www.renault.com.br/RenaultSITE/cars>> Acesso em: 14 jun. 2005.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations**. 4. ed. Nova Iorque: The Free Press, 1995.

ROHDEN, H. B. **Tecnologia na antiguidade**. Disponível em: <www.conhecimentosgerais.com.br/tecnologia> Acesso em: 10/06/2005.

ROIO, M. **Política operária: há futuro**. Disponível em: <www.obore.com/artigos/mostra_artigo.asp?codigo=17> Acesso em: 11/10/2003

ROSA, M. I. **Trabalho, subjetividade e poder**. 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 2002.

SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO E. A. (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 7-44.

SALINAS, S. S. **Do feudalismo ao capitalismo: transições**. 15. ed. São Paulo: Atual Editora, 1994.

SALM C. L.; Fogaça, A. Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX. In: DIEESE (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional**. São Paulo, 1998.

SALOMON, J. J.; SAGASTI, F.; SACHS-JEANTET, C. Da tradição à modernidade. In: Instituto de Estudos Avançados – USP. **Estudos avançados**. São Paulo: USP, v. 7, n. 17, 1993

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. **Dados gerais das exportações**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> Acesso em: 16 abr. 2005.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Uma vitória da soberania**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/emquestão/eq183.htm>> Acesso em: 13 jul. 2004.

SELIGMANN-SILVA, E. Os riscos da insensibilidade. In: ARAÚJO, A. et al. (Orgs.). **Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004. p. 50-72.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Cursos Técnicos. Disponível em: <http://www.pr.senai.br/cursos_e_treinamentos.htm> Acesso em 16 mai. 2005.

SHAKESPEARE, W. **Hamelet**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, P. J. O paradoxo da subjetividade. **Revistas de Ciências Humanas**, Curitiba, n. 7-8, p. 23-49, 1999.

SOFHAR. **Soluções Sofhar**. Disponível em: <<http://www.sofhar.com.br>> Acesso em: 25 jun. 2005.

TAUILE, J. R. **Construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TELECO. **Informação para o aprendizado contínuo em telecomunicações**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/estatis.asp>> Acesso em: 19 abr. 2005.

THE WORLD BANK. **Partnerships in development: progress in the fight against poverty**. Washington, 2004.

THE WORLD FACTBOOK. **Rank Order – GDP – per capita**. Disponível em: <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/rankorder/2004rank.html>> Acesso em: 19 jun. 2004.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981.

TOURAINÉ, A. **Crítica à modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 213-268.

UN. **2004 World Development Indicators**. 2004

UNDP. **What is Human Development**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/hd/default.cfm>> Acesso em: 18 jun. 2004(a).

_____. **Human Development Indicators 2003**. Disponível em: <http://www.undp.org/hdr2003/indicator/indic_4_1_1.html> Acesso em: 18 jun. 2004(b).

_____. **Human Development Indicators 2004**. Disponível em: <<http://www.undp.org/hdr>> Acesso em: 18 jul. 2004(c).

UNFPA. **State of world population: population, reproductive health and the global effort to end poverty**. New York, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Sistemas de Bibliotecas Normas: para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. 10 v.

VANDENBERGHE, F. **Trabalhando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho**. In: MARTINS P. H.; NUNES, B. F. (Orgs.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 91-135.

VILELA, M. **Comissão mista especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais**. Brasília: Congresso Nacional, 1999. 99p. Relatório técnico.

VOLKSWAGEN. **Monte seu VW**. Disponível em: <<http://www.volkswagen.com.br>> Acesso em: 14 jun. 2005.

VOLVO. **Volvo S40**. Disponível em: <<http://www.volvocars.com.br/showroom/newS40>> Acesso em: 14 jun. 2005.

WEBER, M. **Burocracia**. In: Gerth, H. H.; Mills, W. (Orgs.). **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. cap. 8.

_____. **Basic Concepts in sociology**. London: Peter Owen, 1978. p. 107–119.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. **El desarrollo de la ideología capitalista.** Disponível em: <<http://www.forum-global.de/soc/bibliot/weber/weberdesareconcapit.htm>> Acesso em: 02 fev. 2004.

ROL DE ENTREVISTAS REALIZADAS²⁹

Entrevista nº 1, realizada em 01 fev. 2005 com **Analista de Logística**, concedida a Daniel Lopes Cinalli, Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni e Silvia Maria de Araújo, Curitiba.

Entrevista nº 2, realizada em 18 jan. 2005 com **Montador de Motores**, concedida a Daniel Lopes Cinalli e Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni, Curitiba.

Entrevista nº 3, realizada em 16 jul. 2004 com **Dirigente Sindical**, concedida a Maria Aparecida Bridi, Royemersom Penkal e Silvia Maria de Araújo, integrantes da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, São José dos Pinhais.

Entrevista nº 4, realizada em 07 set. 2004 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Alessandro Paixão, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, Curitiba.

Entrevista nº 5, realizada em 13 out. 2004 com **Gerente de Relacionamento**, concedida a Silvia Maria de Araújo e Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni, São José dos Pinhais.

Entrevista nº 6, realizada em 25 jan. 2004 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Alessandro Paixão, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, São José dos

²⁹ Socialização das entrevistas e metodologias aplicada de pesquisa multidisciplinar: Indústria Automobilística no Paraná: relação de trabalho e novas territorialidades; UFPR, GETS/LAGHUR, coordenação de Silvia Maria de Araújo, 2002. Algumas entrevistas foram realizadas com mulheres trabalhadoras da indústria automotiva. Entretanto, para preservar o anonimato, retirou-se o gênero feminino das entrevistadas.

Pinhais.

Entrevista nº 7, realizada em 10 ago. 2004 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Alessandro Paixão, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, São José dos Pinhais.

Entrevista nº 8, realizada em 17 ago. 2004 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Alessandro Paixão, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, São José dos Pinhais.

Entrevista nº 9, realizada em 26 set. 2004 com **Monitor da Indústria**, concedida a Alessandro Paixão, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, São José dos Pinhais.

Entrevista nº 10, realizada em 23 nov. 2004 com **Analista de Desenvolvimento**, concedida a Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni, integrante da pesquisa: Indústria Automobilística no Paraná: relações de trabalho e novas territorialidades, UFPR, Curitiba.

Entrevista nº 11, realizada em 26 jan. 2005 com **Aferidor de Equipamentos**, concedida a Daniel Lopes Cinalli, Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni e Silvia Maria de Araújo, Curitiba.

Entrevista nº 12, realizada em 12 jan. 2005 com **Técnico de Manutenção**, concedida a Daniel Lopes Cinalli e Maria Ângela Sant'Anna Kafrouni, Curitiba.

Entrevista nº 13, realizada em 07 jun. 2005 com **Analista de Sistemas**, concedida a Daniel Lopes Cinalli e Benilde Motin, Curitiba.

Entrevista nº 14, realizada em 09 jun. 2005 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Silmara Nery Cimbalista, Curitiba.

Entrevista nº 15, realizada em 06 jun. 2005 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Silmara Nery Cimbalista, Curitiba.

Entrevista nº 16, realizada em 25 jun. 2005 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Silmara Nery Cimbalista, Curitiba.

Entrevista nº 17, realizada em 21 jun. 2005 com **Trabalhador da Indústria**, concedida a Silmara Nery Cimbalista, Curitiba.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM TRABALHADORES

Entrevista nº: _____	Data: _____
Entrevistador(es): _____	
I. DADOS PESSOAIS	
a) Nome: _____	
b) Empresa: _____	c) Setor: _____
d) Turno: _____ das: _____ às: _____	e) Cargo: _____
f) Idade: _____	g) Tempo de empresa: _____
h) Ocupação anterior: _____	
l) Endereço: _____	
m) Telefone: _____	
n) Sexo: ()feminino ()masculino	
o) Grau de escolaridade: ()fundamental incompleto ()fundamental completo	
()médio incompleto ()médio completo	
()superior incompleto ()superior completo	
II. DO TRABALHO E SUA INTENSIDADE	
1) Qual é o seu trabalho? Qual é a sua função dentro da empresa?	
2) Você ou sua equipe possuem metas? Quais são?	
3) Você acha que a exigência de seu trabalho ou meta a ser alcançada é equilibrada com sua energia/disposição/força de trabalho, ou não? Se não, exige-se mais ou menos?	
4) Você considera intenso o ritmo de seu trabalho intenso? Pode explicar?	
5) Desde que trabalha nesta empresa, as metas foram sempre as mesmas? Aumentaram ou diminuiram com o tempo?	

6) Ao final de sua jornada de trabalho, sente-se: () mais cansado fisicamente
() mais cansado mentalmente
() ambos
() não se sente cansado
7) Você realiza hora extra? Por qual ou quais razões?
8) Gosta de trabalhar além do expediente? Por quê?
III. TECNOLOGIA
9) Que tipo de máquinas você utiliza no seu trabalho?
10) Seu trabalho exige mais contato com pessoas ou com máquinas?
11) Alguma máquina simplificou seu trabalho? Ficou melhor ou pior de trabalhar? Mais fácil ou mais difícil? Mais chato ou mais legal? Mais leve ou mais intenso?
12) O aumento de suas metas teve algo a ver com a melhora tecnológica na sua empresa?
13) A tecnologia com que trabalha hoje, lida mais com a informação ou com um trabalho braçal?
14) De maneira geral, você vê que a máquina ajudou na produtividade da empresa?
15) E a máquina ajudou na sua satisfação de trabalhar? Agregou alguma coisa de interessante a você?
16) Você trabalha hoje mais do que antes?
IV. POLIVALÊNCIA
17) Costuma exercer mais de uma atividade, como trabalhar em mais de uma máquina ou ter várias responsabilidades? Qual o motivo?
18) Como se sente exercendo essas atividades?
19) Como você vê o padrão de qualidade da empresa em relação aos produtos fabricados? Tais padrões o afetam de alguma forma como trabalhador?
21) Realizou treinamento antes e/ou depois de entrar na empresa?
22) Você sente necessidade de realizar outros cursos para o seu trabalho?
23) Qual a sua motivação para fazer os cursos que o seu trabalho exige?

24) Que treinamentos gostaria de fazer, independentemente do seu trabalho (como deleite próprio)? Quando pensa que conseguirá fazê-los?
25) Há a exigência de conhecimentos que não se aplicam diretamente ao seu trabalho? Quais?
V. RELACÕES DE TRABALHO
26) Que condições de trabalho e organizacionais mudaram nos últimos anos?
27) Das mudanças que ocorreram, quais lhe trouxeram satisfação? E insatisfação?
28) Você percebe alguma participação dos operários e funcionários na adoção de estratégias e tomadas de decisão?
VI. SUBJETIVIDADE
29) Para que você acha que serve o trabalho?
30) Pense em todas as possibilidades de profissão. Qual você escolheria hoje? Por quê?
31) Considerando a sua jornada diária de trabalho, você gosta do que faz?
32) Sobre a profissão dos seus sonhos: quanto almejaria ganhar?
33) Aceitaria esse trabalho dos sonhos por um salário menor do que o desejado ou igual ao seu salário atual? Por quê?
34) Que emoções o seu trabalho de hoje suscita em você?
35) Qual o percentual de importância do salário que você ganha em relação às suas atividades e obrigações familiares, pessoais, educacionais, culturais e de lazer?
36) O que o seu trabalho diário acrescenta, pessoalmente, a você?
37) Considera o seu trabalho importante para a sociedade?
38) O seu salário é compatível com o trabalho que faz? Por quê?
39) Qual é o seu maior medo em relação ao seu trabalho do dia-a-dia?
40) Qual seria o seu sentimento se perdesse esse emprego? O que lhe faria mais falta?
41) Se ganhasse na mega-sena acumulada, ainda pensaria em trabalhar de alguma forma? Por quê?